

INSTITUTO SUPERIOR BISSAYA BARRETO



INSTITUTO
SUPERIOR
BISSAYA
BARRETO

Prostituição e Lenocínio: Um breve contributo ao debate

Pedro Luís Marques Cravo

*Dissertação apresentada para obtenção do
grau de Mestre em Criminologia*

Coimbra, Outubro de 2015

INSTITUTO SUPERIOR BISSAYA BARRETO



INSTITUTO
SUPERIOR
BISSAYA
BARRETO

Prostituição e Lenocínio: Um breve contributo ao debate

Pedro Luís Marques Cravo

*Dissertação orientada pela Prof. Doutora
Maria João Guia e co-orientada pela Mestre Sara
Moreira para a obtenção do grau de Mestre em
Criminologia*

Coimbra, Outubro de 2015

Agradecimentos

Começo esta minha dissertação de mestrado que assinala o culminar de mais uma etapa da minha instrução académica por escrever alguns agradecimentos que não poderia deixar de fazer a todas as pessoas e instituições que foram indispensáveis até à data.

Agradeço antes de mais ao Instituto Superior Bissaya Barreto por ter sido a “casa” que me proporcionou a concretização desta etapa académica.

Agradeço também às minhas orientadoras, que para além de imprescindíveis foram incansáveis no auxílio da realização da dissertação, sendo elas a Professora Doutora Maria João Guia e a Mestre Sara Moreira.

Aproveito agora para agradecer à minha família, não precisando de entrar em pormenores, visto que sem eles não seria quem sou nem teria chegado onde cheguei nem me teria sido possível sonhar mais alto. Não posso também deixar de fazer um agradecimento especial à minha Mãe e aos meus avós, tanto os que já partiram como os que ainda estão comigo, por todos os incentivos e por nunca terem deixado de acreditar em mim e nunca terem deixado que eu próprio deixasse de acreditar em mim.

Por fim quero agradecer a todo o corpo docente do Instituto Bissaya Barreto e aos meus colegas por todo o auxílio e trocas de opiniões fundamentais à conclusão desta dissertação de mestrado.

Resumo: De forma a analisar a evolução do fenómeno da prostituição ao longo dos tempos, iremos ter em atenção as diversas alterações jurídicas. Demonstraremos, assim, a importância das diversas doutrinas, abordando o abolicionismo, o regime regulamentarista e por fim o regime proibicionista. Deparamo-nos, em 1982 com a despenalização da prostituição e o surgimento do crime do lenocínio (abordando o tráfico de pessoas, hoje previsto no artigo 160.º do Código Penal), o que nos leva a crer que estamos perante uma situação de “vazio legal”, pois a prostituição nem é crime, nem é legal, só se podendo criminalizar a exploração sexual através do crime do lenocínio (e numa diferente aceção do tráfico de pessoas). Há várias discussões sobre a possível legalização ou criminalização da prostituição, questão para a qual não há consenso, e seria importante conhecer a realidade destas pessoas que consideramos muito vulneráveis e vítimas, em grande parte, de possíveis abusos psicológicos, físicos e até sexuais. É importante que a intervenção das diversas instituições que apoiam estas mulheres seja mais ativa favorecendo a estas mulheres a tomada de consciência da sua condição de vítimas e a encarar os seus agressores como tal. Há no fundo três caminhos possíveis relativamente a esta questão: manter o “vazio legal”, legalizar ou criminalizar. Atualmente, apenas certas atividades associadas ou conexas com a prostituição, tais como o lenocínio e o tráfico de seres humanos com o fim de exploração sexual são penalizadas. A obtenção de provas para estes crimes é muito difícil, pois as vítimas estão muito fragilizadas, não têm coragem de apresentar testemunhos ou no caso de a apresentarem, acabam por sofrer represálias ou ameaças. Existem países em que a prostituição é legal, como é o caso da Alemanha (que sofreu a sua última alteração em 2002 com a aprovação do *Prostitutionsgesetz*¹), Holanda (desde a revogação dos artigos 250bis e 432 do *Wetboek van Strafrecht*² em 2000, que o lenocínio é legal neste país) e Nova Zelândia (onde o lenocínio foi legalizado em Junho de 2003 com a aprovação do *Prostitution Reform Act 2003*³). Contudo a legalização em vez de diminuir a prostituição fez com que esta tivesse aumentado e os níveis de exploração e violência mantiveram-se, em muitos casos, iguais! A defesa da legalização está associada a direitos de cuidados de saúde, bem como direitos sociais. No entanto, na prática isso,

¹ BUNDESMINISTERIUM DER JUSTIZ UND FÜR VERBRAUCHERSCHUTZ. Disponível em: <http://www.gesetze-im-internet.de/prostg/> Consultado em [22/10/2015].

² OVERHEID.NL. *De wegwijzer naar informatie en diensten van alle overheden*. Disponível em: <http://wetten.overheid.nl/BWBR0001854/TweedeBoek/TitelXVIII/Artikel273f/geldigheidsdatum> Consultado em [22/10/2015].

³ PARLIAMENTARY COUNSEL OFFICE. TE TARI TOHUTOHU PĀREMATA. *New Zealand Legislation*. Disponível em: <http://www.legislation.govt.nz/act/public/2003/0028/latest/DLM197815.html> Consultado em [22/10/2015].

muitas vezes, não se verifica. Um dos outros caminhos é o da penalização, podendo-se penalizar a vítima ou o cliente (como é o caso da França, desde a aprovação pela Assembleia Nacional da *proposition de loi n.º 533* em 12 de Junho de 2015 que veio dar uma nova redação ao artigo 225-12-1 do *Code Pénal*⁴). Verificamos que apesar de a criminalização da prostituição pretender reduzir este fenómeno, o certo é que tem conduzido a uma maior clandestinidade da atividade, colocando a prostituta numa situação ainda mais frágil e vulnerável. Uma forma de combater a prostituição é através da educação, da mudança de mentalidades e da igualdade de oportunidades de género, o que poderá demorar décadas. Este é um tema melindroso e de difícil tratamento mas que pretendemos discutir, apresentando algumas perspetivas que contribuam para um debate.

Palavras-chave: Prostituição; Lenocínio; Legalização; Criminalização.

⁴ ASSEMBLÉE NATIONALE. Disponível em: <http://www.assemblee-nationale.fr/14/ta/ta0533.asp>
Consultado em [23/10/2015].

Abstract: In order to analyze the evolution of the prostitution phenomenon throughout time we have to take into consideration certain juridical alterations. We will try to demonstrate the importance of diverse doctrines, addressing abolitionism, the statutory regime and at last the prohibitionist regime. Looking at the prostitution decriminalization in 1982 and the criminalization of the incitement to prostitution and trafficking, leads us to believe that prostitution is in a grey area because prostitution is not legal nor a crime, and sexual exploitation can only be judged through incitement or trafficking. There are several discussions about whether to legalize or criminalize prostitution, a matter for which there is no consensus. It is also necessary to know the reality of the people who are prostituting themselves, which are often vulnerable and sometimes victims of psychological, physical and sexual abuse. It is also important that the institutions helping this women act in a more effective manner in a way that makes them realize that they are victims and should face their aggressors as such. There are three options available regarding prostitution: to keep the lack of legislation, legalization or criminalization. Nowadays only the incitement and trafficking are criminalized however it is very difficult to have any evidence of the commission of the crime due to the fact that the victims often do not report the crime because they are afraid of repercussions. There are countries where prostitution is legal like in Germany (that regulated this topic in 2012 with the approval of the *Prostitutionsgesetz*), the Netherlands (that revoked the articles 250bis and 432 of *Wetboek van Strafrecht* in 2000, allowing brothels to be law-abiding establishments) and New Zealand (that lifted the ban on brothels in June of 2003 with the approval of the *Prostitution Reform Act 2003*). However the legalization instead of reducing prostitution increased it and the sexual exploitation and abuse stayed the same. The defense for legalization is based on the rights for health and social care, however in reality that does not happen. There is also the alternative of considering clients of prostitution as offenders (like in France since the approval by the National Parliament of the *proposition de loi n.º 533* in 12 of June of 2015, that changed the article 225-12-1 of the *Code Pénal*). However this will have the side effect of increasing clandestine activity therefore increasing the vulnerability of the victim. Another way to reduce prostitution is trying to educate people about it and changing the way people see it which may take years or decades. This is a very delicate subject and it is difficult to find a solution that will surely work but to avoid it is not a solution and it should be discussed.

Key-words: Prostitution; Incitement; Legalization; Criminalization.

Índice

Agradecimentos	2
Introdução	8
1. Contextualização.....	8
2. Objetivos.....	12
3. Metodologia	13
3.1. Descrição do estudo	13
3.2. Objetivos da Investigação	13
3.3. Questões de investigação	14
3.4. Importância do estudo.....	15
Capítulo 1 – Contributos para o Estado da Arte na UE e em Portugal	16
1.1. Breve contextualização	16
1.2. O lenocínio no Ordenamento Jurídico Português.	20
1.2.1. Relação entre Lenocínio, Associação Criminosa e Crime Organizado	20
1.2.2. O lenocínio no Ordenamento Jurídico Português e a sua interligação com a Prostituição	22
1.2.2.1 Causas e Motivos de Entrada das Mulheres na Prostituição em Portugal	27
Capítulo 2 – Abordagem a crimes de índole sexual	29
2.1. A criminalização da prostituição na UE e nos EUA.....	29
2.2. A ponte entre a prostituição e lenocínio (passando pelo tráfico de pessoas	33
2.3. Debate: Os discursos a favor e contra a Regulação em Portugal.....	38
2.4. Breves questões sobre a liberalização da prostituição em Portugal.....	42
Capítulo 3 – Análise de Jurisprudência sobre casos de lenocínio	45
3.1. Introdução	45
3.2. Acórdão do STJ de 13/04/2009, n.º 47/07 – Lenocínio como crime violento.....	46
3.3. Acórdão do STJ de 21/10/2009, n.º 47/07 – Lenocínio: crime de violência física e psicológica	48
3.4. Acórdão 07P1125 do STJ de 05/09/2007 – Cumplicidade e exploração lucrativa das mulheres ⁵²	
3.5. Crítica aos acórdãos	55
Capítulo 4 – Apresentação e análise do Focus Group	58
4.1. Introdução	58

4.1.1. Resumo do objeto/âmbito da discussão	59
4.2. “A prostituição: criminalizar ou liberalizar e reconhecer?”	60
4.2.1. A dissonância entre a criminalização/liberalização da prostituição	60
4.2.2. A escolha consciente de tratar casos de tráfico de pessoas como lenocínio	60
4.2.3. Prós e contras de legalizar/criminalizar a prostituição	62
4.2.3.1. A prostituição nunca é verdadeiramente uma escolha	63
4.2.3.2. A (negação da) zona cinzenta da prostituição em Portugal	64
4.2.3.3. A legalização da prostituição como forma de proteção da mulher	64
4.3. “A prostituição e as questões de género”	65
4.3.1. O que fazer para mudar mentalidades?	65
4.3.2. A prostituição como uma realidade que diz essencialmente respeito ao género feminino e crianças	65
4.4. “A criminalização da procura de prostituição”	67
4.4.1. Quem é o cliente?	67
4.4.2. Deve-se ou não criminalizar o cliente?	68
4.4.3. A dificuldade em se criminalizar o cliente	69
4.4.4. Não havendo criminalização do cliente em Portugal, que soluções temos para que as mulheres denunciem as situações de lenocínio?	70
4.5. Conclusões do Focus Group	71
Conclusão	75
Referências bibliográficas	81
ANEXOS	88
ANEXO I	89
Draft carta com o convite do Focus Group	89
ANEXO II	91
Guia Focus Group	91
ANEXO III	94
Transcrição integral do Focus Group	94
III.1 Primeira parte Focus Group	94
III.2 Segunda parte Focus Group	134

Introdução

1. Contextualização

Em 1836 foi criado um novo código administrativo, onde se regulou a proibição das prostitutas permanecerem em determinados locais, tais como, igrejas e passeios públicos. Quanto ao crime de Lenocínio, os Códigos Penais de 1852 e 1886 indicavam os crimes de natureza sexual por “crimes contra a honestidade”. O Código Penal de 1852 veio estabelecer o reconhecimento da existência de vítimas femininas e masculinas.

Até 1853 a relevância jurídica atribuída à prostituição caracterizava-se pela legislação avulsa. Entre 1853 e 1962, vigorou a regulamentação da prostituição, à qual se atribuiu a natureza de “profissão à condição”, desde que praticada em casas concebidas para o efeito e sujeitas a fiscalizações periódicas, no intuito de prevenir e controlar a propagação de doenças.

A era do regulamentarismo veio a extinguir-se, somente no ano de 1962, aquando a prática da prostituição passa a ser proibida. O Decreto-lei n.º 445/79, de 19 de Setembro de 1962, passou a proibir a prática da prostituição, prevendo inclusivamente a pena de prisão para quem desenvolvesse práticas de fomento e favorecimento da prática de prostituição. Mais tarde, o Código Penal de 1982 passou a prever no artigoº 215.º (Lenocínio simples) e no artigoº 216.º (Lenocínio qualificado), tendo despenalizado a prática de prostituição. Com a ineficácia dos regulamentos, foi criada, em 1926, a Liga Portuguesa Abolicionista, que tinha por objetivo a abolição dos regulamentos da prostituição com o consequente encerramento das casas de tolerância, a repressão do proxenetismo e o reconhecimento de uma moral única e igualdade entre homens e mulheres.

O Código Penal de 1982 promoveu ainda uma alteração ao bem jurídico tutelado, deixando aquela norma de tutelar os “bons costumes” para passar a tutelar a “dignidade humana”.

Eis que, em 1983, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 400/82, que aprovou o Código Penal, veio a operar-se a despenalização da prostituição, perdurando, a criminalização da conduta de fomento, favorecimento ou facilitação dos atos de prostituição. Foi assim tipificado o crime de lenocínio. A prática de atos de prostituição deixou de consubstanciar um ilícito de natureza criminal, saindo da esfera de ação do Direito Penal. Assim sendo, a prostituição representa uma atividade permitida, ou seja, não

proibida. Apesar disto, não é reconhecida enquanto atividade (comercial ou artística ou de qualquer outra natureza), e conseqüentemente, não é regulamentada. Em 1902 existiam, em Portugal, catorze Regulamentos que incidiam sobre a prática de prostituição.

A reforma penal de 1998, alterou novamente o artigoº 170.º, n.º 1 do Código Penal (Lenocínio Simples), conduzindo a um alargamento do âmbito de aplicação da norma, ao suprimir o elemento do tipo a exigência de exploração de situação de abandono ou necessidade da vítima. A reforma penal de 2001, por sua vez, voltou a promover alterações neste tipo de crime, desta vez no n.º 2, do artigoº 170.º do Código Penal. Com a reforma penal da Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, voltou, não só, a alargar-se o tipo qualificado (n.º 2, do artigoº 170.º do Código Penal), mas também, sobre o n.º 1, com a eliminação da expressão “actos sexuais de relevo”, provocando um novo aumento do âmbito de aplicação.

O crime de lenocínio está tipificado no artigoº 169.º do Código Penal. A reforma penal de 2010 deu origem a novas alterações no Código Penal e no Código Processo Penal, mas foi essencialmente no Direito Processual Penal, que aconteceram as alterações mais importantes sobre o crime de lenocínio.

No que toca ao crime de lenocínio simples, foi na reforma penal de 1998, que o mesmo sofreu uma importante alteração na redação. Com a nova redação, procedeu-se a um novo alargamento do âmbito de aplicação e da conseqüente punição, representando esta, uma neocriminalização de condutas até à época não punidas criminalmente. Por sua vez, o lenocínio qualificado (previsto no artigoº 169.º, n.º 2 do Código Penal) representa a agravação da conduta e da culpa do agente, antecipando as situações em que este, profissionalmente ou com intenção lucrativa fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição, recorrendo, para o efeito, a meio de violência ou ameaça grave, através de ardil ou manobra fraudulenta, com abuso de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, ou de trabalho, ou aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima.

Pires e Gonçalves (2007) constataam que a exploração sexual de pessoas, com fins comerciais, remonta à Grécia Antiga. Os autores afirmam que nessa altura era usual que raparigas jovens e mesmo crianças com menos de cinco anos de idade fossem

comercializadas com o propósito de serem escravas sexuais.⁵ Estas eram obrigadas a prestar esses mesmos serviços a quem as contratava. No entanto, em pleno século XXI é intolerável que nos deparemos com estas práticas tão antigas bem como em alguns casos encontremos ainda a expansão das mesmas. Por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) calcula que, todos os anos, cerca de 2,4 milhões de pessoas são traficadas em todo o mundo, acrescenta ainda que cerca de 43% desse número corresponde às pessoas que são submetidas à exploração sexual.⁶

Em Portugal o facto de a prostituição não ser crime poderá ser um motivo aliciante para a sua exploração, mesmo sendo o crime de lenocínio penalizado. Neste sentido, assume principal preponderância o preceito consagrado no artigoº 169.º, n.º 1, do Código Penal, que diz que, “*Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.*”, ficando assim tipificado o crime de lenocínio. Neste ponto parece-nos que um não vive sem o outro, pelo que a não criminalização da prostituição não abona em favor da penalização do crime de lenocínio. Não será isto um ciclo vicioso ao tolerarmos um e criminalizarmos o outro? A prostituição representa uma atividade que consiste na prática de atos sexuais a troco de dinheiro, ato sexual propriamente dito (implica cópula, coito anal e coito oral), mas também, toda e qualquer troca de interação corporal entre duas ou mais pessoas, de forma não sentimental e a troco de bens (incluindo dinheiro) ou favores (influências). É tida como a troca consciente de favores sexuais por favorecimento profissional, de bens materiais, informação, entre outros, e caracterizada pela ausência de sentimentos, afeto e, eventualmente, prazer. Quanto aos seus agentes, a prostituição tanto pode ser praticada por indivíduos do sexo feminino como do sexo masculino, embora na maior parte das vezes seja praticada pelo sexo feminino. A prostituição não se reduz apenas a um ato individual de uma pessoa que aluga o seu corpo por dinheiro, mas antes a uma organização com dimensão local, nacional, internacional ou transnacional, contemplando três elementos integrantes: pessoas prostituídas, proxenetas e clientes.

Estamos perante uma visão da prostituição como atividade organizada e passível de atingir várias dimensões, sendo que “*a mulher prostituída é uma intermediária do dinheiro*

⁵ PIRES, H. GONÇALVES, T. A. *Tráfico e exploração sexual de mulheres e meninas no Brasil*. São Paulo, 2007; p. 8

⁶ PATTO, P. (2013). *Prostituição - O Quadro Legal Português*. Juiz de Direito; p.2

que vem do cliente, passa pelas suas mãos, e segue para o chulo e/ou outras formas de proxenetismo.”. Primeiramente, para nos familiarizarmos com a evolução da prostituição, e acerca disto relembremos que o regime que a regula sofreu grandes alterações ao longo dos tempos. Teremos também de clarificar os conceitos de prostituição e lenocínio na sua relação com o Direito Penal, tendo em conta que estamos num Mestrado de Criminologia e não podemos descurar as questões de Direito. Face ao sistema legal vigente em Portugal, será necessário analisar e discutir o enquadramento jurídico-legal no quadro nacional e internacional regulador da prática da prostituição e do crime de lenocínio.

2. Objetivos

Provada a relevância do tema, importa colaborar na reflexão que ele naturalmente suscita, procurando perceber aquelas que são as controvérsias mais marcantes, e refletindo criticamente sobre elas, conforme um trabalho desta natureza reclama.

Como tal, é imprescindível mobilizar o binómio que está presente em toda a discussão, e que assenta numa ponderação entre a opção de legalizar ou, ao invés, criminalizar, a prática da prostituição, inelutavelmente associada ao crime de lenocínio. Neste sentido, importa dissecar as vantagens e os inconvenientes apontados a cada uma das propostas.

Face ao exposto, o ponto crucial desta investigação prende-se com a questão de saber se, considerando a evolução do fenómeno da prostituição e da prática do crime de lenocínio, há, por um lado, consenso teórico e, por outro, debate social suficiente, para permitir uma tomada de posição nesta matéria.

Percorrido todo o caminho traçado, a contribuição que aqui se pretende deixar passa essencialmente por, depois de apresentado o objeto de análise, indicar as vias alternativas, quer ao nível do regime legal, quer ao nível das instâncias de controlo, capazes de inverter a tendência de aumento do crime de lenocínio.

Ao mesmo tempo, não pode deixar de se notar, que o propósito primordial deste trabalho será, acima de tudo, o de promover a discussão sobre o enquadramento a dar ao fenómeno da prostituição.

3. Metodologia

3.1. Descrição do estudo

Pretende-se com este estudo analisar o atual enquadramento jurídico do crime de lenocínio intrinsecamente associado a uma prática não ilícita mas que levanta inúmeros problemas e que está no cerne da criminalização do lenocínio: a prostituição, assim como algumas decisões judiciais que demonstram a forma como este tema tem sido abordado nos nossos tribunais. Uma contextualização pormenorizada do fenómeno da prostituição e da sua exploração económica por terceiros (o lenocínio) permitirá aferir das suas causas, das suas consequências, e do debate profundo e comprometido com uma solução para um problema não só jurídico como também (e sobretudo) social.

O estudo será estruturado em 2 etapas:

a) Na primeira etapa, mais descritiva, centrar-nos-emos na análise da situação atual à luz dos factos históricos determinantes, numa lógica de contextualização, partimos depois para a mobilização dos pressupostos teóricos que enquadram esta matéria, através de uma breve revisão bibliográfica. Nomeadamente foca-se: a análise comparada dos regimes legais associados à prática da prostituição e do lenocínio, a dissecação e interligação de conceitos, a apresentação das correntes doutrinárias em confronto, e a exploração das posições jurisprudenciais mais relevantes. Desta forma, pode-se sumariar que os três primeiros capítulos apresentam, de forma iminentemente descritiva, as linhas que demarcam a presente discussão.

b) Na segunda etapa, que corresponde ao quarto e último capítulo, procede-se à apresentação de um Focus Group, realizado com o intuito de conferir a este trabalho uma componente de intervenção prática. Trata-se de convocar uma abordagem exploratória, com base numa recolha empírica, das perspetivas trazidas por profissionais em contacto direto com a realidade da prostituição.

3.2. Objetivos da Investigação

Esta investigação integra aspetos diversificados, como a análise da questão da prostituição e do lenocínio, as suas principais causas, a comparação entre o tratamento

jurídico que estes temas recebem em Portugal e o tratamento que recebem em ordenamentos jurídicos estrangeiros (uns mais permissivos, outros mais conservadores), e a forma como é interpretada a lei pelos tribunais em Portugal (o crime de lenocínio vem previsto no artigo 169.º do Código Penal).

Assim, esta investigação centra-se nos seguintes objetivos gerais:

- 1) Analisar a panorâmica do Lenocínio e da prostituição em Portugal;
- 2) Apontar críticas fundamentadas ao atual enquadramento jurídico e à forma como este tema tem sido tratado nos tribunais.

Estes objetivos gerais concretizam-se em alguns objetivos específicos, nomeadamente:

- a) Contextualizar o tratamento jurídico da prostituição e do lenocínio com a realidade social das vítimas e de quem se dedica à prática do lenocínio;
- b) Caracterizar as principais causas que levam as vítimas à prostituição;
- c) As duas realidades criminais intimamente ligadas à prostituição: o tráfico de pessoas e o lenocínio;
- c) Comparar os argumentos a favor e contra a criminalização do lenocínio;
- d) Abordar a forma como os tribunais superiores têm aplicado as normas relativas à prostituição e ao lenocínio.

3.3. Questões de investigação

Decorrentes dos objetivos acima enunciados, propõem-se as seguintes questões de investigação:

1. As normas que atualmente vigoram quanto ao lenocínio e à prostituição são adequadas ou encontram-se ultrapassadas?
2. A opção do legislador português produz melhores ou piores resultados práticos do que a opção de outros ordenamentos jurídicos que despenalizaram a prostituição e o lenocínio?
3. Quais os bens jurídicos que a criminalização do lenocínio visa proteger?
4. Quais as causas da existência de mulheres que voluntariamente se prostituem em espaços de lenocínio?
5. Quais os principais argumentos a favor da criminalização do lenocínio?

6. Quais as sequelas psicológicas das vítimas?
7. Quais os principais riscos a que estão expostas as prostitutas?
8. Qual o papel dos institutos de solidariedade social no apoio às prostitutas?
9. Qual o tipo de homens/mulheres que recorre à prostituição?

3.4. Importância do estudo

A importância deste estudo prende-se, a nosso ver, com a necessidade de se discutir estes temas dado que as normas que os regulam não oferecem respostas satisfatórias aos múltiplos problemas que levantam.

Pretendemos, designadamente, que esta investigação possa vir a contribuir para sensibilizar as entidades competentes para a necessidade de apoiar e reabilitar as vítimas do fenómeno social que é a prostituição.

Capítulo 1 – Contributos para o Estado da Arte na UE e em Portugal

1.1. Breve contextualização

Tanto o lenocínio como a prostituição, não têm um aparecimento histórico concreto, ambos nasceram como que com a própria humanidade.⁷

Fragoso defendia que “o lenocínio é a atividade acessória ou parasitária da prostituição”⁸. O ramo da prostituição é muito antigo, ainda assim, outrora não tinha “o sentido promíscuo dado pelos tempos modernos, quando é impulsionada pelo fim de lucro.”⁹

Ainda em conformidade com o mesmo autor¹⁰, refere-se que na Grécia era praticada a prostituição religiosa, em culto à fecundidade, nos templos de Afrodite. No entanto, com a Lei de Sólon (594, a.C.), foi criada uma prostituição do Estado, um outro autor explica que “em Atenas havia o ‘dicterion’, casa destinada ao amor carnal”¹¹, uma casa que foi regulamentada pela lei de Solón, “produzindo rendimentos fiscais, por meio de tributos”.

Fragoso acrescentava ainda que também na antiga Roma, “havia prostituição religiosa, de que se derivou a prostituição profana, exercida nos lupanares.”¹² A prostituição era vista e tida como atividade lucrativa para a sociedade, isto porque, o próprio Estado exigia um imposto sobre as prostitutas.¹³

Outras atividades estavam inerentes a quem se prostituía, por exemplo, as escravas sexuais dos acampamentos militares, além do sexo eram também obrigadas a trabalhar como enfermeiras e cozinheiras. Nesta altura, a única esperança que estas mulheres tinham para escapar era a de serem adquiridas “por algum oficial que fosse rico o suficiente para possuir uma mulher para os seus prazeres pessoais.”¹⁴

Foi após a queda do império Romano que a prostituição começou por ser vista de outra forma e moralmente repreensível. Contudo, as constantes guerras entres os feudais

⁷ PIERAGENLI, J. H. (2007). *Manual de Direito Penal Brasileiro*

⁸ FRAGOSO, H. (1965). *Lições de Direito Penal*

⁹ PRADO, L. R. (2006). *Curso de Direito Penal Brasileiro: parte especial – artigos 184 a 288*

¹⁰ FRAGOSO, H. (1965). *Lições de Direito Penal*

¹¹ CASTELO, B. (1966). *O advogado diante dos crimes sexuais*; p. 163

¹² FRAGOSO, H. (1964). *Lições de Direito Penal*; p. 632

¹³ ROBERTS, N. (1998). *As Prostitutas na História*; p. 60

¹⁴ *Idem*; p. 76

geraram um aumento de emigrações rurais para as cidades, o que conduzia a que as mulheres que ficassem viúvas bem como as filhas dos soldados mortos nas batalhas se prostituíssem para sobreviver.¹⁵

Segundo Fragoso, com o advento do cristianismo, a prostituição foi, no princípio, drasticamente proibida e punida.¹⁶

Na perspetiva de Roberts, “a repressão permanente do comércio do sexo era, na prática, uma ficção legal (...) a prostituição continuou a mostrar-se impossível de ser detida”.¹⁷ Segundo Andrade (2003), o próprio rei francês Luís XV, no século XVIII, aliciava crianças para a exploração sexual. Nessa altura o rei mantinha sob a sua tutela as jovens que lhe convinha, em troca de proteção e sustento, configurando um aproveitamento da situação de miséria das famílias dessas mesmas crianças.

No século XVIII, a prostituição e a prostituição infantil, era algo comum pelas ruas de Londres, tal como nos é relatado por Stevens: “nas Marquises e nas Alamedas muitas vezes encontramos meninas de doze e treze anos de idade nas condições mais desprezíveis; pobres objetos com um rosto bonito. Alguém as vai levar para prostíbulo, onde a pobre infeliz é despida, lavada e recebe roupas novas (...) O chulo recebe uma ou duas libras pelo seu trabalho: assim, as meninas têm sido compradas e a maioria faz aquilo que agrada ao comprador (...) As meninas são obrigadas a estar sentadas durante toda a manhã até às cinco horas para beber qualquer janota desamparado que possa perambular durante a madrugada e aguentar qualquer comportamento que estes visitantes bêbados possam querer apresentar – e por fim suportar os atos sexuais mais nojentos.”¹⁸

A pobreza tornava as crianças inseridas na classe trabalhadora vulneráveis a todos estes tipos de abusos, pois “alguns pais, desesperadamente pobres, mandavam as suas próprias filhas para as ruas para se oferecerem.”¹⁹ Tendo em conta os crescentes pedidos e do próprio valor atribuído às virgens, “era inevitável que as raparigas fossem vendidas a chulos ou mesmo a bordéis pelos seus pais, ou até traídas, seduzidas ou coagidas pelos chulos a serem violadas por homens ricos”.²⁰

¹⁵ PAULA, A.; LONGO, G. - *O escravismo contemporâneo e sua relação com a prostituição: uma abordagem do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual*; p. 9

¹⁶ FRAGOSO, H. (1965). *Lições de Direito Penal*; p. 633

¹⁷ ROBERTS, N. (1998). *As Prostitutas na História*; p. 76

¹⁸ Stevens (1780) *ob.cit* ROBERTS, N. (1998). *As Prostitutas na História*; p. 208

¹⁹ ROBERTS, N. (1998). *As Prostitutas na História*; p. 238

²⁰ *Ibidem*

No início do século XIX, em Portugal, começaram a ser realizados estudos e feitas investigações sobre o fenómeno da prostituição, coincidindo com a criação do Conselho de Saúde Pública do Reino em 1837, período marcado pela sífilis, tal como referimos anteriormente.

Só a partir do século XX, ciências que não a medicina, começaram então também elas a interessar-se pelo assunto e a estudar o fenómeno tal como refere Alexandra Oliveira²¹.

Nos dias de hoje o crime de lenocínio está previsto, e punido, no artigo 169.º, n.º 1 do Código Penal.²²

Pierangeli elucida-nos de que “o lenocínio é punido desde a Antiguidade”²³, onde várias leis foram criadas de forma a preservar os costumes e a moral pública.

Quanto ao conceito em si, lenocínio, é definido no Dicionário como o “ato criminoso de provocar ou facilitar a corrupção”²⁴. Já a prostituição é referida no mesmo dicionário como “devassidão; conjunto de prostitutas”.²⁵

O ordenamento jurídico português não criminaliza a pessoa que se prostitui, sendo apenas crime a conduta de quem explora a atividade de prostituição levada a cabo por outrem (proxenetismo), incorporando, tal como todos os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, o conceito jurídico de criminalidade violenta, nos termos do disposto na alínea j), do artigo 1.º do Código do Processo Penal.

O artigo 169.º, n.º 1 do Código Penal prevê a punição daqueles que profissionalmente agirem perante esta atividade com intuito lucrativo (prevendo que lhes seja aplicada uma pena de prisão de seis meses a cinco anos, artigo 169.º, n.º 1 do Código Penal). No entanto, esta conduta pode ainda ser punida de forma mais severa na eventualidade de o agente praticar o crime com recurso à violência, a ameaças graves, diretrizes e trabalhos fraudulentos, se se orientar e favorecer de um poder de autoridade resultante de uma dependência hierárquica, monetária ou de trabalho, e ainda caso se aproveite de uma pessoa com incapacidade psíquica ou de qualquer outra vulnerabilidade da vítima, o chamado lenocínio qualificado (nestes casos a pena prisão aplicável vai de um oito anos, artigo 169.º, n.º 2, alínea d) do Código Penal).

²¹ OLIVEIRA, A. (2004). *As vendedoras de Ilusões – Estudo sobre prostituição, alterne e striptease*.

²² Código Penal Português. Disponível em: www.tribunalconstitucional.pt Consultado em: [24/05/2015].

²³ PIERAGENLI, J. H. (2007). *Manual de Direito Penal Brasileiro*; p. 503

²⁴ *Dicionário da Língua Portuguesa*

²⁵ *Ibidem*

Contudo, segundo Pedro Vaz Patto, “já tem sido defendida a inconstitucionalidade da punição do lenocínio simples, com a invocação de princípios de liberdade sexual e de neutralidade do Direito Penal quanto à moralidade sexual.”²⁶.

O autor ainda afirma que não obstante a sua perspectiva, o “Tribunal Constitucional (nos seus acórdãos 144/04 e 303/04 – disponíveis em www.tribunalconstitucional.pt) não tem seguido essa posição, alegando que a prostituição supõe sempre uma exploração contrária à dignidade da pessoa humana, dignidade em que, de acordo com o artigo 1º da Constituição, assenta o Estado português.”.

²⁶ PATTO. (2008). *O tratamento jurídico da prostituição*; p. 217

1.2. O lenocínio no Ordenamento Jurídico Português.

1.2.1. Relação entre Lenocínio, Associação Criminosa e Crime Organizado

Para se abordar o tema de lenocínio no ordenamento jurídico português, importa primeiramente tecer alguns comentários sobre a forma como está tipificado o crime de lenocínio e o abordar um tipo de crime (que viola a paz pública e não a liberdade sexual), que na prática surge muitas vezes associado ao lenocínio (o crime de associação criminosa, previsto no artigo 299.º do Código Penal).

Atualmente, não só em Portugal como noutros países, procuram-se encontrar respostas jurídicas para o fenómeno crescente do crime organizado.

A Constituição da República Portuguesa de 1976, apesar de não fornecer um conceito claro daquilo que é a criminalidade organizada, evidencia o seu reconhecimento em sede constitucional, a constituição dá até, enfoque à sua faceta internacional, manifestando claramente a necessidade de um tratamento diferenciado, isto é, especial, dos problemas que são originados por ela própria. A Lei Fundamental reconhece, através da excepcionalidade da medida que autoriza – no artigo 33.º, n.º 3, relativo à extradição –, a extrema gravidade e o elevado grau de lesão que está associado a estas condutas, daí que faça referencia ao conceito de “criminalidade internacional organizada”. De facto, o direito constitucional nacional tem que ser conjugado com o direito internacional e (sobretudo) com o direito comunitário (em conformidade com o que estabelece o artigo 8.º da Constituição da República Portuguesa), sendo que o Direito Internacional acaba por influenciar inúmeras normas do nosso ordenamento jurídico.

O artigo 299.º, n.º 1 do Código Penal estabelece que pratica o crime de associação criminosa “*Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação cuja finalidade ou actividade seja dirigida à prática de um ou mais crimes*”; tendo em consideração a forma como operam muitos dos espaços de lenocínio (coloquialmente conhecidos como bordéis), onde além de prostitutas a exercer a sua atividade, trabalham também outros funcionários que desempenham outras funções desde a segurança privada a serviços de bar e hotelaria, espaços que não raras vezes se publicitam em jornais e em espaços virtuais (houve inclusivamente um caso em Portugal de um espaço de lenocínio, o “Bar ML” que

durante anos patrocinou o Grupo Desportivo de Bragança²⁷), e envolvem uma logística considerável para o desenvolvimento reiterado desta atividade criminosa, estamos em condições de afirmar que o crime de lenocínio e o crime de associação criminosa estão (na prática) intimamente ligados.

Tomando agora em consideração o artigo 1.º, alínea m) do Código do Processo Penal considera-se (para efeitos do Código do Processo Penal) que as condutas que integram o crime de associação criminosa são condutas de criminalidade altamente organizada, e o Decreto-lei nº 5/2002, a Lei do combate ao crime organizado, estabelece que este diploma se aplica aos crimes de associação criminosa (artigo 1.º, n.º 1, alínea i)) e lenocínio quando praticado de forma organizada (artigo 1.º, n.º 1, alínea m) e n.º 2).

A redação do artigo 299.º, n.º 1 do Código Penal e do artigo 1.º, alínea m) do Código do Processo Penal não levantam grandes questões, o mesmo não ocorre com a redação do artigo 1.º, n.º 2 do Decreto-lei 5/2002; a redação desta norma inclui o recurso a um conceito indeterminado, a tal – forma organizada –, que não pode ser entendida como a simples imposição da presença de uma associação criminosa, uma vez que, este tipo já se encontra incluído de forma autónoma no catálogo do artigo 1.º, n.º 1. Ou seja, resulta de uma possível extensão do procedimento que está previsto nesta lei a agentes que não pratiquem os crimes elencados na norma no quadro de uma associação criminosa (o caso do lenocina que atua sozinho, promovendo, facilitando ou fomentando a atividade de uma ou várias prostitutas com intuito lucrativo, sem o auxílio de outros agentes). A lei pressupõe, portanto, uma relativa continuidade da relação negocial e consequentemente um patamar organizativo²⁸, mas possibilita a aplicação do Decreto-lei 5/2002 não só a grupos organizados que se dedicam ao lenocínio mas também a agentes que praticam o crime sozinhos mas de uma forma organizada.

²⁷ PÚBLICO. (2013). *Capturado empresário da noite que esteve na origem da inquietação das "Mães de Bragança*. Disponível em: <http://www.publico.pt/local/noticia/capturado-empresario-da-noite-que-esteve-na-origem-da-inquietacao-das-maes-de-braganca-1613156> Consultado em: [23/10/2015].

²⁸ LEAL, G. ALMEIDA, J. (2012). *Estado, Crime Organizado e Território: Poderes Paralelos ou Convergentes?*. XIII Jornada do Trabalho. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/13.pdf> Consultado em: [24/05/2015].

1.2.2. O lenocínio no Ordenamento Jurídico Português e a sua interligação com a Prostituição

O Código Penal português não tipifica, atualmente, a prostituição como crime, é crime apenas (repita-se) a exploração da prostituição com intuito lucrativo, ou seja, enquanto crime público de lenocínio (artigo 169.º, n.º 1 do Código Penal). Isto é, apenas quando essa exploração seja exercida pelo agente a título profissional e por sua vez com fins lucrativos; poder-se-á considerar que a exigência de um intuito lucrativo é ilógica que “deixa a porta aberta” a tentativas de contornar a lei, e não impossibilita que venham a surgir futuramente bordéis explorados por pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativo (em 2012, o Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA estudou a possibilidade de constituir uma cooperativa de prostitutas²⁹, algo que já existe em Ibiza³⁰). Neste caso, o interveniente (explorador) é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos, que pode agravar para 1 a 8 anos no caso do uso da violência, ameaça, fraude ou abuse de autoridade (artigo 169.º, n.º 2 do Código Penal).

Em Portugal a questão da necessidade de um enquadramento legal da prostituição, tem sido quase como que “ignorada” no seio da política nacional, essa necessidade urge essencialmente com base nas questões fiscais, de apoio médico e de segurança social, ainda assim, a Provedoria da Justiça afirma que *“não se logrou, até à data, o agendamento de um qualquer debate político na Assembleia da República”*.

A Provedoria de Justiça afirma ainda que existe falta de dados estatísticos precisos, mas reconhece, segundo dados fornecidos pelo Ministério da justiça, *“que a criminalidade associada ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual é um fenómeno que tem vindo a registar um aumento crescente também em Portugal.”*³¹

A maioria dos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual (artigo 163.º a 179.º do Código Penal) são semi-públicos, o que segundo a Provedoria de Justiça, *“dependem de queixa, não podendo os respectivos processos ser desencadeados directamente pelos órgão de polícia criminal, excepto os crimes de abuso sexual de pessoa*

²⁹ ROPIO, N. (2012). *Jornal De Notícias*. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/nacional/interior.aspx?content_id=2334934 Consultado em [23/10/2015].

³⁰ 20MINUTOS. (2014). Disponível em: <http://www.20minutos.es/noticia/2033878/0/cooperativa/sexo-prostitutas/ibiza/> Consultado em [23/10/2014].

³¹ PROVIDORIA DE JUSTIÇA. *Direitos da Mulher. O Caso Português: Enquadramento normativo geral e atuação do Provedor de Justiça*. 2º Relatório sobre Direitos Humanos da FIO. Disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/TPB_MA_3746.pdf Consultado em [26/05/2015]; p. 14

*internada, tráfico de pessoas, lenocínio e tráfico de menores, que são públicos, ou se, em qualquer outro caso, o crime ou praticado contra menor de 14 anos ou dele resultar o suicídio ou a morte da vítima.”*³²

Ana Coelho defende, igualmente, que em Portugal as prostitutas/os “*deveriam ser pessoas com direitos e com deveres perante a sociedade*”³³, uma vez que, foi assim que estas pessoas decidiram e escolheram rumar na vida.

Em Portugal o legislador optou por não criminalizar a prostituição (e a nosso entender optou bem, dado que não violando a atividade prostitucional nenhum bem jurídico constitucional, a sua criminalização violaria o princípio da subsidiariedade do Direito Penal, e seria um crime sem vítima), o que levanta a questão de manter a prostituição no atual “vazio legal” em que se encontra (sendo uma atividade meramente tolerada pelo legislador) ou regulá-la (sendo que se existe e é lícita, poderá ser conveniente criar normas que a regulem, nomeadamente para evitar que decorra sem condições de higiene e sem condições de segurança, como ocorre muitas das vezes, atualmente).

Certo é que no nosso país como em vários, muitos autores/entidades políticas consideram e comparam a prostituição à exploração e à escravatura³⁴, o que faz com que não exista o consenso necessário para que se avance politicamente sobre um assunto tão polémico como o da prostituição; como já referimos, no panorama jurídico-constitucional português seria absurdo criminalizar a prostituição, mas é inegável que o facto de ser um tema politicamente e socialmente controverso leva a que o debate da regulação da prostituição seja sistematicamente adiado.

Ainda assim, não podemos deixar de lado a noção de que em largas dezenas de anos a situação em Portugal evoluiu (muito fruto do trabalho de diversas ONG’s que trabalham altruisticamente no sentido de tornar mais digna a vida de muitas prostitutas), e os problemas das prostitutas são tratados de forma mais séria na atualidade pela sociedade civil. O que antes era reprimido, hoje é quase como que ignorado e o seio da questão está exatamente aqui. Por exemplo, no decorrer da última parte do regime salazarista e nos

³² PROVIDORIA DE JUSTIÇA. *Direitos da Mulher. O Caso Português: Enquadramento normativo geral e atuação do Provedor de Justiça*. 2º Relatório sobre Direitos Humanos da FIO. Disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/TPB_MA_3746.pdf Consultado em [26/05/2015]; p. 15

³³ COELHO, A. F. (2010). *Prostituição: A Desconstrução dos seus Anátemas*. Dissertação de Mestrado. Edições ISMT. Coimbra; p. 12

³⁴ De acordo com o Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas passam por Portugal várias rotas de tráfico internacional de pessoas, essencialmente de mulheres, ou seja, Portugal mais do que um país de destino de imigração para essas mulheres é muitas vezes um país de passagem/trânsito e de saída. (Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas *cit in*. Providoria de Justiça).

primeiros tempos da democracia a prostituição era absolutamente proibida (e punida). Nesse período de tempo as casas que funcionavam com essa atividade foram encerradas, as prostitutas foram punidas com pena de prisão e as casas viram os seus bens serem apreendidos. Como já vimos anteriormente, a partir de 1983 e até aos dias de hoje a prostituição foi desprovida de punição por parte da lei, ao contrário do lenocínio que foi criminalizado.³⁵

A criminalização do lenocínio visa tutelar juridicamente a dignidade da pessoa e punir o enriquecimento de alguém em virtude da exploração de uma atividade degradante que traumatiza irreversivelmente a vítima deste crime (a prostituta), comprometendo inegavelmente o Direito da vítima ao livre desenvolvimento da personalidade e a sua liberdade sexual (mesmo que a prostituta atue de forma autodeterminada e livre de qualquer coação, o trauma provocado pela atividade prostitucional compromete a sua vida sexual futura).

Durante vários anos vigoraram em Portugal noções absolutamente simplistas sobre o conceito de prostituição, incapazes de contornar conotações morais. Então, e como exemplo, existe uma das mais antigas investigações realizadas em Portugal sobre o assunto em 1843 por Santos Cruz, onde o autor deu como definição de prostitutas “*aquelas que fazem mal publicamente do seu corpo ganhando dinheiro e que o fazem constantemente a quem quer que for*”³⁶. Hodiernamente, podemos considerar esta definição totalmente arcaica e desprovida de justificação, uma vez que, em pleno século XXI temos a noção de que existem prostitutas de vários níveis³⁷, que trabalham apenas algumas vezes por ano, as voluntárias (nome atribuído pelo mesmo autor) que além de exercerem a atividade com base na racionalidade foram elas que livremente adotaram esse estilo de vida.

A única certeza e tal como no diz Grosso é que são poucos os casos que chegam a tribunal, enquanto atividade criminalizada.³⁸

Relacionada com esta questão da prostituição e diretamente ligada ao lenocínio é precisamente a situação dos proxenetes ou “chulos”, palavra mais utilizada na gíria popular.

³⁵ MANITA, C. OLIVEIRA, A. (2012). *Estudo da caracterização da prostituição de rua no Porto e em Matosinhos*

³⁶ *Ob.cit* COELHO, A. F. (2010) *Prostituição: a desconstrução dos seus Anátemas*

³⁷ Bernardo, (2006) *ob.cit* COELHO, A. F. (2010) *Prostituição: a desconstrução dos seus Anátemas*

³⁸ GROSSO, V. *Na condição de Prostituta, que Redes de Suporte Social?*. Dissertação de Mestrado. ISMT. Coimbra, 2009

Hogard e Finstad,³⁹ dizem que existem cinco tipologias deste agente do crime de lenocínio que de certa forma exploram a atividade das mulheres prostitutas. São eles:

- Namorado, proxeneta não violento – Neste caso ambos mantêm uma relação sólida e amorosa onde a mulher apenas se prostitui por decisão de ambos.
- Namorado, proxeneta violento – Neste caso a relação é marcada por violência geralmente grave e onde o envolvimento de ambos é meramente emocional.
- Proxeneta sexual – Aqui o homem explora e apenas usufrui da atividade para favorecer monetariamente da mesma, não existindo qualquer tipo de relação amorosa.
- Proxeneta Estável – Este detém um grupo de mulheres a trabalhar para ele e muitas das vezes mantém com uma ou mais uma relação amorosa.
- Proxenas de clube de sexo – Por último, neste caso inserem-se os gerentes ou proprietários de casas onde a atividade é exercida.

Esta realidade não é nova, nos dias que correm muitas são as mulheres que trabalham na rua e têm de partilhar os seus “lucros” com os namorados, companheiros e “chulos”, o que acontece muitas vezes por estes se acomodarem à falta de um emprego regular e independente, uma vez que, a prostituição é vista pelos mesmos como um facilitismo.

Ainda que retrógrado e pouco vistos, ainda existem casos em que o proxeneta vive inteiramente à sombra da mulher que explora.

Nestes casos, as mulheres, ao não controlarem o seu próprio rendimento, são desrespeitadas e consequentemente vítimas de maus tratos e chantagens emocionais. (Grosso, 2009).

O nosso país, à sombra de outros europeus, tem vindo a alternar a maneira como perspetiva a prostituição, no entanto, aquilo que se refletiu está na forma de como foi legislando a questão. De forma a entender melhor este percurso do panorama legislativo,⁴⁰ apresenta quatro momentos importantes.

Alexandra Oliveira denomina o primeiro momento como “Legislação Avulsa e Pré-regulamentarismo”, fase que decorreu desde os primórdios de Portugal até ao ano de 1853.

³⁹ Hogard e Finstad *ob.cit* BERNARDO, P. (2006). *Prostituição e representações Sociais*; p. 39

⁴⁰ OLIVEIRA, A. (2004). *As vendedoras de Ilusões – Estudo sobre prostituição, alterne e striptease*

Neste período “os monarcas e seus legisladores, assim como a Igreja, seguiram titubeantes entre a moral e os bons costumes e as suas necessidades sexuais ilegítimas”.⁴¹

O regulamentarismo marcou a fase entre 1853 e 1962, sendo considerado como um período avassalador devido à propagação da sífilis, daí resultaram variadíssimas medidas que pretendiam travar e controlar a atividade da prostituição, inclusive nesse período era determinado que cada prostituta obtivesse a sua própria caderneta.

O período que se seguiu, o proibicionismo, segundo os mesmos autores corresponde ao período compreendido entre 1963 e 1982, onde teve lugar a publicação do Decreto-Lei n.º 445/79, de Setembro de 1962 proibindo a partir de 1 de Janeiro de 1963 a prostituição que passava a ser punida mesmo com pena de prisão.

Com o passar dos anos verificou-se que a medida não veio acabar com a prostituição em Portugal, mas sim piorar as condições de trabalho dessas mulheres que se viam, a partir de então, obrigadas a fazê-lo às escondidas das autoridades, até que em 1982 o Decreto-Lei n.º 400/82 vem revogar o artigo 1.º da lei de 1962. Conforme tivemos a oportunidade de afirmar *supra* a 1 de Janeiro de 1983, “entra em vigor a despenalização da prostituição e com ela a criminalização do lenocínio”⁴², situação que vigora até hoje em Portugal. “No entanto, esta situação não legaliza a prostituição, apenas não criminaliza o seu exercício”.

Alberto (2012) ressalta outras duas problemáticas inerentes à prostituição no nosso país que considera fundamentais. “A desresponsabilização masculina [...] e a subalternidade feminina”⁴³, nestas problemáticas outra autora, Silva ⁴⁴, aponta que, “o comportamento do homem não é investigado nem alvo de vigilância e o controlo por parte das autoridades policiais, nem instâncias judiciais, e que a averiguação e classificação do passado e do presente comportamento moral, económico e social das mulheres, projetam as prostitutas para a base da hierarquia das credibilidades no conjunto dos cidadãos envolvidos em processos judiciais”.

Alberto (2012) diz-nos ainda que “surgem os grupos de indivíduos que, de forma organizada e em certos casos de forma hierarquizada, levam a cabo a promoção da

⁴¹ Oliveira (2004:21) *ob.cit* CUNHA, M. J. (2012). *Vivências do Corpo na Prostituição Feminina*; p. 37

⁴² CUNHA, M. J. (2012). *Vivências do Corpo na Prostituição Feminina*; p. 38

⁴³ ALBERTO (2012). *Dos crimes sexuais: do crime do lenocínio em especial. O novo paradigma da criminalidade sexual*; p. 25

⁴⁴ SILVA, S. (2007). *Classificar e Silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a prostituição feminina em Portugal*

*prostituição, explorando as pessoas que se prostituem e os seus proventos, originando dessa forma uma economia paralela.”*⁴⁵

Podemos neste momento concluir que o lenocínio é uma atividade criminosa que na prática assume, não raras vezes, contornos complexos, juridicamente divide a doutrina quanto à sua constitucionalidade e quanto à forma como deve ser tratado penalmente (para os autores que defendem que se deve manter como crime), ligado a uma atividade politicamente sensível e socialmente polémica, que merece uma reflexão profunda visto que envolve a dignidade de homens e mulheres forçados/as a uma vida degradante.

1.2.2.1 Causas e Motivos de Entrada das Mulheres na Prostituição em Portugal

Certo é que algo existe para que estas mulheres se sintam motivadas a enveredar pelo caminho da prostituição como modo de vida, o motivo que mais se destaca em vários estudos é sem dúvida o económico. Paralelamente surgem outras justificações ligadas ao fator económico, designadamente o desemprego, o divórcio ou perda de parceiro. Estes motivos foram inclusivamente apontados em vários estudos portugueses, nos diversos contextos da prostituição. Num desses estudos, recolheu-se a seguinte afirmação: “ (...) *se eu vim para isto, foi para ter um nível de vida melhor, para poder proporcionar algumas coisas ao meu filho, em termos de estudos, alimentação, todas essas coisas que uma criança precisa e não ter de estar a olhar se tenho 5 se tenho 10 (...)* ”.⁴⁶

Posto isto, confirmamos que a precariedade económica é um dos principais fatores que conduzem as mulheres à prostituição; dentro dessa mesma investigação os autores citados por Maria João Cunha⁴⁷ – referem que de todas as entrevistas que realizaram, apenas uma das mulheres aponta o sexo como razão para entrar na prostituição.

Concluimos este ponto assinalando que pese embora a prostituição não lese qualquer bem jurídico-constitucional, a prostituição traduz-se na frustração do ideal de dignidade humana no qual assenta a República Portuguesa (artigo 1.º da Constituição da República Portuguesa), que exige cada vez mais um compromisso e uma resposta de uma sociedade solidária, tal como se pretende que seja a sociedade portuguesa (uma vez mais,

⁴⁵ ALBERTO (2012). *Dos crimes sexuais: do crime do lenocínio em especial. O novo paradigma da criminalidade sexual*; p. 26

⁴⁶ Manita & Oliveira (2002), *ob.cit* CUNHA, M. J. (2012). *Vivências do Corpo na Prostituição Feminina*; p. 14

⁴⁷ CUNHA, M. J. (2012). *Vivências do Corpo na Prostituição Feminina*; p. 38

artigo 1.º da Constituição da República Portuguesa), e exige sobretudo um empenho do poder político (ao qual a Constituição atribui a tarefa de promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo, artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa) em erradicar o problema social da prostituição.

Capítulo 2 – Abordagem a crimes de índole sexual

2.1. A criminalização da prostituição na UE e nos EUA

A prostituição, ato pelo qual alguém aceita levar a cabo atos de foro sexual com outrem em troca de um pagamento, existe desde os primórdios da Humanidade, e ao longo da história várias foram as formas de encarar a prostituição e de tratar quem a praticava, como já tivemos oportunidade de referenciar *supra*.

Hoje, assumimos este tema como uma matéria muito controversa. Há quem entenda a prostituição como uma livre escolha de alguém que decidiu prostituir-se, devendo ser regulada como qualquer outra atividade laboral. Outros já a consideram como um atentado à dignidade humana, considerando quem exerce esta profissão como uma vítima e não como trabalhador, relacionando esta atividade com grupos de risco e com outras atividades criminosas, defendendo a sua criminalização, ou tomando uma atitude de despenalização de quem exerce a atividade, contudo criminalizando os clientes à semelhança de todos aqueles que exercem atividades relacionadas com a prostituição⁴⁸.

Coloca-se a questão de saber se o Direito se deve abster de juízos morais e regular a prostituição como qualquer outra profissão, ou se será desejável que determinados assuntos, como a sexualidade e a dignidade da pessoa humana, devam ser limitados pela lei, com o objetivo último de manter a moral e os bons costumes. Esta questão particularmente polémica é abordada por inúmeros autores, incluindo Souza (2014)⁴⁹.

A resposta a esta questão diverge de país para país (e por vezes de estado para estado, nos países federais), e dentro das duas respostas possíveis no plano jurídico – a prostituição como atividade lícita, ou como atividade ilícita –, o respetivo enquadramento do problema varia também de país para país (e de estado para estado, dentro dos estados federais como é o caso dos EUA).

Nos Estados Unidos da América, por exemplo, a prostituição e o lenocínio são regulados por cada Estado, sendo que apenas no Estado do Nevada é lícito constituir sociedades comerciais que tenham como objeto a prostituição, e mesmo neste Estado apenas é lícito em oito condados, designadamente Elko, Humboldt, Lander, Lyon, Mineral, Nye, Storey e White Pine (o §244.335 do *Nevada Revised Statutes* atribui ao poder local

⁴⁸ ROBERTS, N. (1996). *A Prostituição Através dos Tempos na Sociedade Ocidental*

⁴⁹ SOUZA, G. (2014). *Prostituição, Lenocínio e Tráfico de pessoas*

dos condados o poder para regular prostituição ou proibi-la⁵⁰ e apenas os 8 condados referidos autorizam). Apontam como principais argumentos para esta proibição total o facto de a prostituição estar ligada a outro tipo de crimes, à defesa dos valores da classe média e da família e à propagação de doenças infectocontagiosas sexualmente transmissíveis. Contudo, o objetivo último desta proibição, segundo Souza (2014), é o da erradicação do trabalho sexual. A sanção a este crime pode ser mais ou menos leve conforme o Estado, dentro dos Estados Unidos, que a aplica; as sanções aplicadas podem ser de responsabilidade penal, ou ainda acrescidas de responsabilização civil⁵¹.

Por seu turno, segundo Patto (2013), na União Europeia temos posições díspares entre os Estados-Membros. A União Europeia, através de um dos seus órgãos permanentes (o Parlamento Europeu) tem feito denotar uma posição de defesa da “vítima” prostituta, não penalizando a prostituição, mas defendendo a criminalização daquele que procura o trabalho sexual para satisfazer os seus interesses. Isto encontra assento no relatório aprovado pelo Parlamento Europeu, com 343 votos a favor, 139 votos contra e 104 abstenções, em que defende a penalização do cliente que compre sexo a menores de 21 anos (posição não vinculativa para os Estados-Membros). Pela quantidade dos votos podemos ver que esta matéria não tem conseguido de todo um consenso.

Dentro da União Europeia temos diferentes tratamentos legislativos quanto a este tema. Na Irlanda, Leste Europeu, e Reino Unido sanciona-se oficialmente a prostituição e todas as atividades a ela relacionadas. Na Suécia, Noruega, Islândia e França a prostituição não está criminalizada, mas a procura do trabalho sexual já não conhece o mesmo fim (modelo defendido pela maioria dos deputados do Parlamento Europeu, conhecido como modelo nórdico). Por último, temos os países em que esta atividade é legal e regulamentada. São eles: Países Baixos, Alemanha, Áustria, Suíça, Grécia, Hungria e Letónia⁵².

Aqueles que criminalizam a venda de favores sexuais baseiam a sua opção em argumentos de imoralidade das práticas, de humilhação do ser humano, de vitimização da(o) profissional do sexo, na ideia de que quem faz este tipo de trabalhos o faz obrigado (direta ou indiretamente, pelas circunstâncias decadentes da sua vida), e defendem também

⁵⁰ NEVADA LEGISLATURE. Disponível em: <http://www.leg.state.nv.us/nrs/nrs-244.html#NRS244Sec335> Consultado em [25/10/2015].

⁵¹ PATTO (2013). *Prostituição - O quadro legal da prostituição e a dignidade humana*

⁵² ALBERTO (2012). *Dos crimes sexuais: do crime do lenocínio em especial. O novo paradigma da criminalidade sexual*

que a criminalização é uma boa forma de travar o avanço da propagação de doenças sexualmente transmissíveis, e de diminuir o crime organizado que rodeia esta atividade. Isto sempre com o fim último de desencorajar todo o tipo de atividades relacionadas com a venda de sexo, como o lenocínio e até o tráfico de seres humanos, e de erradicar a prostituição.

A segunda posição apresentada, a despenalização da prostituição, mostra uma posição mais moderada face a esta situação. Aqui não se penaliza a prostituta, mas também não se regulamenta a sua profissão. A prostituta vista como vítima das circunstâncias da vida, como alguém que a precariedade económica forçou à prostituição, não deve ser penalizada, antes pelo contrário, deve ser apoiada. Temos duas vertentes na despenalização: a vertente dos países já mencionados, em que quem se prostitui não está a tomar qualquer atitude ilícita, mas que no entanto, quem é cliente já comete um crime; depois temos a vertente adotada em Portugal, da despenalização da prostituição e do cliente, e da criminalização do lenocínio. Em relação à prostituição e à procura de serviços há um vazio legislativo. Legalizar a prostituição e regulamentá-la poderia ser mal visto pelos eleitores mais conservadores. Já em 1973, Gagnon & Simon⁵³, referiam que um ignorar da situação para não ter de impor à sociedade a regulação de uma atividade vista por muitos como imoral e contrária aos bons costumes, deixaria completamente desabrigadas aquelas pessoas que escolheram, ou que por circunstâncias da vida se viram entrar neste mundo.

Na terceira posição, temos os países que optam por regular esta atividade, que encaram como uma profissão. Para os autores que defendem esta posição, quem se prostitui escolheu fazê-lo, de forma livre e consciente, e no uso das suas faculdades e do seu direito à liberdade individual e auto determinação. O Estado deve ser axiologicamente neutro, não se imiscuindo em juízos de moralidade, não impondo a ninguém a moralidade da maioria, devendo apenas regular a vida de forma a manter a paz social e salvaguardar e defender a posição individual de cada cidadão na sociedade. Como argumentos para a escolha da regulação desta atividade temos: a segurança legal dada a quem se prostitui, a disponibilização de uma rede de apoio social para os profissionais do sexo, bem como a disponibilização de cuidados médicos e de controlo de doenças a estas pessoas, a melhoria da qualidade de vida das/os prostitutas/os, a desmistificação e fim do estigma social

⁵³ GAGNON, J. SIMON, W. (1973). *Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality*

relacionado com a prostituição, a possibilidade da liberdade de empresa e de comércio com a legalização da profissão de prostituta/o bem como o acesso destes profissionais aos mesmos direitos que os outros trabalhadores possuem (nomeadamente o direito a fortalecerem a sua posição através dos direitos coletivos que o Estado atribui aos trabalhadores, como o direito a constituir sindicatos e o direito à greve para reivindicar melhores condições ou salários às entidades patronais), a diminuição dos crimes associados a este tipo de atividade, e o controlo/diminuição da propagação de doenças venéreas sexualmente transmissíveis, sendo assim, um ganho para a saúde pública.

O que até hoje temos vindo a fazer foi uma análise do estado em que a prostituição se encontra em determinadas áreas do mundo ocidental. Mas mais do que isto, é necessário assumir-se uma atitude mais reflexiva quanto a este tema, e estudar formas de prevenir que pessoas que pertencem a grupos de risco se dediquem à prostituição, assim como estudar formas de apoio a quem exerce esta atividade, e eventuais programas que apoiem quem pretende sair da prostituição.

Dentro dos prós e contras da regulação (ou não) da prostituição, podemos identificar-nos mais com uma ou outra posição. A moralidade ainda é um valor que influencia decisivamente o poder político, e em Portugal vivemos ainda numa sociedade moralista. Mas também não podemos esquecer que quem se prostitui deve ser defendido de todos os perigos inerentes à atividade, e que há um dever social de assegurar que todos os cidadãos (independentemente das suas escolhas moralmente louváveis ou reprováveis) tenham uma vida condigna.

Muitas têm sido as instituições que têm tentado prestar auxílio às pessoas que exercem esta atividade (nomeadamente a Associação “O Ninho”, a Associação “Projecto Criar”, a IPSS “Novos Rostos...Novos Desafios” e a UMAR Universidade Feminista), algo que não deve ser encarado pelo poder público como uma desculpa para se demitir de enviar esforços neste sentido, muito pelo contrário, quando um conjunto de particulares decide criar uma organização para a qual trabalham voluntariamente com o intuito de colmatar a falta de apoio público a pessoas em situação de risco, falta essa que consideram grave e inaceitável, isto deve ser interpretado como um alerta para uma situação de precariedade demasiado grave para ser ignorada. Um problema que não se debate não é um problema resolvido é um problema por resolver.

2.2. A ponte entre a prostituição e lenocínio (passando pelo tráfico de pessoas)

A prostituição é uma atividade com potencial para gerar avultadas quantias pecuniárias, e contém todos os ingredientes para atrair quem pretende enriquecer à custa do crime: é um negócio relativamente simples de gerir, tem bastante procura e permite grandes margens de lucro; com um investimento praticamente nulo e sem necessidade de se conhecer alguém já envolvido na atividade, pelo que, qualquer pessoa pode iniciar um “negócio”. Dito isto, é fácil de compreender o porquê de tantas pessoas quererem enriquecer à custa da prostituição e o lenocínio ser um crime tão apelativo (basta um espaço, como um quarto ou uma garagem, e uma prostituta para se pôr o “negócio” a funcionar).

Se encaramos a prostituição do ponto de vista meramente económico, como uma oferta de serviços e como uma procura, desde logo compreenderemos que surgirão pessoas interessadas em fomentar a atividade e outras ainda interessadas em suprir a falta de bens (no caso de profissionais do sexo) para se poder dar resposta à procura destes serviços.

O lenocínio, segundo Patto (2013), também conhecido como proxenetismo, é a atividade pela qual alguém fornece a estrutura organizativa para o fomento e facilitação da prática da atividade de prostituição, lucrando com isso.

Vista com maus olhos, em muitos países considera-se que quem pratica esta profissão é um tirano aproveitador do trabalho sexual de vítimas de uma situação sócio-económica precária, que lucra com a miséria alheia – muitos consideram estes “aproveitadores” como os escravagistas dos tempos modernos.

Estudos realizados por vários autores com prostitutas apontam que a esmagadora maioria sofre agressões recorrentemente, não só dos seus clientes, como também do seu proxeneta. Daí que muitos defendam a necessidade de descriminalização da atividade, mas mais do que isso da sua regulação e sobretudo fiscalização. Isto iria facilitar o controlo dos abusos exercidos por estes proxenetas sobre as suas prostitutas, e dar a estas maior segurança.

Em muitos países que despenalizaram a prostituição, o lenocínio continua a ser crime, tal como acontece no nosso país. Em Portugal, a oferta e a procura de favores sexuais não é penalizada, mas já o é o lenocínio, conforme estipulado no artigo 169.º do Código Penal, onde encontramos a penalização do lenocínio simples no seu n.º 1, com pena de prisão de seis meses a cinco anos; e no n.º 2 conseguimos encontrar a moldura

penal de um a oito anos de prisão para aqueles que praticam o lenocínio qualificado. Por lenocínio simples devemos entender a simples promoção da prostituição, em que, a princípio, quem se prostitui o faz de livre vontade. Por lenocínio qualificado temos, aquele que fomenta a atividade de prostituição através de “*violência ou ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta*”, ou aproveitando-se de abuso de poder ou da incapacidade da pessoa prostituída.

Voices têm insurgido com o intuito de se legalizar o lenocínio simples como um negócio comercial como qualquer outro. O proxeneta deveria ser visto como um agente de quem se prostitui, que tem como incumbências procurar-lhes serviços e facilitar o encontro com os clientes, ou como um empresário que explora economicamente uma empresa de prestação de serviços, e que para o efeito emprega trabalhadores/as que prestam esses mesmos serviços, no caso dos proprietários de bordéis. Desta forma a atividade seria regulada e fiscalizada. O que iria desencorajar os proxenetes de se aproveitarem das pessoas que agenciavam. Sustentamos, no entanto, que se continue a defender a criminalização do lenocínio dado que é a precariedade económica que força, na maioria dos casos, as pessoas a prostituírem-se; admitir que em muitos casos ninguém em particular obrigou uma pessoa a prostituir-se não significa que essa pessoa não seja (por circunstâncias da vida) forçada a prostituir-se.

Pese embora sejam muitas vezes discutidas em conjunto, a regulação da prostituição e a legalização do lenocínio, são temas distintos (mas que andam de “mãos dadas”) sobretudo porque não se deve confundir a situação de lenocina com a situação da prostituta. Deve-se ter sempre em consideração que a prostituta é uma vítima das circunstâncias, e o lenocina é alguém que se aproveita dessa situação de precariedade para enriquecer; enquanto as primeiras, muitas vezes, o fazem por necessidade e utilizam o próprio corpo, os segundos irão usufruir dos lucros gerados pela exploração do corpo de terceiros, com o intuito meramente económico.

Além de que, com a legalização do lenocínio pode surgir outro problema: é sempre possível que um proxeneta consiga coagir as suas prostitutas a afirmarem que o fazem de forma livre e esclarecida, mesmo que se encontrem em situação de exploração.

Em Portugal foi levantada a questão da inconstitucionalidade da norma referente ao lenocínio simples (artigo 169.º, n.º 1 do Código Penal), invocando o princípio da liberdade sexual e a neutralidade do Direito Penal quanto à moralidade sexual, e por último do Estado. No entanto, o Tribunal Constitucional, em vários acórdãos (144/04, 196/04,

303/04, 170/06 e 396/07), recusa a inconstitucionalidade da norma, afirmando que a prostituição supõe sempre uma exploração contrária à dignidade humana, em que, de acordo com o artigo 1.º da Constituição da República Portuguesa, assenta o Estado de Direito.

Outra atividade que surge relacionada com o mercado do sexo é o tráfico de seres humanos. O crime de tráfico de pessoas encontra-se previsto no artigo 160.º do Código Penal, e pratica este crime *“Quem oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas: por meio de violência, rapto ou ameaça grave, através de ardil ou manobra fraudulenta, com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar, aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima ou mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima”*.

O termo “tráfico de pessoas” advém do Protocolo de Palermo, que afirma ser irrelevante o consentimento das vítimas de tráfico, se tiver sido usada a violência, o ardil ou o engano, para se conseguir obter o mesmo. Ou seja, continuará a ser crime aquele que consegue o consentimento de alguém para se transportar de um país para o outro, se essa pessoa foi enganada quando prestou o seu consentimento. É o que acontece muitas vezes em redes organizadas de tráfico de pessoas que as enganam dizendo que vêm para outros países ingressar numa carreira de modelos, por exemplo, conseguindo assim autorizações escritas e assinadas pelas vítimas.

Neste aspeto é necessário ter dois fatores em consideração. O primeiro é o facto de que um espaço de lenocínio necessita de renovar com alguma regularidade o seu *staff* de prostitutas – tendo em consideração que estão particularmente expostas a apanhar DST’s e que os clientes procuram mulheres atraentes pelos padrões atuais de beleza, os proprietários destes espaços necessitam de “reformatar” algumas prostitutas com regularidade, seja porque não querem que os seus espaços fiquem conhecidos por contagiar os clientes, seja porque um aspeto envelhecido ou os sintomas exteriores de algumas DST’s desagradam os clientes. O segundo aspeto é o facto de que, como em qualquer negócio, há concorrência, e todos os competidores pretendem praticar os melhores preços, e ter mais prostitutas e melhores prostitutas do que a concorrência. Isto gera dois

fenómenos que conduzem os lenocinas a recorrer ao tráfico humano. O primeiro desses fenómenos é o fator preço: quando um lenocina mantém as prostitutas a trabalhar de forma forçada e sem lhes atribuir qualquer remuneração pelos serviços sexuais que prestam, mantendo-as num regime de escravatura, pratica preços muito inferiores aos das “empresas” que com ele concorrem, forçando-os a adotar as mesmas medidas ou a verem os seus lucros a diminuir drasticamente (ou mesmo a encerrar a atividade). O outro fenómeno que também conduz os lenocinas ao tráfico humano é o da necessidade de concorrer em “quantidade” e “qualidade” com as demais “empresas” da mesma zona, aliado à já referida necessidade de renovação de prostitutas; quando isto ocorre o lenocina encontra-se por vezes na situação de não encontrar mulheres que voluntariamente pretendem prostituir-se por si, em número suficiente para fazer face às “exigências” do “mercado”. Assim nasce o tráfico de seres humanos para se conseguir encontrar prostitutas suficientes para a procura⁵⁴.

Outros dos motivos que leva ao facto do tráfico humano estar por diversas vezes ligado ao lenocínio é o facto (já anteriormente referido) de o lenocínio ser um negócio altamente lucrativo e seduzir quem se dedica ao tráfico humano a “abraçar” esta atividade; nestes casos não são os lenocinas que se dirigem ao tráfico humano, são os criminosos que se dedicam ao tráfico humano para outros fins, que decidem expandir a sua atividade ao lenocínio.

É comum a ideia de que o tráfico de seres humanos é inseparável da prostituição, o que não é de todo correto. Sendo certo que, como já referimos, muitas das pessoas que se dedicam à prostituição, o fazem em regime de escravatura, sendo exploradas por redes de tráfico humano, nem todas as pessoas que se dedicam à prostituição o fazem nestas condições. É um mito que todas as pessoas que se prostituem, ou que estão inseridas em redes que as deslocam de país em país, se encontram na prostituição contra a sua vontade. Há quem queira migrar (legal ou ilegalmente) para se prostituir. Ou porque a prostituição é legal nesse país, e aí usufruem de uma melhor assistência, ou porque os seus serviços são mais bem pagos no estrangeiro, ou simplesmente porque pretendem fugir do estigma social do seu país e da vergonha de exercerem tal profissão perante os seus familiares e amigos.

Quem defende a legalização do lenocínio e do comércio sexual não pretende que se estimule o tráfico humano nem qualquer outra forma de criminalidade, apenas quer

⁵⁴ ABRUNHOSA, R. MACHADO, C. (2002). *Violência e Vítimas de Crimes*

proteger, com a regulação, aqueles que se encontram na clandestinidade, e devemos concluir que se deve ter em consideração a ligação que muitas vezes existe entre lenocínio e tráfico de pessoas quando se debate uma eventual regulação da prostituição, tendo sempre presente que são crimes distintos, e que prostituição não implica sempre lenocínio, e lenocínio não implica sempre tráfico humano (nem todo o tráfico humano se destina à prostituição).

2.3. Debate: Os discursos a favor e contra a Regulação em Portugal

O tema da prostituição, como podemos ter vindo a notar ao longo desta dissertação, não é um tema que encontre consenso na sociedade atual. Olhando dentro de um Estado, ou mesmo a nível internacional, vemos várias opiniões divergentes sobre a prostituição, sua legalização ou criminalização.

Do ponto de vista moral, uma grande parte (talvez mesmo a maioria) da sociedade considera a prostituição como atividade indigna e imoral, e não falta quem afirme que coloca em causa a estabilidade de vários lares e os valores familiares; dito isto devemos reafirmar que não cabe ao Estado criminalizar práticas por uma questão de moralismo e que se deve manter neutro quanto à forma como cada opta por expressar a sua sexualidade.

Abandonando o ponto de vista da moralidade e passando para uma visão mais feminista, a defesa da abolição da prostituição vem ancorada em argumentos que se pautam pelo denegrir e humilhar das mulheres; este argumento não inclui a prostituição masculina que tem vindo a aumentar, e já não se coaduna com o espírito feminista moderno em que se defende que cada mulher tem o direito de se envolver sexualmente com quem entende e de fazê-lo da forma que quiser.

Outros dizem que o comércio sexual é um atentado à dignidade da pessoa humana, porque implica uma subjugação e humilhação da parte da pessoa que presta o serviço, perante o seu cliente (à luz do artigo 1.º da Constituição da República Portuguesa este argumento é o mais forte na defesa da criminalização do lenocínio, na nossa opinião).

Por fim, temos quem defenda que a prostituição é uma atividade profissional como qualquer outra, em que alguém prefere simplesmente trabalhar na indústria do sexo, fazendo essa escolha de forma livre e esclarecida (sem pretendermos alongar-nos em exemplos de prostitutas que publicamente afirmaram já que a decisão de se prostituírem foi tomada de forma lúcida e livre de qualquer pressão, relembramos apenas o caso da jornalista, modelo e escritora australiana, Amanda Goff, que concilia as profissões atrás expostas com a prestação de serviços prostitucionais)⁵⁵.

São vários os argumentos que podemos encontrar para a criminalização e para a legalização da prostituição, vários trabalhos e livros foram já publicados sobre este assunto

⁵⁵ GOFF, A. (2012). *HOOKED - Secrets of a high class call girl*

e se questionarmos alguém, certamente conhece o tema, e normalmente tem uma opinião pessoal sobre se é ou não reprovável aquela conduta e se devemos ou não legalizá-la⁵⁶.

Comecemos pelos argumentos que Lopes (2013) aponta contra a legalização.

O primeiro dos argumentos encontrados diz-nos que a prostituição não dignifica quem se prostitui, apenas facilita a indústria do sexo. Muitos afirmam que quem se prostitui é sempre vítima das circunstâncias e que foi forçada a enveredar por aquela profissão que humilha quem a pratica. São consideradas “carne para canhão” que vêm suprir as necessidades do mercado. É uma realidade que a maioria das pessoas que se prostitui não o faz porque escolheu a profissão do sexo em detrimento de uma grande e promissora carreira profissional (pese embora existam casos de quem optou por se prostituir podendo levar uma vida economicamente confortável e tendo uma carreira num emprego qualificado; tomamos uma vez mais como exemplo Amanda Goff⁵⁷). Muitas fizeram-no porque a outra alternativa seria a fome. De acordo com um estudo da U.G.T. espanhola, *La Prostitución, una Cuestión de Género*⁵⁸, 95 % das mulheres que se prostituem provêm de países pobres ou de grupos de risco, contra 5 % que afirmam fazê-lo de forma livre e por escolha.

Outros dos argumentos apontados por quem defende a criminalização é a defesa de que a legalização da prostituição não vai terminar com o tráfico humano destinado à prostituição, e há quem defenda que irá inclusivamente aumentar, em virtude de um aumento exponencial do mercado⁵⁹.

Outros autores alertam para o facto de que a prostituição, tida por estes autores como uma atividade contrária aos valores da dignidade humana, irá aumentar se se tornar numa atividade regulada e explorada por empresas a operar dentro da legalidade.

Por fim, há também autores que defendem que a regulação produzirá um aumento exponencial das doenças sexualmente transmissíveis, porque apesar de poderem impor consultas e exames regulares haverão muitas pessoas a exercer esta atividade que no caso de contraírem uma DST não deixarão de a exercer e contaminarão futuramente os clientes que sentem uma certa segurança pelo facto de ser uma atividade regulada.

⁵⁶ LOPES, A. (2013). *Consumo de Pornografia na Internet, Avaliação das Atitudes Face à Sexualidade e Crenças Sobre a Violência Sexual*

⁵⁷ GOFF, A. (2012). *HOOKED - Secrets of a high class call girl*

⁵⁸ UGT. *La prostitución, una cuestión de género*. Disponível em: <http://portal.ugt.org/informes/prostitucion.pdf> Consultado em [25/10/2015].

⁵⁹ VOETEN, E. The Monkey Cage. Disponível em: <http://themonkeycage.org/2013/06/legalized-prostitution-increases-human-trafficking/> Consultado em [25/10/2015].

Do lado de quem defende a regulação, vários autores apontam como principais argumentos o direito à auto-determinação sexual e ao livre desenvolvimento da personalidade de quem decide prostituir-se, a preocupação pela segurança de quem se prostitui que poderá deixar de o fazer na clandestinidade e em locais desprotegidos, o princípio constitucional da subsidiariedade do Direito Penal, e as melhores condições sanitárias de quem exerce esta atividade (garantidas através de apertadas fiscalizações), além da substituição da atual classe de lenocinas, constituída por criminosos, por uma nova classe de lenocinas composta por homens (e mulheres) de negócios honestos e empreendedores.

Para os autores que defendem a regulação, num Estado laico e que se pretende axiologicamente neutro nada obsta a que alguém viva do exercício da sua liberdade sexual, e a verdade é que existe já uma profissão regulada em que os trabalhadores vivem do exercício da sua liberdade sexual: a pornografia.

Defendem também que a legalização e regulação da prostituição irá permitir a quem exerce esta atividade, o acesso a todo um conjunto de direitos sociais e laborais, desde o direito a auferir subsídio de desemprego ao fim de 2 anos de atividade até aos direitos coletivos de sindicalização e de greve, passando pelos descontos para a reforma. A regulação conduziria a um aumento da melhoria da qualidade de vida dos profissionais e dos seus familiares. Aqui podemos dizer que se procura a igualdade entre os cidadãos/trabalhadores, que está defendida no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa.

Dizem também poder ser um ganho para a segurança e a saúde pública. Primeiro porque quem recorria a esse tipo de serviços não teria de entrar num mundo de clandestinidade para conseguir alcançar o bem que procura, e depois porque estes profissionais estariam sujeitos a exames periódicos que garantiriam a sua higiene e que não estariam infetados com infeções e doenças sexualmente transmissíveis, e no caso de serem infetados teriam ao seu dispor meios para responsabilizar os lenocinas.

Temos também o argumento que a criminalização do lenocínio apenas coloca as prostitutas numa posição mais vulnerável, pelo que não consegue alcançar o objetivo de terminar com esta atividade, como já se tem comprovado ao longo dos milénios. Esta atividade já existe deste muito cedo na humanidade e irá continuar a existir porque há procura e mercado para ela, uma pura “personificação” da lei da oferta e da procura. A

criminalização apenas leva a que este tipo de atividades seja mais escondido. O que consequentemente conduz a uma maior insegurança para todos.

Afirma-se que as prostitutas estariam mais protegidas das agressões dos clientes e dos seus proxenetas se esta atividade for devidamente fiscalizada, uma vez que os clientes e proxenetas passariam a estar cientes de que os crimes praticados contra as prostitutas não passariam tão facilmente impunes (o estigma social que envolve esta atividade, dissuade muitas prostitutas de denunciar alguns abusos de que são vítimas; esta posição foi sustentada por algumas psicólogas presentes no Focus Group).

Os argumentos a favor da legalização da prostituição baseiam-se na liberdade individual (de trabalho, de empresa e de comércio), na neutralidade axiológica do Estado, na atenuação do estigma à volta da prostituição, no assegurar de direitos aos profissionais do sexo, como o controlo da violência contra estas pessoas, e no facto de assim ser mais fácil identificar e reprimir a prostituição forçada e o tráfico de seres humanos.

Antes de chegarmos a qualquer resposta a esta questão sobre a prostituição, temos de responder à verdadeira questão de Direito. Deve o Estado democrático liberal abster-se de tomar medidas que regulem a vida dos cidadãos naquilo que é estritamente necessário, ou poderá este ter legitimidade para o fazer? Poderá o Estado defender-nos de nós mesmos?

No nosso entender sim, o Estado pode intervir para nos proteger de nós mesmos, e em Portugal nem todos os direitos de personalidade podem ser livremente limitados pelos respetivos titulares. Assim se entendermos a prostituição como um atentado à dignidade humana, o Estado pode adotar medidas para a combater, desde que essas medidas não se traduzam em sanções às verdadeiras vítimas do fenómeno, as prostitutas.

2.4. Breves questões sobre a liberalização da prostituição em Portugal

A prostituição, atualmente, em Portugal é uma atividade lícita (não regulada). Nem a oferta nem a procura de serviços sexuais é punida por lei. Aqui apenas punimos o lenocínio e a prostituição infantil.

Em Portugal nesta matéria passámos por quatro grandes momentos legislativos⁶⁰.

O primeiro momento é o da legislação avulsa e pré-regulamentada (até 1853) que se consubstancia numa série de iniciativas legislativas que alternam entre a permissividade e a condenação das práticas de prostituição. Isto porque dependia se estávamos perante um Governo mais permissivo ou se encarávamos a prostituição como um mal necessário.

O segundo momento legislativo deu-se entre 1853 e 1926, intitulado de “regulamentação”. Esta regulação por parte do legislador impôs que as meretrizes fossem sujeitas a consultas médicas devido à grande proliferação da sífilis na época. Estas medidas foram tomadas para tentar controlar a doença.

O terceiro momento chamado de proibicionismo prolongou-se até 1982 e iniciou-se com o Decreto-Lei n.º 445/79 de 1962 que proíbe a prostituição e a pune com pena de prisão. Isto só veio piorar a situação destas profissionais que tiveram de recorrer à clandestinidade para poderem continuar a fornecer os seus serviços e a ganhar o seu dinheiro. Estando, desta forma, mais vulneráveis e desprotegidas.

O quarto, e último momento, pautou-se pela despenalização, vigorando desde 1982 até aos dias de hoje em Portugal. O Decreto-Lei n.º 400/82 vem revogar o antigo Decreto-Lei n.º 445/79 despenalizado a prostituição mas criminalizando o lenocínio.

A escolha do nosso legislador veio retirar o crime de quem se prostitui e de quem procura os seus serviços, mas não vem de qualquer forma regular ou salvaguardar a atividade nem quem a pratica.

O legislador, para abster-se de se imiscuir em matérias tão delicadas e controversas, decidiu que a melhor solução para este problema era não o abordar e remetê-lo ao esquecimento.

⁶⁰ PEREIRA, A. (2014). *Parlamento Europeu recomenda criminalização de clientes de prostitutas*. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/parlamento-europeu-recomendam-criminalizacao-de-clientes-de-prostitutas-1626266> Consultado em [28/05/2015].

Nos anos de 1995, 1998 e 2001 a lei penal foi revista, através do fenómeno da neocriminalização de crimes como a prostituição infantil (artigo 178.º, n.º 1 do Código Penal) e o tráfico de seres humanos (artigo 160.º do Código Penal).

No que ao lenocínio diz respeito, como já tivemos oportunidade de referir, a questão da constitucionalidade do artigo 169.º do Código Penal já foi suscitada no Tribunal Constitucional. A suposta inconstitucionalidade ancora-se na liberdade sexual e na neutralidade do Direito Penal, e do Estado de Direito Liberal, quanto à moralidade sexual. Em vários acórdãos o Tribunal Constitucional pronunciou-se sobre a legalidade e constitucionalidade da norma, baseando a sua opinião no argumento de que a prostituição implica sempre uma exploração contrária à dignidade da pessoa humana, e por isso mesmo contrária ao estipulado no artigo 1.º da Constituição da República Portuguesa e contrária ao Estado de Direito Democrático.

Apesar de haver quem defenda a despenalização desta atividade, à semelhança da descriminalização da prostituição, não tem sido essa a opção do legislador português. Há também que ter em consideração que a Convenção para a Supressão do Tráfico de Seres Humanos e Exploração da Prostituição de Outrem de 1949, ratificada pela Assembleia da República no ano de 1991, aponta no sentido de criminalizar o lenocínio.

Há quem defenda também a criminalização do cliente que procura a indústria sexual. Esta ideia vem na linha de seguimento do artigo 19.º da Convenção de Varsóvia de 2005 e de decisões tomadas noutros países, como por exemplo, a França ou a Suécia, a Noruega ou a Islândia (é o já referido modelo nórdico). Existe quem se oponha a esta criminalização, caso de determinadas associações como os Médicos do Mundo, que se declaram contra esta situação por temerem que a vigilância dos clientes empurre as prostitutas para a clandestinidade e para uma posição ainda mais vulnerável.

Muitas associações, na sua maioria não-governamentais, têm prestado auxílio às pessoas, que na sua maioria são mulheres, que recorrem à exploração do seu corpo para conseguirem o sustento para si e para os seus. Só no campo, e lidando com estas realidades, se consegue entender os outros problemas que esta atividade encobre. Não é apenas o ato em si que está em causa. Quem se prostitui muitas vezes está ligado a outros problemas como o consumo de estupefacientes, a dependência de bebidas alcoólicas, ou sofre de uma qualquer espécie de transtorno mental. Estas realidades sociais são alarmantes e deveriam ter a atenção necessária por parte do Poder Político para que se conseguisse prestar toda a ajuda necessária para que estas pessoas possam largar

determinados vícios, ou possam iniciar uma carreira profissional numa área que não as force a viver de forma indigna.

O debate sobre esta questão deve ser levado a cabo de forma objetiva e realista, longe de moralismos e preconceitos, e tendo em consideração que quando se discute o tratamento jurídico a dar à prostituição, ela deve ser encarada como um problema que necessita de uma resposta urgente e não como uma imoralidade que se deve combater em nome dos bons costumes.

Mais do que a simples prostituição, temos de ter em conta que a temática da sexualidade ainda é um tabu na sociedade portuguesa e a classe política tem uma certa tendência para evitar os temas a ela ligados, além de os encarar não raras vezes de um ponto de vista moral e não jurídico. Com a regulação da prostituição não se pretende “moralizá-la”, apenas se pretende garantir um mínimo de higiene e segurança a quem exerce esta atividade, e esse é o grande desafio com que o Direito se depara, a procura de uma solução para um problema ignorado por uma parte significativa da sociedade e estigmatizado por outra.

Capítulo 3 – Análise de Jurisprudência sobre casos de lenocínio

3.1. Introdução

Chegados a este ponto, importa considerar as posições que têm sido fixadas ao nível jurisprudencial relativamente a esta matéria. Num quadro em que a prostituição *per si* não constitui um ilícito jurídico-penal, criminalizando-se apenas algumas condutas com ela relacionadas, as questões com que se deparam os tribunais prendem-se sobretudo com a prática do crime de lenocínio.

Em consonância com a exposição, os decisores de Direito vão procurando enquadrar a construção jurídica plasmada no Código Penal com a evolução que empiricamente se tem registado quanto ao fenómeno da prostituição.

A título de exemplo, seleccionaram-se três acórdãos de tribunais superiores, onde está patente uma discussão relativa ao alcance a ser dado ao crime de lenocínio, considerando o bem jurídico protegido: a liberdade sexual do sujeito que se dedica à prostituição.

Nomeadamente, deixa-se transparecer o debate acerca da censurabilidade do crime de lenocínio, e da posição de vítima de quem se prostitui. Por outro lado, discutem-se os pressupostos do preenchimento do tipo legal. Em concreto, em todas as decisões se averigua a possibilidade de inclusão do crime de lenocínio no conceito de criminalidade violenta.

3.2. Acórdão do STJ de 13/04/2009, n.º 47/07 – Lenocínio como crime violento

Neste acórdão, o requerente, através de advogado, veio requerer a providência de *habeas corpus*, invocando ter sido decretada a sua prisão preventiva, por estar indiciado da prática de crimes de lenocínio, auxílio à imigração clandestina e posse ilegal de arma, prisão preventiva essa aplicada, com base no artigo 202.º, n.º 1, alínea b) do Código Processo Penal, com remissão para a alínea j) do artigo 1.º do mesmo código, alegando ter estado sempre indiciado pelo crime de lenocínio do artigo 169.º, n.º 1 do Código Penal e não pelo n.º 2, sendo que a dita alínea j) do artigo 1.º já referida, se refere à criminalidade violenta, considerando-se como tal “as condutas que dolosamente se dirigem contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas e forem punidas com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos”⁶¹, sendo, no caso, o recurso à dita alínea j) abusivo e a sua prisão ilegal, pelo facto da lei, no caso, a não permitir – relativamente ao caso dos crimes de lenocínio, como é evidente.

Na decisão, considerou-se ser o crime de lenocínio um crime que tem como objeto a tutela de um bem jurídico iminentemente pessoal – a liberdade sexual da pessoa que se dedica à prostituição, ou seja: a liberdade e autodeterminação sexual da pessoa, estando esse crime inserido no Capítulo V – dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual –, e na secção I – crimes contra a liberdade sexual –, podendo esse crime integrar-se no conceito de criminalidade violenta, por essa conduta, com carácter doloso, se dirigir contra a liberdade das pessoas, abrangida na alínea j) do artigo 1.º do Código Processo Penal, com sua indispensável componente, a liberdade e autodeterminação sexual das pessoas, tendo, assim, pleno cabimento o recurso ao artigo 202.º, alínea b) do Código Processo Penal, ou ao seu específico pressuposto lá previsto.

Houve indeferimento da requerida providência.

Este acórdão, proferido por maioria, teve um voto de vencido tendo o Excelentíssimo Conselheiro que assim votou, entendido que, após a revisão do Código Processo Penal de 2007, o n.º 1 do artigo 202.º, houve definição no artigo 1.º, alínea f) de criminalidade violenta, como sendo constituída pelas condutas que dolosamente se dirigem contra a vida, integridade física ou a liberdade das pessoas e forem punidas com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos, remetendo para os Capítulos I, III e IV do

⁶¹ Segundo o artigo. 169º Código Processo Penal.

Título I do Livro II do Código Penal, mas já não para o Capítulo V, epigrafado de “crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, a que pertence o crime de lenocínio, pelo que a prisão preventiva só deve ser aplicada quando esse crime for punível com pena de prisão de máximo superior a 5 anos, estando esta interpretação mais de acordo com o artigo 27.º da Constituição da República Portuguesa, que consagra o direito à liberdade física e assim as limitações a esse princípio geral são exceções que o mesmo referido artigo 27.º admite, devendo haver interpretação restritiva.

3.3. Acórdão do STJ de 21/10/2009, n.º 47/07 – Lenocínio: crime de violência física e psicológica

Neste acórdão, o mesmo requerente do acórdão de 13/04/2009 veio requerer nova providência excecional de *habeas corpus*, nos termos dos artigos 215.º e 222.º, n.ºs 1 e 2, alínea c) do Código Processo Penal por ter sido detido e estar indiciado dos crimes de lenocínio, auxílio à imigração ilegal e posse de arma, prisão preventiva essa aplicada com base no artigo 202.º, n.º 1, alínea b) do Código Processo Penal, com remissão para a alínea j) do artigo 1.º do mesmo, tendo sido feita no despacho que a determinou uma interpretação extensiva do lenocínio, como criminalidade violenta, o que é abusivo, aduzindo a seu favor o voto de vencido do Excelentíssimo Conselheiro no dito acórdão, estando preso há mais de 18 meses, sem ter sido elevado o prazo de prisão preventiva, nos termos do n.º 3 do artigo 215.º do Código Processo Penal por o processo se revelar de excecional complexidade, requerendo por isso a sua imediata libertação.

Entretanto o mesmo requerente foi condenado, na primeira instância, na pena única de 6 anos de prisão, pela prática, em concurso efetivo, de sete crimes de lenocínio, previstos e punidos no artigo 169.º, n.º 1 do Código Penal, de um crime de auxílio à imigração ilegal do artigo 183.º, n.º 2 da Lei 23/2007 de 04/07 e de um crime de detenção de arma proibida, previsto e punido no artigo 86.º, n.º 1, alínea c) da Lei 5/2006 de 23/02, com reporte aos artigos 3.º e 4.º, alínea b) da dita Lei 5/2006.

Tendo o mesmo recorrido para o Tribunal da Relação de Lisboa, foi aí negado provimento ao recurso, confirmando o acórdão da primeira instância, ainda não tendo essa decisão transitado em julgado.

Decidiu-se no presente acórdão que se verifica que, após o primeiro interrogatório e através dos vários despachos de manutenção da prisão preventiva estar o requerente indiciado pela prática de sete crimes de lenocínio, de dois crimes de auxílio à imigração ilegal e de um crime de detenção de arma proibida, tendo sido inicialmente determinada a sua prisão preventiva, para além de todos os outros fundamentos, partindo-se da qualificação dos crimes de lenocínio e da natureza dos bens jurídicos pessoais envolvidos (liberdade e autodeterminação sexual, enquanto bem pessoal), na aceção da norma do artigo 1.º, alínea j) do Código Processo Penal, que entende criminalidade violenta “as condutas que dolosamente se dirigem contra a vida, integridade física ou a liberdade das

pessoas e forem punidas com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos”⁶², e dos demais pressupostos para o decretamento da prisão preventiva, tal como são definidos no artigo 202.º, n.º 1 do Código Processo Penal, mais precisamente a alínea b) do mesmo, vindo essa prisão a ser mantida em vários despachos posteriores, alguns com decisão em instância de recurso, transitada.

Assim se entendeu e decidiu no despacho de recebimento da acusação, entendendo-se valer aqui o prazo máximo da duração da prisão preventiva, até à decisão final da primeira instância de 1 ano e 6 meses, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 215.º do Código Processo Penal e com duração de 2 anos, até à condenação com trânsito em julgado.

É a própria lei constitucional que prevê a providência de *habeas corpus*, no artigo 31.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa, apelidando-a o n.º 2 como providência, o que a distancia dos recursos em sentido próprio, como meio de impugnação.

Desenhando-se duas posições, quanto ao tipo de relação a estabelecer com os recursos: uma que entende ser uma tutela “quantitativamente” acrescida, na medida em que se refere a situações que não têm outra tutela e a outra que a entende como tutela “qualitativamente” acrescida, na medida em que diz respeito a situações mais graves de privação de liberdade.

A orientação jurisprudencial defendida pelo Supremo Tribunal de Justiça aponta no primeiro sentido – “quantitativamente” acrescida –, o que também foi confirmado pelo acórdão n.º 424/03 do Tribunal Constitucional, sendo a mesma compatível com interposição de recurso ordinário de pretensão equivalente e sendo medida excecional atendendo a situações excecionais, pela sua gravidade, destinada a atalhar, de modo urgente e simplificado a situação de ilegalidade patente, flagrante e evidente.

Entende-se o crime de lenocínio como de “criminalidade violenta” do que resulta no caso o alargamento do prazo de prisão preventiva do n.º 2 do artigo 215.º do Código Processo Penal para 2 anos.

Na definição do artigo 1.º alínea j) do Código Processo Penal, criminalidade violenta é um conceito que abarca as condutas que dolosamente se dirigem contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos.

⁶² Segundo o artigo 1.º alínea j) do Código Processo Penal.

O crime de lenocínio, nos termos do artigo 169.º, n.º 1 do Código Penal é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos.

O Livro II do Código Penal reporta-se à “parte especial”, abrindo com o Título I, intitulado de “crimes contra as pessoas”, Título I este que se inicia com o Capítulo I dos “crimes contra a vida”; no Capítulo II, são contemplados os “crimes contra a vida intra-uterina”; no Capítulo III, os “crimes contra a integridade física”; no Capítulo IV, os “crimes contra a liberdade pessoal”, seguindo-se o Capítulo V que contempla os “crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”.

Verifica-se assim que o legislador agrupou sob o Título de liberdade “pessoal”, todos os comportamentos que condicionam em geral, a liberdade da vontade da vítima, ou seja: a possibilidade de decidir livremente (sem ameaça, coação ou intervenções e tratamentos médico-cirúrgicos arbitrários dos artigos 153.º a 157.º do Código Penal inclusive), ou a liberdade ambulatoria física de deslocação (sem sequestro, escravidão, tráfico de pessoas, rapto ou tomada de reféns, dos artigos 158.º a 162.º).

Com a expressão “liberdade e autodeterminação sexual”, o legislador quis contemplar os atentados à liberdade, centrados, agora, na área da sexualidade.

A Secção I trata dos crimes contra a “liberdade sexual” e a secção II dos crimes contra a “autodeterminação sexual”, sendo determinante e decisivo na diferença de terminologia o fator idade.

É certo que o crime de lenocínio do artigo 169.º se situa na Secção I, que respeita aos crimes contra a liberdade “sexual”, enquanto o capítulo IV se intitula de crimes contra a liberdade “pessoal”, enquanto o artigo 1.º, alínea j) do Código Processo Penal usa a expressão “liberdade das pessoas”, podendo ver-se ali a referência a um “tipo de liberdade” e aqui uma referência aos “titulares da liberdade”.

Literal e sistematicamente, o crime do artigo 169.º não pode assim, deixar de ser considerado um crime contra a liberdade.

Na revisão constitucional de 2007, de acordo com o artigo 34.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa, a proibição de introdução no domicílio sem consentimento, passou a sofrer restrição, nos casos de “criminalidade altamente violenta”.

O Código Processo Penal, por virtude dessa revisão da Constituição, teve que definir o conceito, tendo pela Lei 48/2007 de 29/08, no artigo 1.º, alínea l), servindo-se do conceito de “criminalidade simplesmente violenta” da alínea j), acrescentando a necessidade de a pena ser superior a 8 anos de prisão.

Não faz qualquer sentido que só os crimes contra a liberdade física possam ser considerados como crimes violentos.

É certo que “violência” vem de “vis”, expressão que tem o sentido de força física.

Porém, o conceito passou a abarcar a violência psicológica, que é a que atualmente mais malefícios causa, nas nossas sociedades, quando o emprego de força física se mostra cada vez menos necessário para o cometimento de crimes.

Deve assim ser equiparada a violência física à violência psicológica, para efeitos de proteção pelo sistema penal.

Com e por este fundamento, foi indeferido o referido pedido.

3.4. Acórdão 07P1125 do STJ de 05/09/2007 – Cumplicidade e exploração lucrativa das mulheres

Tendo, sob acusação do Ministério Público, sido submetidos a julgamento, no segundo juízo criminal de Vila Nova de Famalicão, seis arguidos, os três primeiros como co-autores e na forma continuada, de dois crimes de lenocínio dos artigos 30.º, n.º 2 e 170.º, n.º 1 do Código Penal, e os outros três, como cúmplices, também na forma continuada, de dois crimes de lenocínio dos artigos 27.º e 170.º, n.º 1 do dito Código Penal, após julgamento em tribunal coletivo, foram os dois primeiros condenados, além do mais, como co-autores de um crime de lenocínio do artigo 170.º, n.º 1, em 2 e 1 ano de prisão, respetivamente, ficando a pena da segunda suspensa por 3 anos, na condição de pagar 1.000€ a uma instituição de solidariedade social a indicar pelo Ministério Público, no prazo de 3 meses, a contar da notificação que lhe for feita após a indicação dessa instituição, e os outros quatro condenados, como cúmplices do mesmo crime nos termos do artigo 27.º, n.º 1, na pena de 8 meses de prisão, ficando as mesmas penas suspensas por 2 anos.

Do dito acórdão do tribunal coletivo, recorreu o primeiro arguido, levantando três questões:

1 – Inconstitucionalidade material do artigo 170.º, n.º 1 do Código Penal, por, ao incriminar o fomento, favorecimento ou facilitação da prostituição de pessoa livre e autodeterminada, ofender o princípio da fragmentariedade ou subsidiariedade do direito penal, plasmado no artigo 18.º, n.º 2 e previsto no artigo 40.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa, bem como o Direito à livre expressão da sexualidade, à vida privada, à identidade pessoal, liberdade de consciência, liberdade de escolha de profissão e direito ao trabalho, previstos nos artigos 26.º, n.º 1, 27.º, n.º 1, 41.º, n.º 1, 47.º, n.º 1 e 58.º, n.º 1 da dita Constituição.

2 – Sendo a prostituição crime, fomentá-la era co-autoria, enquanto favorecê-la ou facilitá-la, seria mera cumplicidade, punida com pena especialmente atenuada – tendo-se provado que o arguido se limitou a facilitar ou favorecer a prática eventual de tais atos.

3 – Devendo a pena, neste caso, ser reduzida, para não mais de 1 ano de prisão, que deve ficar suspensa.

Tendo o Ministério Público contra-alegado, rebatendo as alegações e defendendo o decidido, acabou por ser proferido o acórdão (por maioria e com voto de vencido do primitivo relator, que entendia dever ser o arguido recorrente absolvido por exclusão da

ilicitude, por não se detetar facto que revele ou indície vagamente alguma situação de necessidade económica), negando provimento ao recurso e confirmando o acórdão recorrido.

Decidiu a primeira questão da inconstitucionalidade da seguinte forma: o Tribunal Constitucional tem entendido e decidido a constitucionalidade do preceito em causa. Assim os acórdãos n.º 144/2004 de 10/03, o n.º 196/2004 de 23/03 e o n.º 303/2004 de 05/05.

O mesmo se verifica, no Supremo Tribunal de Justiça nos acórdãos de 28/09/05, no processo 3771/03 da 3.ª secção e de 15/01/2004 no processo 3371/03 da 5.ª secção.

Pesquisou-se a evolução legislativa do crime em causa a partir de 1982:

1 – Na versão originária de 1982, o crime de lenocínio era previsto e punido no artigo 215.º, o simples e no 216.º o agravado;

2 – Na revisão de 1995 o artigo 170.º alterou a redação, ficando o “profissionalmente” ou a intenção lucrativa ou a prática de atos sexuais de relevo, explorando situações de abandono ou necessidade económica no n.º 1, agravando a pena para os casos de violência, ameaça grave, ardis ou manobra fraudulenta ou se aproveitar de incapacidade psíquica no n.º 2;

3 – Na versão da Lei 65/98 de 02/09, retirou-se do n.º 1 a exploração de situações de abandono ou de necessidade económica, mantendo-se o n.º 2.

4 – Na versão da Lei 99/2001 de 25/08, manteve-se o n.º 1 da versão anterior, acrescentando no n.º 2 o abuso de autoridade resultante de dependência hierárquica, de trabalho ou económica.

Não sendo o artigo 170.º, n.º 1 inconstitucional, nem admitindo interpretação restritiva, no sentido, de ser tipicamente exigível o que a lei eliminou (situação de exploração, de necessidade económica ou de abandono da vítima).

A questão da cumplicidade foi assim decidida: analisando os artigos 26.º e 27.º do Código Penal, é autor quem executa o facto por si ou por intermédio de outrem, ou tomar parte direta na sua execução, por acordo ou conjuntamente com outro ou outros e ainda quem dolosamente determinar outra pessoa à prática do facto, desde que haja execução ou começo; e é cúmplice quem favorece ou presta auxílio à execução, ficando fora do ato típico.

Provou-se que o arguido efetuava a exploração lucrativa da prostituição das mulheres que aí tinha e empregava, beneficiando direta e economicamente das relações

sexuais aí mantidas, ficando com uma percentagem das quantias pagas pelos clientes, para o efeito dessas relações sexuais.

Quanto à última questão relativa à redução da pena: a pena serve finalidades exclusivas de prevenção geral e especial.

A aplicação daquela visa a proteção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade.

O artigo 71.º diz que a medida da pena é feita, dentro dos limites definidos na lei, em função da culpa do agente e das exigências de prevenção, estabelecendo o n.º 2 o critério de determinação concreta dela, atendendo e considerando circunstâncias que especifica.

No caso, a pena aplicada está correta.

3.5. Crítica aos acórdãos

Nos três acórdãos referidos está em causa o crime de lenocínio que é considerado nos dois primeiros como de criminalidade violenta e no segundo acórdão como um crime contra a autodeterminação sexual (e como tal uma prática que cerceia a liberdade da vítima), e como tal, criminalizado em conformidade com o que a Constituição da República Portuguesa autoriza penalizar jurídico-penalmente.

A escolha destes três acórdãos prendeu-se com o facto de que todos eles deixam bastante claro que as instâncias superiores em Portugal continuam a considerar que facilitar, fomentar ou favorecer a prostituição é só por si uma conduta violenta independentemente da forma como o arguido a favorece, fomenta ou facilita (conclusão a que chegamos através da leitura dos primeiros dois acórdãos) e que facilitar ou favorecer a prostituição é uma forma de limitar (violentamente) a liberdade de autodeterminação sexual de quem, mesmo que voluntariamente, se prostitui num espaço que pertence a um terceiro que o explora a título profissional ou com intenção lucrativa (a redação do artigo 169.º do Código Penal inexplicavelmente não abrange quem facilita, fomenta ou favorece a prostituição de forma gratuita, sendo portanto lícito favorecer, facilitar ou fomentar a prostituição de forma gratuita).

Pensamos que o artigo 169.º do Código Penal e o lenocínio em si (tal como descrito no referido artigo) devem ser tema de um profundo debate a um nível legislativo, e consideramos que a forma como esta questão é abordada pelos nossos Tribunais superiores não é, de todo, a mais correta.

Começamos por formular uma crítica à posição tomada nos dois primeiros acórdãos, crítica essa que sustentamos sobretudo naquilo que ao homem-médio é possível constatar: atos que visem facilitar ou fomentar a prostituição não são intrinsecamente violentos, e além de todos podermos sem dificuldade imaginar alguém que arrenda pacificamente o seu quarto para que uma prostituta preste os seus serviços, ou alguém que pacificamente divulga os serviços de uma prostituta e recebe como contrapartida uma percentagem do valor cobrado pelos serviços prostitucionais, em ordenamentos jurídicos estrangeiros onde a exploração de estabelecimentos comerciais dedicados à prestação de serviços prostitucionais é uma atividade lícita e regulada, é possível observar que muitas das sociedades comerciais que se dedicam a essa atividade não são “antros” de violência mas sim espaços onde as/os trabalhadoras/trabalhadores prestam os seus serviços em

condições de segurança que não teriam se trabalhassem por conta própria (não pretendemos com isto legitimar o lenocínio, apenas pôr o que a prática nos demonstra em evidência).

Nem todos os crimes contra a liberdade sexual envolvem atos de violência física contra a vítima (mesmo no Capítulo V encontramos crimes contra a liberdade sexual que não envolvem violência física ou verbal, os previstos nos artigos 167.º e 176.º, n.º 1 alínea c), d) e n.º 4 do Código Penal), e o debate profundo sobre este tema implica que se discuta esta questão de forma séria e realista – nem todo o lenocínio é praticado de forma violenta, o que não implica que não se criminalize o lenocínio praticado sem recurso à violência e mesmo que de forma gratuita (ao contrário do que se depreende da leitura do artigo 169.º do Código Penal), mesmo quem de forma pacífica (e até gratuita) favorece, fomenta ou facilita a prostituição, põe em causa a integridade moral da prostituta (artigo 25.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa) e compromete seriamente a dignidade pessoal da mesma (artigo 26.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa).

Quanto ao terceiro acórdão, em que o Supremo Tribunal de Justiça considera o artigo 169.º do Código Penal como conforme à Constituição da República Portuguesa, não violando o princípio da subsidiariedade do Direito Penal porque visa tutelar o Direito à autodeterminação sexual, a minha crítica segue no mesmo sentido da tecida aos dois primeiros acórdãos.

É ilógico sustentar que todas as prostitutas que se dedicam a esta atividade em espaços explorados por terceiros, aos quais atribuem uma parte (percentagem ou montante fixo) do montante cobrado pelos seus serviços, o fazem em virtude de uma qualquer espécie de coação exercida pelo lenocina, uma vez mais é possível constatar que há mulheres que se prostituem voluntariamente e para quem prostituir-se num espaço explorado por um lenocina é uma decisão tomada livremente (pese embora motivada, na maioria dos casos, por uma situação de precariedade económica), não havendo nestes casos qualquer limitação do seu Direito à autodeterminação sexual. Tal como sustentámos na crítica aos primeiros dois acórdãos que nem todos os crimes têm que implicar violência, neste caso sustentamos que nem todos os crimes contra a liberdade sexual implicam a limitação da autodeterminação sexual. Mesmo quando as prostitutas que exercem a sua atividade num espaço de lenocínio o fazem de forma voluntária, a prostituição não deixa de ser uma prática sexualmente degradante, e o lenocina que lucra com essa forma de degradação, promove e perpetua uma forma de vida degradante (o que não se deve admitir

em Portugal, que se pretende uma República baseada na dignidade da pessoa humana, artigo 1.º da Constituição da República Portuguesa), além de contribuir para o trauma que resulta de uma vida de prostituição, limitando dessa forma o Direito ao livre desenvolvimento da personalidade da vítima (Direito consagrado no artigo 26.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa), e comprometendo em muitos casos a forma como a vítima futuramente encarará a sua vida sexual (o que é também uma limitação ao livre desenvolvimento da personalidade).

Capítulo 4 – Apresentação e análise do Focus Group⁶³

4.1. Introdução

O Focus Group que co-organizámos⁶⁴ pretendeu que um número limitado de pessoas participasse numa discussão moderada, coordenada por uma moderadora que ia ajudando o grupo a interagir. Estavam representadas diversas entidades que intervêm e trabalham com situações de prostituição e lenocínio, nomeadamente a Associação “O Ninho”, a UMAR “Universidade Feminista”, a Polícia Judiciária, a IPSS “Novos Rostos...Novos Desafios” e a Associação “Projecto Criar”.

Com este Focus Group pretendeu-se promover o debate das instituições sobre o tema, com suporte em situações da vida real da prostituição e lenocínio.

Através destes profissionais que quotidianamente trabalham com as mulheres que se prostituem foi possível dar, indiretamente, voz a estas mulheres através dos profissionais que diariamente lutam para refletir sobre a vida das mulheres na prostituição, procurando por vezes reabilitá-las, dar-lhes autoestima e defender os seus direitos enquanto pessoas dotadas de dignidade humana.

Tentaremos apresentar as representações e as perceções que cada um dos que trabalham diariamente no terreno tem acerca da prostituição, nomeadamente se se deve criminalizar ou não a prostituta e se deve criminalizar ou não o cliente.

Através da análise das reflexões feitas por cada participante no Focus Group, pretendeu-se também saber como tem sido encarada a prostituição ao longo dos tempos e como poderá evoluir no futuro.

Após a realização do Focus Group foi possível descortinar opiniões concordantes e discordantes sobre criminalizar ou liberalizar a prostituição e as questões do género e a criminalização ou não do cliente.

⁶³ O presente capítulo foi elaborado de acordo com a análise dos anexos II, III

⁶⁴ Co-organizámos sob a orientação da Prof. Doutora Maria João Guia, com a Mestre Antónia Barradas, no passado dia 15 de Junho de 2015, no âmbito desta tese e da elaboração do seu paper de doutoramento subordinado ao tema “Não atirem mais pedras à Geni: como responsabilizar o comprador de sexo com a Resolução do Parlamento Europeu 2013/2013” e da tese de mestrado “Criminalidade Sexual: Prostituição e Lenocínio”, realizou-se um Focus Group.

4.1.1. Resumo do objeto/âmbito da discussão

- 1 – A prostituição: criminalizar ou liberalizar e reconhecer?;
- 2 – A prostituição e as questões de género;
- 3 – A criminalização da procura de prostituição.

4.2. “A prostituição: criminalizar ou liberalizar e reconhecer?”

Esta é a grande questão que está por trás de todas as outras que se irão refletir ao longo do Focus Group.

Para começar a debater esta questão, procurou-se refletir sobre se tem havido ou não debate sobre este tema.

4.2.1. A dissonância entre a criminalização/liberalização da prostituição

Há quem entenda que esta questão⁶⁵ tem sido debatida amplamente. Neste sentido pronunciou-se a representante da Associação “O Ninho”, considerando que tem havido bastante debate do tema, sendo sinais disso a realização deste Focus Group:

“ (...) tem havido debate, a ideia pelo menos que eu tenho e a informação que eu tenho, é que tem havido bastante debate e uma consequência disso é precisamente esta resolução que estamos a discutir aqui hoje, portanto a nível do Parlamento Europeu, a nível de vários movimentos, a nível de várias campanhas feitas através de entidades que algumas não estão aqui presentes, mas tem havido bastante debate penso eu, ultimamente tem havido um grande avanço nomeadamente nalguns países da Europa que tem começado a aderir, nomeadamente à questão da criminalização que estava a falar.” (O Ninho (1))

Em contrapartida, a representante da UMAR “Universidade Feminista” discorda porque entende que a questão de criminalizar/liberalizar a prostituição só tem sido debatida dentro dos meios especializados:

“ (...) dentro dos meios especializados tenha havido debate e algumas contribuições, mas parece-me que é claramente insuficiente, pelo menos em termos de grande público. E porque é que eu falo no grande público? Falo no grande público porque a prostituição, contrariamente a outros temas, é um assunto sobre o qual a maior parte das pessoas fala, ou pelo menos acha que tem uma opinião, ou tem uma opinião ainda que não seja uma opinião muito fundamentada.” (UMAR Universidade Feminista)

4.2.2. A escolha consciente de tratar casos de tráfico de pessoas como lenocínio

Os tribunais tendem, quando se fala em situações relacionadas com tráfico de seres humanos, para fins de exploração sexual, a qualificar o crime como lenocínio, ao passo

⁶⁵ Tem havido debate ou não sobre este tema: “A prostituição: criminalizar ou liberalizar e reconhecer?”

que, quando temos situações de tráfico para fins de exploração não sexual, os tribunais tendem para outro tipo de crime, com moldura penal mais grave.

Sobre esta questão⁶⁶ são coincidentes as posições da representante da UMAR “Universidade Feminista”:

“ (...) quando falamos de situações relacionadas com tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, os tribunais tendem a qualificar o crime como lenocínio, ao passo que, quando temos situações de tráfico para fins de exploração não sexual, os tribunais entendem então sim, já outro tipo de crimes, cuja moldura penal já é mais censuradora, e eu estou a dizer isto porque eu encontrei acórdãos de facto em que as descrições são muito, muito claras e evidentes que há tráfico, que são questões de tráfico, há situações em que se fala em venda de seres humanos, venda de pessoas e aquilo é tratado como lenocínio, e isto leva-me a crer que apesar dos tribunais não terem uma visão uniforme, porque não têm, há uma associação quase imediata da prostituição às questões do comércio do sexo de uma forma menos censuradora em termos penais do que quando não é para fins de exploração sexual (...) ” (UMAR Universidade Feminista)

Bem como a posição da representante da Associação “O Ninho”:

“ (...) muitas vezes fala-se no tráfico, efetivamente, e fala-se no tráfico e normalmente é o tráfico internacional mas existe o tráfico interno e portanto aí muitas das situações até dessas situações de lenocínio tem a ver com isso, tem a ver com às vezes, são situações de tráfico interno só que são interpretadas à luz da lei como lenocínio, quando elas depois na realidade até enquadravam situações de tráfico (...) ” (O Ninho (1))

Também o representante da Polícia Judiciária manifestou total concordância com esta posição:

“ (...) Portanto a questão que foi falada presumo que muitas vezes em julgamento preferiu condenar pelo lenocínio do que pelo tráfico, embora às vezes entendamos que estão lá os elementos objetivos, acontece muito a polícia fazer investigação, entender que tem lá todos os elementos objetivos, consegue até que o Ministério Público acompanhe a ideia e tente levar a julgamento, mas depois nós não temos qualquer poder, qualquer influência nesse sentido, acaba por em tribunal entenderem que não estão os elementos objetivos ou por receio, especulando, que depois num recurso venha criar problemas, refere que pelo crime de lenocínio fazer a condenação, o que no lenocínio é mais simples, não há a questão da travessia de fronteiras, é uma questão de verificar que efetivamente as vítimas eram exploradas pelo indivíduo ou pelos indivíduos, que havia de violência ou não, porque há várias formas de violência, física, psicológica, sobre a vítima, sobre familiares, portanto, a questão de preferir por vezes haver mais condenações por lenocínio em vez de tráfico, será de uma forma de ser, digamos, mais fácil de conseguir uma condenação, nem que para isso até ponham os limites mais altos para aproximar mais do tráfico (...) ” (Polícia Judiciária)

⁶⁶ De que forma têm os tribunais encarado a problemática do tráfico sexual?

4.2.3. Prós e contras de legalizar/criminalizar a prostituição

A Associação “O Ninho” é claramente contra a ideia⁶⁷ da legalização da prostituição pois encara a prostituição como um problema social; a prostituição é claramente uma violação da dignidade humana, que tem sempre por trás uma situação de enorme violência física, psicológica e social com danos muitas vezes irreversíveis. Assim a prostituição nunca pode ser encarada como um verdadeiro trabalho, uma vez que o trabalho contribui para a dignificação da pessoa humana:

“ (...) nós efetivamente, já há muitos anos que consideramos que a prostituição é uma violação da dignidade humana e dos direitos humanos pela experiência que vemos daquilo que acompanhamos nas mulheres (...)” (O Ninho (1))

A prostituição

“ (...) é uma situação de violência, quer física, quer psicológica, quer social e que trás, digamos, consequências, danos, digamos assim, que são irreversíveis muitas vezes. Com relação à questão da legalização ou criminalização ou não da legislação, portanto, isso nós nunca poderíamos posicionarmo-nos a favor da legalização da prostituição, na medida em que consideramos, tal e qual como este documento, que é uma situação que viola a dignidade humana.” (O Ninho (1))

Por sua vez, o representante da Polícia Judiciária manifestou-se contra a posição da Associação “O Ninho”, defendendo que deve legalizar-se a prostituição:

“A minha opinião, havia dados que eu não conhecia, a minha posição tem sido a legalização, por uma questão de proteção, permitir, digamos, que elas saiam daquela situação de...” A minha opinião, havia dados que eu não conhecia, a minha posição tem sido a legalização, por uma questão de proteção, permitir, digamos, que elas saiam daquela situação de... (...) Invisibilidade. (...) Invisibilidade não é ilegalidade, mas estar no “éter”, não são nem deixam de ser, nem é carne nem é peixe. (...) Mas do meu ponto de vista, até por uma questão de legalizar a situação laboral de uma mulher que esteja muitos anos nisto, em 30 anos acaba por nunca ter uma legal atividade profissional, não tem os direitos sociais que tem, como qualquer desempregado por exemplo, não tem descontos, não terá outras proteções sociais que de outra forma deveria ter. A Alemanha tem uma legislação nesse sentido, mas pelo que eu li, pelos vistos são muito poucas aquelas que se apresentam efetivamente como prostitutas (...) No “Red District”, vi lá, é referido que continua a haver tráfico de pessoas para lá, o maior foco será para a Holanda, é o que eu lhe digo, enquanto se supõe que legalizando se reduz o crime, temos que ver uma coisa, seja em que situação for, os criminosos arranjam sempre forma de mascarar e passar. Se a prostituição for criminalizada, ou seja, a prática da prostituição, a prostituta desaparece, deixa de estar à vista, mas vai continuar a existir prostituição, pode haver menos, mas continua a haver, está mais escondida.” (Polícia Judiciária; Moderadora)

Em contradição com a posição do representante da Polícia Judiciária, manifestou-se novamente a representante da Associação “O Ninho”:

⁶⁷ Criminalizar ou liberalizar e reconhecer a prostituição?

“ (...) efetivamente há uma tendência da legalização aumentar a procura e como consequência aumentar o fenómeno da prostituição e por sua vez o fenómeno do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, é aquilo que a Alemanha evidenciou, aquilo que a Holanda tem evidenciado, nomeadamente há pouco tempo, não sei se se aperceberam das notícias, das cerca de 100 montras que foram fechadas, porque, foi descoberto, que afinal o que estava por trás era tráfico (...) ” (O Ninho (1))

Em concordância com a representante da Associação “O Ninho”, deu a opinião a representante da IPSS “Novos Rostos...Novos Desafios”:

“O problema da criminalização, e nós temos falado com os utentes na rua sobre isto, é que tudo o que é punido, tudo o que tem a ver com punições, com criminalização, fomenta a clandestinidade, e isso não é bom, pelo contrário, porque cria maior vulnerabilidade para as pessoas que fazem isso da vida.” (Novos Rostos...Novos Desafios (1))

4.2.3.1. A prostituição nunca é verdadeiramente uma escolha

Regra geral⁶⁸, as prostitutas sofreram na infância os mais variados tipos de maus tratos como a negligência, o abandono, a rejeição, abusos sexuais e problemas de saúde mental. Assim, é muito difícil poder falar de escolhas para estas pessoas vítimas de maus tratos.

Para a representante da Associação “O Ninho” não se pode dizer que a prostituta tenha escolhido esta forma de vida:

“ (...) quando se fala por exemplo da escolha, da dita “escolha” também vem aqui nesta resolução, quando se fala da dita escolha, eu costumo dizer que, falar de escolha, é muito bom para quem teve uma série, se calhar, teve acesso a uma série, digamos, de facilidades a nível social, como nomeadamente, por exemplo, o conhecimento, os estudos. Se nós pensarmos, por exemplo, que a nível de estudos também nos aumenta a nossa capacidade, a nossa liberdade, digamos assim, portanto, eu logo à partida, o que eu via era que estas mulheres estavam logo à partida condicionadas (...) não é uma questão de escolha, é uma questão às vezes de não escolha, portanto, não é tanto o escolher, é a não escolha, às vezes, não verem muita alternativa (...) ” (O Ninho (1))

A representante da IPSS “Novos Rostos...Novos Desafios” adota a mesma posição:

“ (...) tem de se arranjar soluções, tem de se arranjar alternativas às pessoas para poderem, efetivamente, escolher, mas enquanto isso não há, o que acontece é que elas vão ter de ir para sítios cada vez mais escondidos e estar mais vulneráveis a, lá está, exploração por parte de proxenetas ou a abusos por parte dos clientes (...) ” (Novos Rostos...Novos Desafios (1))

⁶⁸ Quando se fala de prostituição pode-se falar de uma verdadeira escolha?

4.2.3.2. A (negação da) zona cinzenta da prostituição em Portugal

O representante da Polícia Judiciária considera que Portugal se encontra numa situação de “nim”⁶⁹, isto é, em Portugal a Prostituição não é legal nem é ilegal mas encontra-se numa “zona cinzenta”:

“A questão da criminalização, criminalizar ou liberalizar, há países que adotaram uma postura, uma medida, outros outra, e depois há os países como Portugal, que é “nim”. (...) Enquanto Portugal está no “nim”, e suponho que ainda vá ficar mais uns tempos, da maneira como há debates, mas nada que chegue, que obrigue a população, digamos, a tomar uma posição, ou seja, as pessoas a dizer “não, tem de se fazer isto, tem de se exigir que se faça isto”, não há vontade política de mexer nisso.” (Polícia Judiciária)

Do lado oposto, posicionou-se a segunda representante da Associação “O Ninho”, interrogando:

“Mas qual zona cinzenta? O regime em Portugal é o regime abolicionista, não há nenhum vazio legal, não há nenhuma zona cinzenta, por isso é que eu não percebo, parece que é só criminalizar ou legalizar.” (O Ninho (2))

4.2.3.3. A legalização da prostituição como forma de proteção da mulher

A favor da legalização tem-se argumentado com a necessidade de proteger a mulher⁷⁰ de doenças sexualmente transmissíveis. Porém, este argumento tem sido uma falácia uma vez que, quando a prostituição esteve regulamentada em Portugal as doenças sexualmente transmissíveis aumentaram. Neste sentido pronunciaram-se ambas as representantes da Associação “O Ninho”:

“ (...) nós sabemos que a prostituição está muito associada, digamos, aos mais variados problemas de saúde, digamos assim, portanto, no fundo a pessoa acaba por estar exposta, porque independentemente de ser legalizada ou não, a ideia de que o facto de ser legalizado vá fazer com que o cliente, por exemplo, seja obrigado a usar o preservativo, eu acho que isto é uma falácia, porque no fundo, até para conseguirem corresponder, acho eu, à lógica do mercado, se o cliente exige e diz que quer sem preservativo, a realidade é que vai-se expor à situação (...) Em relação à saúde têm os mesmos direitos que qualquer um de nós, e antes pelo contrário, elas até são isentas das taxas moderadoras porque não têm nenhum rendimento. Portanto, também é uma falácia dizer que, a legalização vinha alterar alguma coisa em relação à saúde, não vinha alterar nada, antes pelo contrário, e a (O Ninho (1)) também já disse isso, na altura em que houve regulamentarismo em Portugal, a Sífilis aumentou exponencialmente, porque só as mulheres é que eram sujeitas a rastreios, os clientes não (...) ” (O Ninho (1); O Ninho (2))

⁶⁹ Será que existe uma situação de “nim” em Portugal?

⁷⁰ A legalização protege a mulher em termos de saúde?

4.3. “A prostituição e as questões de gênero”

A prostituição é uma realidade que diz sobretudo respeito às mulheres, sendo por isso uma questão de gênero, que só pode ser combatida através da educação e da sensibilização de toda a comunidade.

4.3.1. O que fazer para mudar mentalidades?

A representante da Associação “Projecto Criar” considera que é essencial para a mudança de mentalidades, falar às crianças sobre a violência do gênero, ter programas de educação sobre cidadania ativa, sobre igualdade do gênero, sobre violência doméstica uma vez que as mentalidades não se mudam por decreto, sendo necessário campanhas de educação:

“ (...) sem dúvida que falar sobre violência de gênero, desde tenra idade, ter programas de educação sobre cidadania ativa, sobre igualdade de gênero, sobre violência doméstica, sobre todos estes temas que nos fazem pensar sobre estas questões, é essencial para a mudança de mentalidades e tem mesmo que se começar a fazer. Nós na Associação “Projecto Criar” tentamos promover esse tipo de atividades, através de sessões de sensibilização durante os anos letivos (...) Foram desde o 1.º ciclo, 1.º ano, dantes era a 1.ª classe até ao 12.º ano, portanto é transversal, não só aos alunos e alunas, mas também à própria comunidade escolar, professores, professoras, à própria direção, às associações de pais e mães, portanto, toda a comunidade escolar, com vista a alterar a mentalidade.” (Projecto Criar)

4.3.2. A prostituição como uma realidade que diz essencialmente respeito ao gênero feminino e crianças

A prostituição tem a ver com as questões do gênero, pois é uma realidade que afeta maioritariamente as mulheres e as crianças:

“ (...) 80%, senão mais, do tráfico, abrange crianças e mulheres que são exploradas sexualmente, e portanto, a larga maioria do tráfico tem a ver com esta questão. Muitas mulheres que são traficadas, aceitaram prostituir-se, só não sabiam era que, para além de se prostituírem, iam ter também de vender a sua liberdade, e portanto, muitas delas, aceitam prostituir-se, porque não têm alternativa, ou porque têm problemas de várias ordens, há pouco escrevi aqui alguns (nível de escolaridade baixo, antecedentes familiares de maus tratos) (...) elas não tenham outra alternativa, portanto, estas mulheres aceitam prostituir-se, de repente veem-se numa situação de extrema vulnerabilidade, quer seja porque estão a ser, porque estão a fomentar a sua prostituição com fins lucrativos para o lenocínio, quer seja porque estão a explorar sexualmente,

porque lhes tiraram os documentos e elas não têm qualquer liberdade de atuação (...) as questões da igualdade de género estão subjacentes a estas temáticas, quer se queira quer não, tanto na área da violência doméstica, que é onde eu estou mais à vontade, como o tráfico de seres humanos, como a exploração sexual, quer seja através do lenocínio ou outras formas, e portanto eu acho que, estamos sempre perante discriminação de mulheres em relação a homens, e de crianças também, portanto, o problema de raiz é este, e portanto temos de atacar o problema através de...” (Projecto Criar)

Discordando desta questão, a IPSS “Novos Rostos...Novos Desafios” considera que os homens e os “trans” são um grupo que é igualmente vítima de prostituição:

“Só uma outra coisa que eu disse assim há pouco, que são os homens e os “trans”, porque se fala sempre na mulher vítima, e aqui, portanto, é um grupo, que não existe, porque não é falado, portanto é pena, pronto, acho que é importante, também, falarmos.” (Novos Rostos...Novos Desafios (1))

Relativamente a esta posição, discordou a representante da Associação “O Ninho”:

“ (...) esta resolução fala, é precisamente a questão da desigualdade de géneros, ou seja, demonstra, que, efetivamente, isto é uma situação que afeta, significativamente e maioritariamente as mulheres, portanto, os transexuais, os homens que nós também acabamos por lidar, de alguma forma, são uma minoria de menos de 10%, portanto, e depois também vou-lhe dizer uma coisa, os transexuais, para mim, são mulheres, ou seja, o género deles é feminino (...) ” (O Ninho (1))

4.4. “A criminalização da procura de prostituição”

Na Suécia, após várias campanhas de debate público e de sensibilização da população, decidiu-se criminalizar o cliente, o que fez com que a prostituição tenha diminuído neste país.

Assim sendo, devemos-nos questionar acerca de uma possível evolução nesse sentido, uma vez que a experiência sueca foi uma experiência positiva, que, muito embora não tenha acabado com a prostituição, reduziu-a substancialmente, à semelhança do que aconteceu com a escravatura.

4.4.1. *Quem é o cliente?*

Muitas vezes questionamo-nos sobre quem serão os clientes, julgando muitas vezes que estes são provenientes das classes mais baixas, com nível de cultura reduzido e de idades mais avançadas.

Porém o cliente é proveniente de todas as classes sociais, com muito ou pouco estudos, desde jovens até adultos.

Segundo a segunda representante da Associação “O Ninho”, os clientes são provenientes de todas as classes sociais:

“ (...) o cliente é o eterno anónimo (...) Que são provenientes de todas as classes sociais. Nos bares de luxo/hotéis de luxo, não há oscilação na procura do cliente, procura a mulher em qualquer altura do mês. Tem dinheiro para tal, enquanto que na rua e nos sítios onde...pode haver oscilações. Por exemplo, no final do mês, quando um trabalhador da construção civil, quando um assalariado ganha o seu salário, procura a mulher no final do mês, ou à sexta-feira à noite, e pode haver aí oscilações na procura, enquanto nos bares de luxo não há oscilações, porque há dinheiro o mês todo, porque quem é de luxo aí é o cliente, não é a mulher que lá está. (...) houve uma altura em que eram essencialmente homens casados acima dos 40 anos, agora há alguns fenómenos novos nesta linha...jovens, com álcool, com demasiado álcool, e depois às 6 da manhã, 7 da manhã, no Cais do Sodré e noutros meios, já com bastante álcool, e que, se a mulher faz sexo oral por 10 euros, aí vão os miúdos. (...) quando eu comecei a trabalhar no Ninho (...) o homem é o tio, ou o pai ou irmão mais velho que até o leva à prostituta para ele começar a ter experiência a nível da sexualidade, na medida em que, com a mulher com quem vai casar, ela tinha de estar virgem (...) se for um cliente de uma classe social com poder económico, nem pensar, o que pode acontecer é pô-la por conta. Tem o seu dinheiro, os seus filhos, a sua família, e depois tem a rapariga que ele tirou da vida, e que tem por conta, e que até paga o apartamento.” (O Ninho (2))

4.4.2. Deve-se ou não criminalizar o cliente?

Como já referimos, a criminalização do cliente conduz à redução da prostituição.

Todavia a criminalização do cliente é difícil, pois há que mudar as mentalidades tanto ao nível social como ao nível político e a criminalização do cliente também tem consequências para a prostituta na diminuição dos seus rendimentos e conduz a uma maior situação de clandestinidade.

Neste sentido, manifestaram-se ambas as representantes da Associação “O Ninho”:

“ (...) ainda não estamos em Portugal numa fase em que se possa criminalizar o cliente, é o que eu acho pessoalmente, o “Ninho” não tem uma posição tomada em relação a isso, eu acho pessoalmente, porque na Suécia foram muitos anos, foram gerações a fazer um trabalho de mudança de mentalidades para que quando se fez um referendo sobre isto, a população dizer que “sim senhora”, quem recorre à prostituição é uma pessoa com problemas a nível de relacionamento, a nível de vivência da sua sexualidade, portanto devemos fazer um trabalho pedagógico no sentido do cliente ser ajudado a não ter que recorrer à prostituição e conseguir manter um relacionamento saudável com uma mulher que não tenha de ser pago, portanto, em Portugal, ainda não estamos nisso, nessa fase, o “Ninho” tem tentado fazer ao longo dos anos. (...) houve aqui um movimento muito grande em termos do próprio governo Sueco, havia muitas representantes mulheres, sobretudo mulheres, mas depois até alguns homens, mas que estavam precisamente a favor, digamos, no fundo destas medidas, de alguma forma combater a prostituição, etc. e tal e, portanto, depois acabaram por se posicionar a favor... (...) é muito comum as mulheres vítimas de tráfico não quererem colaborar com a polícia. Um dos primeiros fatores e uma das primeiras razões é porque nos países de origem delas, nomeadamente, nos países de Leste, a própria polícia faz parte das organizações criminosas, portanto a própria polícia é corrupta e elas têm um medo tremendo disto. Depois, para além dos outros medos, tem a ver com as respetivas retaliações que podem vir a sofrer, por fazerem parte e por colaborarem, e o (Polícia Judiciária), pode também comprovar isto comigo, é muito difícil elas colaborarem, ou seja, portanto, eu acho que depois também esta questão também do tempo de reflexão, o tempo de reflexão, quer dizer, um tempo que é extremamente curto, para mulheres e para pessoas que passaram por uma situação extremamente traumática, depois, a situação depois do estatuto da vítima, que eu acho sinceramente que as organizações não governamentais deviam de fazer parte da atribuição do estatuto da vítima.” (O Ninho (2); O Ninho (1))

Defende a mesma ideologia a representante da UMAR Universidade Feminista:

“ (...) as pessoas dizem que se prostituem, e que não se sentem vítimas (...) a criminalização dos clientes será prejudicial para si que fazem aquele trabalho ou aquela atividade, se quiserem chamar assim, de livre vontade, e portanto, que não se reveem na demonização do cliente ou se quiserem na política da anti-procura (...) ” (UMAR Universidade Feminista)

Concordando com esta posição a representante da Associação “Projecto Criar” fez um paralelismo entre a prostituição e as mulheres vítimas de violência doméstica:

“ (...) se quer avançar com a queixa ou não, já é escusado, temos nós de avançar com a mesma, e temos nós que montar a rede de forma a apoiá-la efetivamente e o melhor possível e protegê-la. Portanto, quando falamos em

perder tempo a perguntar o que é que elas acham que devia ser feito, eu falo em perda de tempo, porque se de facto elas estão numa situação de perda total da autonomia da vontade, e de autoestima, e tão destruídas, nós próprias estamos aqui sentadas não sabemos o que é que deve de ser feito, quanto mais elas, quer dizer, parece-me, completamente, utópico.” (Projecto Criar)

4.4.3. A dificuldade em se criminalizar o cliente

É muito difícil criminalizar-se o cliente, pois a vítima tem dificuldades em denunciá-lo, pois não se considera vítima e muitas vezes identifica-se com o agressor.

A relação da prostituta com o agressor é muitas vezes a repetição de um padrão porque estão habituadas a ser maltratadas, por isso os maus tratos na prostituição é uma realidade que lhes é familiar.

É muito difícil chegar aos clientes. Assim, faz todo o sentido que se desenvolvam campanhas de educação para os compradores de sexo.

Em relação a esta problemática, pronunciou-se a representante da Associação “O Ninho”:

“(…) na cabeça da mulher que se prostituiu, e que deixa de se prostituir, depois de sair, realmente é muito difícil identificar-se como vítima, como identificar o agressor como “o agressor”, identificá-lo como efetivamente “o explorador”, como identificá-lo como proxeneta. Elas não dizem “o meu proxeneta” ou “a minha proxeneta”. Inclusivamente têm colegas que funcionam como proxenetas. (...) No fundo, o que verbalizam, ou é “a amiga”, ou é “o amigo”, ou é...e há uma ideia de proteção, mas isto está explicado cientificamente, e também vem aqui...que eu estive a ler, e já tinha lido em tempos, mas depois tive de reler. Efetivamente relativamente aos problemas ao nível da saúde mental, isto configura uma situação de stress pós-traumático, e de agressão e de identificação com a pessoa, e de Síndrome de Estocolmo. (...) ” (O Ninho (1))

Com esta posição concorda também o representante da Polícia Judiciária proferindo:

“Muito no caso do lenocínio, muitas vezes elas são a filha do namorado, do marido, do companheiro, portanto, é alguém que elas têm como protetor. Nas questões do tráfico, como pode haver uma questão vinda de outro país, de agressão física, poderá, da parte da vítima, não se sentir tão ligada a ele, mas quando é uma situação de lenocínio, há uma proximidade muito grande. Temos muitos casos em que elas depois dizem que não, que está tudo bem, não há crime nenhum, é o namorado, é o companheiro, ele não explora, e ela está com ele porque quer.” (Polícia Judiciária)

4.4.4. Não havendo criminalização do cliente em Portugal, que soluções temos para que as mulheres denunciem as situações de lenocínio?

Para que a mulher denuncie o cliente é necessário que se reconheça como vítima.

O empoderamento passa, na primeira fase, em ajudar a mulher a perceber a situação de violência em que ela está, que lhe permita querer sair dessa situação. Têm de tomar essa consciência.

Uma das formas de ajudar a mulher a denunciar o cliente é o instituto da suspensão provisória do processo, pois permite que caso a mulher se arrependa inicialmente de denunciar o agressor, possa reverter essa situação mais tarde, quando já se vê como vítima.

Por outro lado o agressor não se importa de frequentar um programa de reabilitação, pois isso é preferível a ser condenado pelo crime de lenocínio.

A comprovar estas ideias manifestou-se a representante da Associação “Projecto Criar”:

“E, a suspensão provisória do processo, apesar de sermos inicialmente contra porque achávamos que era uma forma encapotada de arquivar processos, acabou por ser uma boa aliada nestes casos de violência doméstica porque quando ela começa a entrar no dilema do quero desistir, nós explicamos: “olhe, mas existe a possibilidade de você aceitar uma suspensão provisória do processo porque o crime de violência doméstica o permite, e, estando preenchido os requisitos, que normalmente estão sempre, e ele aceitando, o arguido e o Ministério Público, nós podemos aqui suspender o processo durante uma fase de 18 meses no máximo, onde lhe é aplicada uma injunção de ter de frequentar um programa para agressores. Ele, durante esses 18 meses, tem o processo suspenso, a marinar, não é, e se não acontecer nada de grave durante esses 18 meses, o processo é arquivado e ele não tem qualquer condenação. Mas pelo menos você fica com algum tempo para perceber se ele vai ou se não vai voltar a reiterar a conduta criminoso”. E isto tem sido bom, porque elas aceitam e eles são colocados nos tais programas para agressores, e há uns casos de sucesso. (...) Porque para haver a suspensão provisória do processo tem de haver processo-crime, senão não se pode impor nenhum programa aquela pessoa, não se pode impor um programa a alguém que não tenha um processo-crime a correr. Tem de ser o Ministério Público e o Juiz a impor, sob pena de ser levado a julgamento e de poder ser condenado. E isso gera um tal ónus sobre aquela pessoa, que até não se importa de ser alvo desse programa, porque é preferível a ser condenado por um crime desta natureza.” (Projecto Criar)

4.5. Conclusões do Focus Group

Da transcrição dos diálogos do Focus Group podemos concluir que a prostituição é uma realidade complexa, bastante estereotipada e marginalizada, de tal forma que os intervenientes nesta sessão, não tinham previamente qualquer discurso ou dissertação preparada.

Foram partilhando as suas opiniões e convicções, muitas vezes sem um grande grau de certeza.

Alguns tinham opiniões mais bem fundamentadas, pelo longo trabalho realizado com prostitutas.

A maneira como o Direito encara o fenómeno da prostituição, tem evoluído ao longo dos tempos.

Inicialmente, tivemos um regime abolicionista. No Estado Novo tivemos um regime regulamentarista em que o exercício da prostituição estava altamente regulamentado. Do Estado Novo até 1983 tivemos novamente um regime proibicionista que prendia as mulheres que estivessem a prostituir-se. Atualmente, a prostituição não está criminalizada, pelo que *a contrario* ela é legal, mas não é uma atividade que esteja legalmente regulamentada.

Hoje existe apenas a criminalização da exploração sexual através do crime de lenocínio e do tráfico sexual, previstos no artigo 169.º, n.º 1⁷¹ do Código Penal e no artigo 160.⁷² do mesmo.

⁷¹ “Quem profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.”

⁷² “Tráfico de pessoas 1 - Quem oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas: a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave; b) Através de ardil ou manobra fraudulenta; c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar; d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima; é punido com pena de prisão de três a dez anos. 2 - A mesma pena é aplicada a quem, por qualquer meio, recrutar, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou o entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos, a adoção ou a exploração de outras atividades criminosas. 3 - No caso previsto no número anterior, se o agente utilizar qualquer dos meios previstos nas alíneas do n.º 1 ou actuar profissionalmente ou com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de três a doze anos. 4 - As penas previstas nos números anteriores são agravadas de um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se a conduta neles referida: a) Tiver colocado em perigo a vida da vítima; b) Tiver sido cometida com especial violência ou tenha causado à vítima danos particularmente graves; c) Tiver sido cometida por um funcionário no exercício das suas funções; d) Tiver sido cometida no quadro de uma associação criminosa; ou e) Tiver como resultado o suicídio da vítima. 5 - Quem, mediante pagamento ou outra contrapartida, oferecer, entregar, solicitar ou aceitar menor, ou obtiver

Ora, se foi esta a evolução legislativa em Portugal, temos de acreditar que o que temos hoje é melhor do que tínhamos ontem. Evoluímos, mas poderemos evoluir mais, nomeadamente para a criminalização do cliente, como acontece na Suécia e que conduziu nesse país à redução da prostituição. Para tal, é preciso debater o tema da prostituição, não só a nível especializado, mas também ao nível do grande público, com campanhas e debates.

E porque é que a prostituição é uma realidade complexa e difícil de abordar?

A prostituição, tal como afirmado pela técnica da Associação “O Ninho”, é uma violação da dignidade humana, pois a sexualidade humana distingue-se da sexualidade animal, pois tem na sua base o amor, a afetividade, o relacionamento interpessoal, o respeito pelo outro. Ora na prostituição, a sexualidade fica reduzida apenas ao corpo. A mulher é vista como mero objeto de prazer, destituída de dignidade humana. A mulher deixa de ser vista como pessoa humana, sujeita de direitos, para ser vista como mero objeto, apenas como corpo (instrumento de prazer), sem espírito, sem sentimentos, sem afetividade.

Assim, a legalização da prostituição viola a dignidade humana.

A sua regulamentação faz aumentar a prostituição e estigmatiza ainda mais a pessoa que se prostitui.

A criminalização da prostituição fomenta a clandestinidade, o que cria uma maior vulnerabilidade.

Não é a legalização, regulamentação ou criminalização que combate a prostituição.

Se a prostituição constitui uma violação da dignidade humana, não pode ser vista como um trabalho, pois o trabalho dignifica a pessoa.

Devemos combater a prostituição, através da educação, em que a sexualidade não é dissociada do amor e afetividade, através da mudança de mentalidades.

Passando agora ao segundo ponto do debate “A prostituição e as questões de género”, 80% das pessoas que são traficadas são crianças e mulheres. Esta questão tem a

ou prestar consentimento na sua adopção, é punido com pena de prisão de um a cinco anos. 6 - Quem, tendo conhecimento da prática de crime previsto nos n.º 1 e 2, utilizar os serviços ou órgãos da vítima é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal. 7 - Quem retiver, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime previsto nos n.º 1 e 2 é punido com pena de prisão até três anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal. 8 - O consentimento da vítima dos crimes previstos nos números anteriores não exclui em caso algum a ilicitude do facto.”

ver com a questão do gênero, pois é uma situação que afeta significativamente e maioritariamente as mulheres.

Para combater esta realidade, é essencial a mudança de mentalidades, falando na escola, em todos os graus de ensino sobre a violência do gênero, ter programas de educação para a cidadania ativa, sobre a igualdade do gênero.

O problema da violência contra as pessoas prostituídas é um problema inerente à prostituição, pois o cliente como pagou tem uma sensação de poder sobre aquela pessoa. Assim, a violência não é inerente à legalização ou não da prostituição.

A prostituição implica uma situação de desigualdade perante o resto da sociedade, porque é sempre uma realidade estigmatizante, é sempre uma realidade violenta, um atentado à dignidade humana, pelo que se defendemos a igualdade, não podemos defender um trabalho, como a prostituição.

No que toca agora ao terceiro ponto do debate “A criminalização da procura de prostituição”, constata-se que é difícil criminalizar o cliente.

Para que isso possa acontecer, é necessário vontade política e mudança de mentalidades.

Os clientes são provenientes de todas as classes sociais.

A prostituta tem muita dificuldade em identificar-se como vítima, bem como identificar o agressor como um explorador. Daí a dificuldade em criminalizar o cliente.

Normalmente a prostituta vê o proxeneta como um amigo e não como um agressor. A prostituta encontra-se numa situação de stress pós-traumático, identificando-se com o agressor.

No caso do lenocínio o agressor é visto como protetor, sendo muitas vezes até seu familiar.

A relação com o agressor, é muitas vezes a repetição de um padrão, porque as prostitutas estão habituadas a ser maltratadas desde a infância, pelo que, os maus tratos na prostituição é visto como algo normal, familiar.

No caso de tráfico de mulheres estrangeiras, a vítima já não se sente tão ligada ao agressor.

Assim, é necessário que se desenvolvam campanhas de educação para os compradores de sexo.

À semelhança do que acontece na violência doméstica, no caso da criminalização do cliente, devia usar-se o instituto da suspensão provisória do processo. Caso o agressor não se reabilite, e não cumpra a injunção que lhe for aplicada poderá ser condenado.

Para ajudar a mulher a denunciar o agressor é necessário que a mesma tome consciência de que se encontra numa situação de violência e que tenha vontade de sair dessa situação.

Conclusão

Em jeito de conclusão, iremos, com base em toda a pesquisa realizada no âmbito da elaboração da presente dissertação, e ainda das considerações retiradas do Focus Group, fazer uma reflexão sobre o estado do tema “prostituição” em Portugal e sobre a dicotomia regular ou criminalizar.

Desde tempos remotos que a prostituição é uma realidade das sociedades. Sendo vista de formas diversas ao longo dos tempos, começou por ser um mal necessário que era tolerado, passou uma fase em que assumiu conotação religiosa em nome da fertilidade, para uma época em que era considerada um pecado e as mulheres que estavam associadas a este ramo eram vistas como pessoas possuídas por seres maléficos. Por fim foi tratada, divergindo de país para país (ou de Estado para Estado, no caso dos Estados Federais) de uma de três formas: regulada, tolerada, ou proibida. Conforme a mentalidade predominante a questão da prostituição vai tendo diversos tratamentos. No entanto, há um denominador comum na História da prostituição: o desrespeito pela dignidade humana. Esta nunca foi vista como uma profissão digna e andou sempre associada a violência, exploração e escravatura. Associada a uma sociedade patriarcal, em que a mulher é, não raras vezes, instrumentalizada à vontade do homem.

Olhando agora apenas para Portugal, como sabemos a prostituição passou por quatro grandes fases. Desde o início do reinado até meados do séc. XIX, houve uma pré-regulamentação. Eram poucas as leis que abrangiam estas pessoas e a atividade era encarada como um mal necessário. Não existia punição para quem se prostituía, para quem as agenciava nem para as pessoas que recorriam a este tipo de serviços. Foi sendo sempre tratada como um problema marginal, interessando aos monarcas legislar sobre a atividade enquanto atividade económica e não sobre as condições em que as mulheres, e outras pessoas mas principalmente estas, eram tratadas (sendo tratadas como rês, e na verdade, mais do que tratadas eram comercializadas).

A partir de meados dos anos 50 do séc. XIX, passamos pela fase da regulamentação da prostituição. O país via-se a braços com um surto de sífilis (doença sexualmente transmissível), provocado pela promiscuidade e falta de higiene, quer de clientes como de profissionais do sexo, que exigiu a uma intervenção política. Aqui decidiu-se obrigar as trabalhadoras do sexo a fazer exames médicos regulares, e a terem cadernetas de saúde obrigatórias, com o intuito de se certificar que estas estavam livres de doenças sexualmente

transmissíveis (DST's), e que por isso não eram um ponto de contaminação para os seus clientes, e consequentemente, para todas as suas outras parceiras sexuais, que eram indiretamente contaminadas, como as suas esposas. Regulamentava-se de forma a contornar o flagelo que era a propagação de tal doença, mas pelos relatos, estas medidas não alcançaram os objetivos desejados. A clandestinidade continuou a imperar, bem como os contornos à lei.

Com a entrada do Regime de Salazar, os valores associados à família passaram a ser mais valorizados, sendo a família enquanto instituição um dos pilares ideológicos do fascismo. A sociedade passou por uma época ainda mais conservadora e temente às diretivas religiosas impostas (a igreja católica era outra das bandeiras do fascismo salazarista). Passamos de uma época regulamentarista para uma abolição total da prostituição e para a criminalização das mulheres, ou outras pessoas, que trabalhavam neste ramo. Voltamos a encarar a prostituição como algo malévolo para a sociedade que deveria de ser erradicado. Esta criminalização, como sabemos, não conseguiu terminar com a prostituição em Portugal, esta continuou a existir, simplesmente foi encoberta. Os profissionais do sexo esconderam-se na clandestinidade e os clientes também. Era vergonhoso o acesso a este tipo de serviços mas era ainda mais desrespeitoso para a família ter alguém que se prostituía para sobreviver. A mentalidade fechada, e muito atrasada em relação a outros países e sociedades da mesma época, levou a que este tema fosse sendo mal tratado e adiada uma resolução.

Em 1982, é aprovado o Decreto-Lei 22 400/82 que despenaliza a prostituição e criminaliza o lenocínio.

É assim que entramos no estado da atualidade do tema no nosso país. No pós 25 de Abril a postura das forças políticas foi deixar de penalizar a pessoa que se vê obrigada a prostituir e assumir uma posição de penalização daquele que se aproveita do trabalho alheio, que explora e fomenta a situação dessa pessoa que se encontra numa posição de vulnerabilidade.

De facto, é fácil de perceber a criminalização deste tipo de pessoas que explora outra. É fácil ainda criminalizar a prostituição infantil bem como o tráfico de seres humano, algo em que todos os países concordam. Mas em relação ao que fazer quanto à posição do trabalhador do sexo em si, é bastante mais complicado.

A posição legal adotada em Portugal, atualmente, é aquela que foi assumida há muitos anos atrás. Ao despenalizarmos a prostituição estamos a deixar em branco a posição

que queremos ver ser adotada quanto a esta situação (a única posição que o legislador adota é a de não querer, propositadamente, criminalizar a prostituição). Estamos numa zona cinzenta, num intermédio entre legislar ou criminalizar a atividade de venda de prestação de serviços sexuais. Na década de 80, quando o Decreto-lei foi lançado, o que se fez foi deixar em aberto a questão para mais tarde vir a ser tratada, numa época em que a sociedade tivesse outra desenvoltura em relação a estes temas. Foi um adiar da solução, aliviando a posição da prostituta, que agora não teria de fugir e se esconder para não ser presa. No entanto, nestes trinta anos, que desde então se passaram, pouco se fez a nível legislativo, e nada com impacto substancial.

É um problema, ainda hoje, muito sensível a nível político e social, e o poder político tem pudor de assumir uma posição em relação a isto. Socialmente, a prostituição é considerada como um tema demasiado “ordinário” para ser abordado e regulado. Estas pessoas, tal como nós, merecem respeito e também preocupação da parte do resto da sociedade. É um tema com implicações morais, humanas, éticas, sociais (e também sanitárias), demasiado graves para ser votado à inércia da sociedade civil e do poder político. Para podermos ultrapassar estas barreiras morais e culturais que ainda temos, há que colocar o tema “em cima da mesa” do debate político discuti-lo publicamente para que as pessoas, de forma informada, possam dar a sua opinião, e construir uma solução para este problema.

Como o estigma ainda é muito grande em volta desta atividade, e os políticos estão quase sempre mais preocupados com a próxima legislatura, não foram tomadas posições ativas por parte dos poderes públicos, que muito pouco fazem para devolver dignidade às vítimas deste problema: as prostitutas. A tarefa de devolver dignidade às prostitutas tem sido levada a cabo, sobretudo, por instituições não-governamentais, que vão sobrevivendo à custa dos poucos apoios públicos, e do contributo altruísta de particulares anónimos. São estas pessoas que trabalham constantemente com as vítimas, que conhecem a sua realidade, e que fazem a diferença no dia-a-dia das prostitutas.

É também indispensável implementar programas de apoio a quem pretende deixar de se prostituir. Este é talvez um dos passos mais importantes na vida de alguém que algum dia se prostituiu. É também o mais assustador, pois estas pessoas sempre conheceram esta vida e é difícil adquirir novos hábitos, e a sociedade estigmatiza quem já se dedicou à prostituição. É aqui que é crucial a intervenção destas organizações, que as ajudam enquanto estão na rua e depois no momento da reabilitação. A associação “O

Ninho” dispõe de um abrigo para estas mulheres, e de um local onde elas começam uma formação profissional, para depois poderem reingressar na sociedade de forma autónoma e conseguirem sustentar-se sem ter de recorrer à prostituição. É do conhecimento destas realidades que se podem encontrar as melhores soluções, ou pelo menos conseguirmos chegar aos verdadeiros problemas dos trabalhadores do sexo.

Quanto à forma como os tribunais tratam o lenocínio, nota-se um certo desfasamento entre o que os tribunais consideram que a prática do lenocínio é, e a forma como na prática se pratica o lenocínio. É o juiz que leva a cabo a realização prático-normativa do direito, que aplica a norma aos factos, que devem ser encarados como ocorreram na prática (sobretudo na aplicação do Direito Penal). Quando os tribunais superiores afirmam que o lenocínio é intrinsecamente um crime violento e que implica sempre a violação da autodeterminação sexual, estão a ir demasiado longe; o lenocínio viola efetivamente bens jurídico-constitucionais mas não todos os bens jurídico-constitucionais (como nenhum crime viola aliás) e deve ser punido à luz daquilo que é na realidade, e não à luz de uma visão excessivamente jurídica que acaba por cair na ficção. Quem se dedica à prostituição expõe-se recorrentemente a situações de violência e é uma condição de vida física e psicologicamente violenta; isso não significa que o lenocina pratique atos de violência contra a/as prostitutas que lhe atribuem uma parte do que recebem (como explicámos no capítulo três, podem fazê-lo voluntariamente). De igual forma podemos afirmar que a vida de prostituição impede uma saudável fruição sexual, compromete a vida sexual futura de uma prostituta, e conduz a graves traumas sexuais; isso não significa que o lenocina viole a autodeterminação sexual da prostituta, nem que a prostituta pratique atos sexuais com os seus clientes coagida pelo lenocina.

Como já afirmámos anteriormente, há três formas de se encarar juridicamente a prostituição (a regulação, a penalização, ou a mera tolerância jurídica), e no fim deste trabalho chegámos a várias conclusões quanto às consequências da adoção de qualquer um destes tratamentos jurídicos do problema.

Começando pela regulação da prostituição (como já acontece em alguns países estrangeiros), e como já foi anteriormente referido na nossa dissertação, essa regulação passa pelo reconhecimento legal de que a prostituição é uma atividade laboral como qualquer outra e os trabalhadores do sexo, são dotados de um conjunto direitos (individuais e coletivos) e deveres laborais, vindo a lei regular a forma como essa atividade deve ser exercida, quem se pode dedicar a essa atividade, e quais os requisitos que têm que respeitar

as empresas do sector. Esta abordagem do problema mostra uma preocupação dos legisladores que a adotaram para com o problema da prostituição (o que é de louvar), e visa combater as condições de precariedade em que as prostitutas são forçadas a exercer esta atividade quando a exercem na clandestinidade, visando também produzir o mesmo efeito que produziu a revogação do *Valstead Act* em 1933 (após a abolição da chamada “lei seca” nos Estados Unidos da América, os criminosos que se dedicavam ao contrabando de bebidas alcoólicas foram “substituídos” por empresários honestos, e a violência ligada ao fornecimento e distribuição de bebidas alcoólicas reduziu drasticamente). A regulação da prostituição não resolve o problema de fundo: a prostituição continua a ser uma atividade que reduz quem a ela se dedica a uma vida que não corresponde aos mínimos de dignidade humana que um Estado Democrático exige; e deve também ter-se em consideração que não extingue a prostituição clandestina nem os bordéis ilegais.

Quanto ao caminho da penalização da prostituição, concluímos no final deste estudo que gera mais problemas do que soluções. Começando por abordar juridicamente a questão, devemos desde já afirmar que uma eventual criminalização seria inconstitucional (violaria o princípio da subsidiariedade do Direito Penal). Poder-se-ia considerar a prostituição como uma contra-ordenação, e sujeitar quem exerce esta atividade a coimas, mas isso forçaria quem pratica esta atividade a operar numa ainda maior clandestinidade, o que conduz a uma maior insegurança; penalizar quem exerce esta atividade é penalizar as vítimas deste flagelo, o que é contrário ao que se pretende.

Quanto à penalização do cliente, como ocorre em França, não deixa de levantar problemas de Constitucionalidade, sendo certo que o cliente não é a vítima, também não é claro que seja ele que viola o direito à dignidade da prostituta, ele não lucra com a prostituição e a relação sexual praticada é consensual, o cliente não promove a prostituição nem a facilita, e sendo certo que os clientes (enquanto coletivo) são *conditio sine qua non* deste fenómeno que viola a dignidade humana, não se pode afirmar que sejam eles que o geram. Este é o chamado modelo nórdico (é adotado na Suécia, Noruega e Islândia) e é a posição adotada pelo Parlamento Europeu, em relação ao recurso a prostitutas menores de 21 anos, num relatório (não vinculativo) aprovado por este órgão a 26 de Fevereiro de 2014.⁷³

⁷³ PARLAMENTO EUROPEU. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/content/20140221IPR36644/html/Parlamento-Europeu-defende-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-dos-clientes-da-prostitui%C3%A7%C3%A3o> Consultado em [24/10/2014].

Quanto ao modelo português, o mais abordado neste trabalho, concluímos que é insatisfatório e demonstra uma atitude de irresponsabilidade e de insensibilidade do legislador; o legislador não escolheu a melhor nem a pior solução para o problema, o legislador não mostrou interesse em resolver o problema da prostituição, condenando-a a um “vazio legal” sem fim á vista.

Ainda assim a maior barreira na descoberta de uma solução para esta problemática é a mentalidade da sociedade civil. Há ainda uma grande noção de imoralidade da prática prostitucional e um estereótipo de que quem se prostitui (na sua maioria mulheres, sublinhe-se) não merece a mesma dignidade que merece quem não se prostitui, e que leva uma vida indigna, mas que na verdade, também não merece uma vida mais digna. A sociedade recusa-se a assumir uma postura de responsabilidade nesta matéria, dificultando a reintegração de quem já se prostituiu.

Do atrás exposto podemos concluir que a prostituição é mais do que uma atividade lícita e o lenocínio é mais do que um crime, são partes integrantes de um grave problema sociológico particularmente complexo e cuja solução não se nos apresenta de forma clara, mas que exige garantidamente um debate profundo, um compromisso político e social, que se traduzirão no encerramento de um capítulo infeliz na história dos Direitos Humanos em Portugal: o capítulo de mais de 30 anos em que o poder político foi conivente com a situação degradante em que vivem os homens e mulheres que se prostituem, situação problemática que conhecia e nada fez para solucionar.

Referências bibliográficas

ABRUNHOSA, R. MACHADO, C. Violência e Vítimas de Crimes. Coimbra: Quarteto Editora, 2002

ALBERTO, J. M. Dos Crimes Sexuais: Do crime de Lenocínio em Especial. O Novo Paradigma da Criminalidade Sexual. Tese de Mestrado. Universidade Autónoma de Lisboa. Lisboa, 2012

BERNARDO, P. Prostituição e representações Sociais. Manuscrito do ISMT (Instituto Superior Miguel Torga). Coimbra, 2006

CASTELO, B. O advogado diante dos crimes sexuais. Sugestões Literárias S.A. São Paulo, 1966

Código Penal. 2.^a Edição. Almedina, 2013

Código do Processo Penal. 3.^a Edição. Universitário Almedina, 2014

Constituição da República Portuguesa. 8.^a Edição. Coimbra Editora, 2011

COELHO, A. F. Prostituição: A Desconstrução dos seus Anátemas. Dissertação de Mestrado. Edições ISMT. Coimbra, 2010

CUNHA, M. J. Vivências do Corpo na Prostituição Feminina. Mestrado em Psicologia da Educação. Coimbra, 2012

Dicionário da Língua Portuguesa. Porto Editora, 2014

FRAGOSO, H. Lições de Direito Penal. 2.^a Ed. Vol. 3. São Paulo, 1965

GAGNON, J. SIMON, W. Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality. Chicago: Aldine, 1973

GRILO, F. Proteção de Testemunhas no Crime Organizado. Mestrado Forense. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 2012

GROSSO, V. Na condição de Prostituta, que Redes de Suporte Social?. Dissertação de Mestrado. ISMT. Coimbra, 2009

LOPES, A. Consumo de Pornografia na Internet, Avaliação das Atitudes Face à Sexualidade e Crenças Sobre a Violência Sexual. Dissertação de Mestrado, Lisboa. Universidade Autónoma de Lisboa, 2013

MANITA, C. OLIVEIRA, A. Estudo da caracterização da prostituição de rua no Porto e em Matosinhos. CIDM. Porto, 2012

OLIVEIRA, A. As vendedoras de Ilusões – Estudo sobre prostituição, alterne e striptease. Lisboa: Editorial Notícias, 2004

OLIVEIRA, A. Andar na Vida: Prostituição de Rua e Reação Social. Coimbra: Almedina, 2011

PATTO, V. O tratamento jurídico da prostituição. Vol. 167. Brotéria. Lisboa, 2008

PRADO, L. R. Curso de Direito Penal Brasileiro: parte especial – artigos 184 a 288. 4ªEd. Vol. 3. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2006

PIERAGENLI, J. H. Manual de Direito Penal Brasileiro. Revista dos Tribunais. 2ªEd. Vol.2. São Paulo, 2007

PIRES, H. GONÇALVES, T. A. Tráfico e exploração sexual de mulheres e meninas no Brasil. São Paulo, 2007

PRADO, L. R. Curso de Direito Penal Brasileiro. 4ªEd. Vol.3. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2006

ROBERTS, N. A Prostituição Através dos Tempos na Sociedade Ocidental. Lisboa: Editorial Presença, 1996

ROBERTS, N. As Prostitutas na História. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 1998

SILVA, S. Classificar e Silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a prostituição feminina em Portugal. Análise Social. Revista do ICS da Universidade de Lisboa, nº184. Vol. XLII. Lisboa, 2007

SOUZA, G. Prostituição, Lenocínio e Tráfico de pessoas. Editora Revistas dos Tribunais, 2014

WEBGRAFIA

20MINUTOS. (2014). Disponível em: <http://www.20minutos.es/noticia/2033878/0/cooperativa/sexo-prostitutas/ibiza/> Consultado em [23/10/2014].

ARGOLO, A. (2013). *A questão da regulamentação da prostituição e do desamparo social*. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/a-questao-da-regulamentacao-da-prostituicao-e-o-desamparo-social>. Consultado em [29/05/2015].

LEAL, G. ALMEIDA, J. (2012). *Estado, Crime Organizado e Território: Poderes Paralelos ou Convergentes?*. XIII Jornada do Trabalho. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/13.pdf>. Consultado em [24/05/2015].

PATTO, P., (2013). *O Quadro Legal da Prostituição e a Dignidade Humana*. Disponível em: <http://www.oninho.pt/ficheiros/documentacao/Quadro%20legal%20portugu%C3%AAs.pdf>

f. Consultado em [29/05/2015].

PATTO, P. (2013). Prostituição - *O Quadro Legal Português*. Juiz de Direito. Disponível em: <http://www.oninho.pt/ficheiros/documentacao/Quadro%20legal%20português.pdf>. Consultado em [20/05/2015].

PAULA, A.; LONGO, G. - *O escravidão contemporâneo e sua relação com a prostituição: uma abordagem do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual*. Disponível em <http://www.netpdh.com.br/anais/ARTIGO%2011.pdf>. Consultado em [14/08/2015].

PEREIRA, A. (2014). *Parlamento Europeu recomenda criminalização de clientes de prostituta*. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/parlamento-europeu-recomendam-criminalizacao-de-clientes-de-prostitutas-1626266>. Consultado em [28/05/2015].

PIRES, H. GONÇALVES, T. A. (2007). *Tráfico e exploração sexual de mulheres e meninas no Brasil*. Disponível em: http://ultimainstancia.uol.com.br/ensaios/ler_noticia.php?idNoticia=36195&kw=TR%C1FICO+PESSOAS#5. Consultado em [29/04/2015].

PROVEDORIA DE JUSTIÇA. *Direitos da Mulher. O Caso Português: Enquadramento normativo geral e atuação do Provedor de Justiça*. 2º Relatório sobre Direitos Humanos da FIO. Disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/TPB_MA_3746.pdf. Consultado em [26/05/2015].

PÚBLICO. (2013). *Capturado empresário da noite que esteve na origem da inquietação das "Mães de Bragança"*. Disponível em: <http://www.publico.pt/local/noticia/capturado-empresario-da-noite-que-esteve-na-origem-da-inquietacao-das-maes-de-braganca-1613156>. Consultado em: [23/10/2015].

PÚBLICO. (2013). *França aprova lei que criminaliza clientes de prostituição*. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/franca-aprova-lei-que-criminaliza-clentes-de-prostituicao-1614568>. Consultado em [29/05/2015].

MORAES, A. (2011). *Corpos Normalizados, Corpos Degradados: os Direitos Humanos e as classificações Sobre a Prostituição de Adultas e Jovens*. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308261337_ARQUIVO_APARECIDAFONSECAMORAESXICONLAB.pdf. Consultado em [29/05/2015].

OIT - Organização Internacional do Trabalho. (2008). *Jurisdição de Viena para Combater o Tráfico de Pessoas*. Disponível em: http://www.oit.org.br/news/nov/ler_nov.php?id=3192. Consultado em [29/05/2015].

ROPIO, N. (2012). *Jornal De Notícias*. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/nacional/interior.aspx?content_id=2334934 Consultado em [22/10/2015].

UGT. *La prostitución, una cuestión de género*. Disponível em: <http://portal.ugt.org/informes/prostitucion.pdf> Consultado em [25/10/2015].

VOETEN, E. *The Monkey Cage*. Disponível em: <http://themonkeycage.org/2013/06/legalized-prostitution-increases-human-trafficking/> Consultado em [25/10/2015].

LEGISLAÇÃO

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, referente ao Processo n.º 47/07, de 13/04/2009. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/1a5ae52da23ad0908025759a0048502e?OpenDocument>. Consultado em [13/10/2015].

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, referente ao Processo n.º 47/07, de 21/10/2009.
Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/2a7073a569a8290a802576e2003a0443?OpenDocument>. Consultado em [14/10/2015].

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, referente ao Processo n.º 07P1125, de 05/09/2007.
Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/8de77467c21e93b28025737c004acdd6?OpenDocument>. Consultado em [15/10/2015].

ASSEMBLÉE NATIONALE. Disponível em: <http://www.assemblee-nationale.fr/14/ta/ta0533.asp> Consultado em [23/10/2015].

BUNDESMINISTERIUM DER JUSTIZ UND FÜR VERBRAUCHERSCHUTZ.
Disponível em: <http://www.gesetze-im-internet.de/prostg/> Consultado em [22/10/2015]

Código Penal Português. Disponível em: www.tribunalconstitucional.pt Consultado em: [24/05/2015].

NEVADA LEGISLATURE. Disponível em: <http://www.leg.state.nv.us/nrs/nrs-244.html#NRS244Sec335> Consultado em [25/10/2015].

OVERHEID.NL. *De wegwijzer naar informatie en diensten van alle overheden*. Disponível em: <http://wetten.overheid.nl/BWBR0001854/TweedeBoek/TitelXVIII/Artikel273f/geldigheidsdatum> Consultado em [22/10/2015].

PARLAMENTO EUROPEU. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/content/20140221IPR36644/html/Parlamento-Europeu-defende-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-dos-clientes-da-prostitui%C3%A7%C3%A3o> Consultado em [24/10/2014].

PARLIAMENTARY COUNSEL OFFICE. TE TARI TOHUTOHU PÂREMATA. *New Zealand Legislation*. Disponível em: <http://www.legislation.govt.nz/act/public/2003/0028/latest/DLM197815.html> Consultado em [22/10/2015].

ANEXOS

ANEXO I

Draft carta com o convite do Focus Group

Exmo./Exma. Sr./Sra. Dr./Dra. _____

Morada

Código

Postal

Encontra-se a decorrer o Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI, um programa conjunto da FDUC/FEUC/CES (Centro de Estudos Sociais) da Universidade de Coimbra, no âmbito do qual a doutoranda Maria Antónia Barradas está a elaborar um *paper* subordinado ao tema “Não atirem mais pedras à Geni: como responsabilizar o comprador de sexo com a Resolução do Parlamento Europeu 2013/2103?”, sob a orientação da Sr.^a Dr.^a Maria João Guia. Encontra-se ainda a decorrer o Mestrado em Criminologia no Instituto Superior Bissaya Barreto, em Coimbra, no âmbito do qual o mestrando Pedro Cravo se encontra a elaborar dissertação de mestrado subordinada ao tema “Criminalidade sexual: prostituição e lenocínio”, também sob a orientação da Sr.^a Dr.^a Maria João Guia.

Um dos estudos analisará a Resolução do Parlamento Europeu de Fevereiro de 2014 relativa à exploração sexual e à prostituição, e o seu impacto na igualdade de género. A Resolução 2013/2103 (INI) foca-se no objetivo da redução da procura da prostituição ao colocar o ónus sobre o comprador de sexo, em vez de colocar o ónus sobre as prostitutas. Esta resolução não vinculativa estabelece assim que a prostituição - forçada ou voluntária - viola os direitos humanos e insta os Estados-Membros da União Europeia a encontrar estratégias de saída da prostituição e alternativas a nível financeiro para as pessoas que querem parar de se prostituir.

O segundo tema procurará delimitar vantagens e prejuízos da legalização da prostituição em Portugal, tentando-se delimitar e analisar o que separa a escolha consentida em práticas de prostituição e a fronteira do crime, em específico o lenocínio e o tráfico de pessoas.

Neste âmbito, vamos organizar, no próximo **dia 15 de junho de 2015**, pelas **14h30 horas**, nas instalações do **Centro de Estudos Sociais Lisboa** (<http://www.ces.uc.pt/ces-lisboa/>) **sito no Picoas Plaza, Rua Viriato 13- Lj 117/118, 1050 -227, Lisboa**, um painel de discussão sobre esta e outras problemáticas que estamos a estudar.

Trata-se de uma sessão fechada ao público onde participam apenas um número restrito de especialistas e destina-se a discutir o assunto exposto, envolvendo, representantes de organismos públicos, ONG's e órgãos de polícia criminal.

Temos assim a honra de convidar V. Ex^a. ou um elemento da

_ que V. Ex^a indique para representar neste grupo de discussão, solicitando que, no segundo caso, o mesmo lhe seja comunicado.

Na expectativa de uma resposta positiva a este nosso convite tão breve quanto possível, agradecemos o envio da confirmação de presença através de e-mail para o endereço electrónico mariaguia@ces.uc.pt (962371675) ou sebas_cravo@hotmail.com (919412475).

Sem outro assunto de momento, e esperando uma resposta de V. Exa., despeço-me com os meus melhores cumprimentos.

Coimbra, 13 de maio de 2015

A Doutoranda e o Mestrando, (Antónia Martin Barradas e Pedro Cravo)

ANEXO II

Guia Focus Group

Faculdade de Economia/Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Doutoramento em “Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI”

15 de Junho de 2015

GUIÃO – FOCUS GROUP

Guião de entrevista para realização de um *Focus Group*, no âmbito da elaboração do *paper* de doutoramento subordinado ao tema: “Não atirem mais pedras à Geni: como responsabilizar o comprador de sexo com a Resolução do Parlamento Europeu 2013/2103?” e da tese de mestrado “Criminalidade sexual: prostituição e lenocínio”.

Doutoranda: Antónia Martin Barradas

Mestrando: Pedro Cravo

Orientadora: Dr.^a Maria João Guia

Questões:

1. A prostituição: criminalizar ou liberalizar e reconhecer?

- 1.1. A evolução da prostituição em Portugal, ao longo dos tempos, contribuiu para a visão que tem sobre este assunto?
- 1.2. Concorda com criminalizar ou liberalizar a prostituição? Quais as vantagens e prejuízos da legalização/criminalização da prostituição em Portugal?
- 1.3. Sabemos que vários países têm tomado opções diversas no sentido de criminalizar/liberalizar a prostituição? O que se tem aprendido com estas experiências?
- 1.4. Nos Estados Unidos da América há um número crescente de iniciativas para combater a procura da prostituição. Há alguma análise em particular (landscape analysis, Abt. Associates Inc.), que encontrou algumas práticas que reduzem a procura, nas áreas da justiça criminal, das reformas legislativas, da

educação preventiva e da sensibilização pública. Acredita que isto se pode aplicar em Portugal?

- 1.5. Quais os prejuízos a nível geral causados pela prostituição (no que toca à moral, à saúde pública, à segurança social, aos efeitos de contágio de doenças, à economia, aos direitos civis, à integridade da ação policial, etc.)?
- 1.6. Não optando pela legalização, nem pela criminalização da prostituição, que outras estratégias poderíamos adotar para resolver este problema?
- 1.7. As pessoas que compram sexo dinamizam um mercado de vítimas de exploração sexual, fornecidas por traficantes e proxenetas. Acha que acabar com a procura pode eliminar a exploração humana, em particular das pessoas mais vulneráveis da sociedade tais como crianças e mulheres (mas também dos homens)?

2. A prostituição e as questões de género.

- 2.1. Pensa que o envolvimento ativo dos homens no combate à violência de género e à desigualdade pode contribuir para a luta contra problemas relacionados com prostituição?
- 2.2. Não está na hora de rejeitar o clichê “boys will be boys”, e de começar a incluir o conceito de respeito mútuo entre os géneros nas políticas públicas, valorizando assim os homens que de facto têm princípios e que estão a promover um mundo melhor para todos e para todas?
- 2.3. Como é que imagina uma técnica de intervenção inovadora para que os homens se tornem parte da solução no combate à violência contra as mulheres? Que área de pesquisa é preciso explorar?

3. A criminalização da procura de prostituição.

- 3.1. Os homens representam a vasta maioria dos compradores de sexo. Será que não é preciso começar a distinguir entre homens que compram sexo e homens que não compram sexo, porque acham que é uma forma de exploração que causa danos?
- 3.2. Há um mito muito comum que diz que “qualquer homem” (ex. que um comprador de sexo é uma pessoa qualquer do nosso dia-a-dia, um homem anónimo, uma espécie de *bonus pater familias* ou “homem médio”) poderá

comprar sexo. Conhece algum estudo que fundamente esta ideia, ou acha que é mesmo um mito?

- 3.3. Os compradores de sexo partilham certas atitudes, experiências de vida e tendências comportamentais que os distinguem dos homens que não compram sexo (estatisticamente e sociologicamente comprovada). Ao compreender melhor os compradores de sexo, acha que poderemos conseguir criar fórmulas legais e as políticas públicas adequadas para acabar com esta distinção?
- 3.4. Como esta corrente anti-procura é relativamente nova, acredita que há necessidade de avaliações para verificar a eficácia dos programas e políticas, a fim de assegurar que estes esforços (com base empírica), já realizados, são reproduzidos?

4. A prostituição, o lenocínio e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: o consentimento.

- 4.1. Acredita que combater a violência sexual entre jovens adolescentes e universitários pode prevenir casos futuros de violência doméstica, prostituição e tráfico sexual?
- 4.2. A educação preventiva e a alteração de normas culturais é necessária para eliminar a procura de sexo ilegal para fins comerciais?
- 4.3. Há uma distinção simples entre prostituição e tráfico de pessoas? Como é avaliado o consentimento?
- 4.4. A evolução do crime de lenocínio no ordenamento jurídico português dificultou ou facilitou a forma como se gere a prostituição em Portugal?
- 4.5. O apoio às vítimas de exploração sexual e a punição dos traficantes/proxenas continua a ser uma necessidade urgente. Há um número crescente de legisladores, académicos e ativistas que reconhecem o fornecimento de uma oferta sem fim de vítimas não vai acabar enquanto não se combater o motor do tráfico sexual: a procura ilegal de sexo comercial. Tem alguma ideia de como combater esta prática?

ANEXO III

Transcrição integral do Focus Group

Participantes:

(Moderadora)

(O Ninho (1))

(UMAR Universidade Feminista)

(Polícia Judiciária)

(Novos Rostos...Novos Desafios (1))

(O Ninho (2))

(Projecto Criar)

(Novos Rostos...Novos Desafios (2))

(Doutoranda)

(Mestrando)

III.1 Primeira parte Focus Group

Moderadora – Sugeria que começássemos a refletir e não é necessário, obviamente, não vou estar a dirigir perguntas a ninguém, alguma ou outra, numa ou noutra altura poderei interpelar, mas, o que pretendia mesmo era que conversássemos sobre o tema, cada um irá dizer obviamente aquilo que achar, que entender e aquilo que será a sua opinião. Mas começando com este grande bloco de questões sobre a grande questão que está por trás de todas estas outras subquestões, que depois se subdividem, será o debate sobre criminalizar ou liberalizar e reconhecer a prostituição, ou seja, haverá pontos certamente positivos numa e noutra ou negativos numa e noutra ou ambas em ambas e portanto perguntava, terá havido ou tem havido ultimamente debate sobre esta questão, avançar para a criminalização ou liberalização da prostituição, e se sim, em que sentido se tem vindo a debater este tema e o que quer que se pense sobre esse tema?

O Ninho (1) – À questão se terá havido debate, se tem havido debate, a ideia pelo menos que eu tenho e a informação que eu tenho, é que tem havido bastante debate e uma consequência disso é precisamente esta resolução que estamos a discutir aqui hoje, portanto a nível do Parlamento Europeu, a nível de vários movimentos, a nível de várias campanhas feitas através de entidades que algumas não estão aqui presentes, mas tem havido bastante debate penso eu, ultimamente tem havido um grande avanço nomeadamente nalguns países da Europa que tem começado a aderir, nomeadamente à questão da criminalização que estava a falar.

Moderadora – E o que é que acha sobre a criminalização da prostituição?

O Ninho (1) – O que é que eu acho sobre a criminalização da prostituição, eu acho que é assim, o que eu acho é um bocado baseado nas evidências, agora transportar para Portugal essa realidade, eu acho que temos um país com demasiados estereótipos, somos um país, infelizmente, com estereótipos muito fortes que eu acho que podem interferir e dificultar muito a implementação dessa medida, mas efetivamente, o que se tem demonstrado, por exemplo, nos países nórdicos, como a Suécia e a Noruega, é que, efetivamente, tem tido resultados na redução da prostituição, nomeadamente no tráfico de seres humanos para o fim de exploração sexual.

Moderadora – (UMAR Universidade Feminista), o que é que acha?

UMAR Universidade Feminista – Olá a todas e a todos, eu sou doutorada na Universidade do Minho e a minha investigação centra-se em crimes sexuais e justiça e eu não tenho refletido particularmente acerca das questões da prostituição. Gostava de dizer que é possível, não tenho dúvidas, que dentro dos meios especializados tenha havido debate e algumas contribuições, mas parece-me que é claramente insuficiente, pelo menos em termos de grande público. E porque é que eu falo no grande público? Falo no grande público porque a prostituição, contrariamente a outros temas, é um assunto sobre o qual a maior parte das pessoas fala, ou pelo menos acha que tem uma opinião, ou tem uma opinião ainda que não seja uma opinião muito fundamentada. Aliás, ainda há bem pouco tempo li um artigo no público sobre a divulgação de um estudo que defendia, pelo menos do que eu entendi, a legalização, penso que era do Minho, precisamente, o que significa muitas vezes que este tipo de mensagens chega ao grande público através da comunicação social de uma forma muito simplificada e estratificada em minarismos, que é um bocado o

que está aqui. Quando em falo em minarismos são um bocado aquelas caricaturas de um tipo de vítima, um tipo de cliente e se calhar há mais pelo meio, eu não sei, estou a dizer isto mas sinceramente não sei porque não estudo diretamente, dentro do âmbito do meu trabalho o que eu verifiquei é que os tribunais tendem, quando falamos de situações relacionadas com tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, os tribunais tendem a qualificar o crime como lenocínio, ao passo que, quando temos situações de tráfico para fins de exploração não sexual, os tribunais entendem então sim, já outro tipo de crimes, cuja moldura penal já é mais censuradora, e eu estou a dizer isto porque eu encontrei acórdãos de facto em que as descrições são muito, muito claras e evidentes que há tráfico, que são questões de tráfico, há situações em que se fala em venda de seres humanos, venda de pessoas e aquilo é tratado como lenocínio, e isto leva-me a crer que apesar dos tribunais não terem uma visão uniforme, porque não têm, há uma associação quase imediata da prostituição às questões do comércio do sexo de uma forma menos censuradora em termos penais do que quando não é para fins de exploração sexual, não sei se me fiz entender?

O Ninho (1) – Perfeitamente, isso é uma coisa com a qual eu concordo plenamente, e é verdade que é muito comum, porque é com a qual nós nos tempos deparado muitas vezes na Associação “Ninho” quando lidamos com os casos de tráfico porque é uma coisa que o “Ninho” tem vindo a dizer há muito tempo que o tráfico, muitas vezes fala-se no tráfico, efetivamente, e fala-se no tráfico e normalmente é o tráfico internacional mas existe o tráfico interno e portanto aí muitas das situações até dessas situações de lenocínio tem a ver com isso, tem a ver com às vezes, são situações de tráfico interno só que são interpretadas à luz da lei como lenocínio, quando elas depois na realidade até enquadravam situações de tráfico, mas pronto, e concordo também no aspeto que diz com relação ao público, que se calhar o chegar ao público estas discussões, era extremamente importante que chegassem ao público efetivamente, mas lá está a tal questão do estereótipo, é um assunto que é de tal forma estereotipado e é de tal forma marginalizado que muitas vezes acaba por não ser um tema de tanto interesse para chegar ao público, mas efetivamente há uma questão que referiu aí, que foi, os vários tipos, com relação aos vários tipos de situações, eu posso dizer é que apenas com relação à experiência e ao conhecimento que o “Ninho” adquiriu ao longo destes 47 anos que nós tempos vindo aprendido, aliás “O Ninho,” por exemplo, posso-vos dizer que muito no início da sua intervenção distinguia,

por exemplo, entre a prostituição de elite e a prostituição chamada prostituição marginalizada, que foi uma coisa que depois com o tempo e com o passar dos anos, nós percebemos que era uma distinção errada, portanto que acabámos por adotar e que como nós dissemos, nenhum de nós aprendemos sem a experiência do que temos aprendido com o conhecimento da realidade das mulheres que acompanhamos, que efetivamente no fundo faz tudo parte, a prostituição faz toda ela parte da existência, digamos, de uma organização, é uma organização com contornos muito semelhantes ao de qualquer outro mercado, e portanto, onde inclui uma organização criminosa por trás. O “Ninho” tenta olhar para a prostituição numa perspetiva de problema social e na perspetiva de uma situação que atenta e tal como nesta resolução se vem dizer, já muito antes desta resolução e para a qual também o “Ninho” contribuiu na altura em que nos foi pedido o contributo, digamos assim, para a elaboração de um documento a ser enviado também para o Parlamento Europeu, nós efetivamente, já há muitos anos que consideramos que a prostituição é uma violação da dignidade humana e dos direitos humanos pela experiência que vemos daquilo que acompanhamos nas mulheres, porque é engraçado, elas no primeiro dia, uma coisa que eu muitas vezes digo às pessoas que fazem intervenção a meio prostitucional e que conhecem as mulheres em meio prostitucional e que vão e estão com elas, uma, duas três vezes ou quatro, vamos supor um mês, eu às vezes digo, é um bocado arriscado basear-se no conhecimento, digamos, de uma relação com estes contactos em meio prostitucional, porque no fundo, digamos, que há uma representação social que estas mulheres em meio prostitucional, aliás todos nós temos uma representação social a defender, acho que isto é importante ter em conta, nós não contamos a nossa vida logo de caras à primeira pessoa que conhecemos logo de imediato, é uma coisa que leva tempo, é uma coisa que se constrói ao longo de uma relação, e portanto isto se calhar para vos dar só uma ideia de que, se calhar nós conseguimos perceber a dimensão da violência muito também como consequência depois dos anos às vezes de relação com elas. Se eu vos der o exemplo que se calhar às vezes demoramos 2 anos para conseguir criar uma relação mínima de confiança com elas, para que elas consigam contar efetivamente a realidade de violência que experimentaram, talvez seja para vocês um bocado estranho, mas é a realidade, portanto, e por aquilo que nós conhecemos é que efetivamente, realmente é uma situação de violência, quer física, quer psicológica, quer social e que trás, digamos, consequências, danos, digamos assim, que são irreversíveis muitas vezes. Com relação à questão da legalização ou criminalização ou não da legislação, portanto, isso nós nunca poderíamos

posicionarmo-nos a favor da legalização da prostituição, na medida em que consideramos, tal e qual como este documento, que é uma situação que viola a dignidade humana.

Moderadora – (Polícia Judiciária), aquilo que a (UMAR Universidade Feminista) há pouco mencionou e que a (O Ninho (1)) também referiu, a fronteira entre o lenocínio e o tráfico e aquilo que se vê na investigação de crimes que envolvam prostituição, consentido ou não, é fácil, é difícil de delimitar, quais são as envolvências no que concerne a investigação criminal que trazem problemas nesse sentido?

Polícia Judiciária – Portanto a questão que foi falada presumo que muitas vezes em julgamento preferiu condenar pelo lenocínio do que pelo tráfico, embora às vezes entendamos que estão lá os elementos objetivos, acontece muito a polícia fazer investigação, entender que tem lá todos os elementos objetivos, consegue até que o Ministério Público acompanhe a ideia e tente levar a julgamento, mas depois nós não temos qualquer poder, qualquer influência nesse sentido, acaba por em tribunal entenderem que não estão os elementos objetivos ou por receio, especulando, que depois num recurso venha criar problemas, refere que pelo crime de lenocínio fazer a condenação, o que no lenocínio é mais simples, não há a questão da travessia de fronteiras, é uma questão de verificar que efetivamente as vítimas eram exploradas pelo indivíduo ou pelos indivíduos, que havia de violência ou não, porque há várias formas de violência, física, psicológica, sobre a vítima, sobre familiares, portanto, a questão de preferir por vezes haver mais condenações por lenocínio em vez de tráfico, será de uma forma de ser, digamos, mais fácil de conseguir uma condenação, nem que para isso até ponham os limites mais altos para aproximar mais do tráfico, por isso é que se queixam às vezes “...ah, poucas condenações, Portugal não faz para combater o tráfico de pessoas”, a fazer, a Polícia Judiciária, o SEF, as investigações de exploração sexual laboral, temos dezenas de investigações por ano, agora se as condenações porventura não saem no mesmo número, o que é natural em qualquer crime, nem todas as investigações culminam com uma condenação, nem todos os processos culminam com uma condenação, seja por que motivo for. Além de que a definição atual de tráfico de pessoas é recente em Portugal, é de Setembro de 2007, tem menos de 8 anos, isto são coisas que a lei pode-se mudar, mas as cabeças, a perceção do crime demora algum tempo a chegar. As polícias são os primeiros a lidar com a situação, durante a investigação, e mesmo nós às vezes, assim que surge a nova definição de lei, temos que perceber de que forma, temos que ver se isto é isto, se é

lenocínio, se é tráfico, se é emigração ilegal, as situações de tráfico de pessoas por vezes caem para a emigração ilegal ou confundem-se ou podem começar pela emigração. Em termos de condenações, de resultados, há menos condenações do que o que desejaríamos, torna-se mais fácil em termos da exploração laboral, consegue-se fazer prova, não há outro crime similar, digamos, que permita aos juízes ir para lá, haverá burla relativa a trabalho, mas não dá para ir para aí, no caso de tráfico de pessoas para exploração sexual, há sempre essa saída se necessário.

A questão da criminalização, criminalizar ou liberalizar, há países que adotaram uma postura, uma medida, outros outra, e depois há os países como Portugal, que é “nim”.

Moderadora – Nesse sentido o que é que acha que devia ser feito?

Polícia Judiciária – Enquanto Portugal está no “nim”, e suponho que ainda vá ficar mais uns tempos, da maneira como há debates, mas nada que chegue, que obrigue a população, digamos, a tomar uma posição, ou seja, as pessoas a dizer “não, tem de se fazer isto, tem de se exigir que se faça isto”, não há vontade política de mexer nisso.

O Ninho (1) – Em Portugal?

Polícia Judiciária – Em Portugal.

O Ninho (1) – Noutros países, era o que estava a falar há bocado, há debates noutros países e tem tido algumas consequências, nomeadamente há pouco tempo, também a França, não sei se vocês tiveram conhecimento, o caso da França tinham em cima da mesa esta proposta e que finalmente foi provada, digamos assim, andaram imenso tempo em banho-maria, mas efetivamente Portugal, acho de facto muito também, sobretudo os representantes políticos parte muito da própria lei, dos próprios estereótipos que estão dentro de tudo, de tudo isso.

Polícia Judiciária – Aqui há uns anos com o aborto, ninguém queria mexer naquilo, demorou-se anos a tomar-se uma posição, e mesmo aí, uma posição que ainda mudou de um lado para o outro. Aqui em termos de prostituição, da legalização ou não, não estou a ver que tão cedo se decida algo. Agora o bom, numa maneira de dizer, é que Portugal entre muitas outras coisas era aprender com os outros, ou seja, se há países que liberalizam, há

países que criminalizam, seja o cliente, seja a própria prostituta, nos EUA o aliciamento de clientes, em muitos Estados leva à detenção da prostituta.

O Ninho (1) – O chamado “procuring”, não é?

Polícia Judiciária – Sim, a oferta do serviço. Portanto será uma questão de...

O Ninho (1) – Em França também tinham...

Polícia Judiciária – Não tinha noção. Será uma questão de ver o que trás de bom e de mau, obviamente, para se ver o que será mais adequado.

Moderadora – E a sua opinião, continua no “nim”?

Polícia Judiciária – A minha opinião, havia dados que eu não conhecia, a minha posição tem sido a legalização, por uma questão de proteção, permitir, digamos, que elas saiam daquela situação de...

Moderadora – Invisibilidade.

Polícia Judiciária – Invisibilidade não é ilegalidade, mas estar no “éter”, não são nem deixam de ser, nem é carne nem é peixe. A prostituta que se queixe na polícia é atendida de seguida, o crime é investigado. Por aí, por a atividade em si ser legal, não ser legal nem ser ilegal, no fundo não deixa de ser uma vítima, de ser atendida e os crimes nesse sentido sejam investigados. Mas do meu ponto de vista, até por uma questão de legalizar a situação laboral de uma mulher que esteja muitos anos nisto, em 30 anos acaba por nunca ter uma legal atividade profissional, não tem os direitos sociais que tem, como qualquer desempregado por exemplo, não tem descontos, não terá outras proteções sociais que de outra forma deveria ter. A Alemanha tem uma legislação nesse sentido, mas pelo que eu li, pelos vistos são muito poucas aquelas que se apresentam efetivamente como prostitutas, são um absoluto mínimo que eu não tinha ideia desses números. Na Holanda, vou lá em trabalho ocasionalmente, passei no...

Moderadora – “Red District Light”.

Polícia Judiciária – No “Red District”, vi lá, é referido que continua a haver tráfico de pessoas para lá, o maior foco será para a Holanda, é o que eu lhe digo, enquanto se supõe que legalizando se reduz o crime, temos que ver uma coisa, seja em que situação for,

os criminosos arranjam sempre forma de mascarar e passar. Se a prostituição for criminalizada, ou seja, a prática da prostituição, a prostituta desaparece, deixa de estar à vista, mas vai continuar a existir prostituição, pode haver menos, mas continua a haver, está mais escondida.

O Ninho (1) – Pois, eu percebo o que quer dizer, ou seja, acho que há um bocado...

Polícia Judiciária – Temos que aprender com os dois lados para ver se se consegue achar a melhor solução.

O Ninho (1) – Sim, mas eu percebo o que quer dizer, porque efetivamente há um submundo, há sempre uma situação clandestina associada a esta prática.

Polícia Judiciária – E sendo criminalizada por exemplo, ela tem de continuar a ser muito mais conhecida, isto é, anúncios de jornais, por exemplo, porque de outras formas, tem de haver formas mais escondidas...

O Ninho (1) – ...criminalizando...

Moderadora – Mas de criminalizar quem, a mulher?

O Ninho (1) – Criminalizando, aqui o que se está a falar é o cliente, neste caso.

Polícia Judiciária – Eu estava a falar deste caso, na mulher. Criminalizando o cliente, ela também tem de arranjar uma forma de conseguir angariar o cliente, mas o cliente depois também ver como é que consegue. Nos países nórdicos, o cliente lá arranja uma maneira ou outra de passar isso.

O Ninho (1) – Eu estava a ver a perspetiva da criminalização do cliente porque, na realidade, esta resolução que fala é da criminalização do cliente, por isso é que achei que tivesse a falar disso, mas, efetivamente, o que realmente os estudos têm demonstrado, quer estudos que a própria Comissão Europeia facilite, que nós podemos encontra-los, têm demonstrado que, efetivamente, a legalização da prostituição tem aumentado o fenómeno da prostituição, porquê? Porque na medida em que, como há bocado referia, como no fundo tem contornos de qualquer outro mercado, digamos assim, de qualquer outro comércio, digamos assim, há uma tendência a, efetivamente, aumentar a procura, portanto, e isto vem de vários estudos também já feitos, que efetivamente há uma tendência da

legalização aumentar a procura e como consequência aumentar o fenómeno da prostituição e por sua vez o fenómeno do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, é aquilo que a Alemanha evidenciou, aquilo que a Holanda tem evidenciado, nomeadamente há pouco tempo, não sei se se aperceberam das notícias, das cerca de 100 montras que foram fechadas, porque, foi descoberto, que afinal o que estava por trás era tráfico, que é uma coisa que para mim, sinceramente, era óbvia, porquê? Porque se formos a ver, a maioria das pessoas são, para começar mulheres e jovens raparigas, normalmente, crianças também portanto. A maioria, digamos, do grosso, estas percentagens também estão identificadas por diversos estudos, são mulheres, afeta mulheres e jovens raparigas, e depois, normalmente são de países, ou de terceiro mundo ou de países de leste. Portanto, o que é que isto para mim evidencia? É que realmente está associado a fatores de vulnerabilidade, que é uma coisa que eu não queria deixar hoje de dizer, porque acho importante eu ter oportunidade de eu dizer isto, porque eu quando comecei a trabalhar no “Ninho”, eu comecei como psicóloga clínica e quando fui proposta para trabalhar como psicóloga, eu não conhecia, da prostituição, não conhecia absolutamente nada, conhecia da área das toxicodependências e eventualmente um ou outro caso, mas que eu acho que não se deve misturar, porque são situações efetivamente diferentes. Uma coisa é a prostituição como consequência do consumo de substâncias, outra coisa é o consumo de substâncias como consequência da prostituição, portanto, que são duas coisas diferentes, e eu percebi, no fundo, com este contacto com as mulheres que, efetivamente, realmente há uma prevalência muito grande, em fatores de vulnerabilidade, portanto, aquilo que nós temos precedido, das várias mulheres que temos acompanhado, quer das de tráfico, quer das de prostituição, normalmente há sempre questões, fatores de vulnerabilidade sociais, normalmente vêm sempre de meios de pobreza, vocês também têm isto patente nas várias investigações que a própria Comissão Europeia tem, portanto os fatores de pobreza estavam lá, a pobreza, o nível de escolaridade baixo, em termos psicológicos antecedentes familiares, e isto é uma coisa que é uma realidade de facto, que sobressai, que isto são experiências de maus tratos, mas dos diversos tipos de maus tratos, os maus tratos desde o físico, desde o abuso sexual, eles dizem aqui a prevalência do abuso sexual, falam de violação, incesto, etc. e tal de 80 e tal a 90%, nós, a realidade que nós conhecemos é que à volta de 90% sofreram de abusos sexuais e a violação é muito prevalente. Depois, situações dos mais variados tipos de maus tratos, como nomeadamente a negligência, como nomeadamente o abandono ou rejeição, isto de facto fez-me parar a pensar, isto fez-me a

mim parar a pensar, então mas do que é que estamos aqui a falar, porque quando se fala por exemplo da escolha, da dita “escolha” também vem aqui nesta resolução, quando se fala da dita escolha, eu costumo dizer que, falar de escolha, é muito bom para quem teve uma série, se calhar, teve acesso a uma série, digamos, de facilidades a nível social, como nomeadamente, por exemplo, o conhecimento, os estudos. Se nós pensarmos, por exemplo, que a nível de estudos também nos aumenta a nossa capacidade, a nossa liberdade, digamos assim, portanto, eu logo à partida, o que eu via era que estas mulheres estavam logo à partida condicionadas, ou seja, com pernas, braços e mãos cortados, porque às vezes há uma metáfora que eu faço com relação a nível mesmo da prática clínica que é, que às vezes as questões, os problemas de saúde mental, podem ser equivalentes digamos, a metáfora física que eu posso mostrar às vezes, podem ser equivalentes a amputações disto ou daquilo ou do outro, portanto é assim, estas mulheres efetivamente vêm, a maior parte delas, com fatores de vulnerabilidade e portanto é assim, eu para mim aceitar a prostituição como um trabalho, seria um bocado nós pensarmos que esta realidade vai sempre existir, e portanto, como vai sempre existir, iríamos de alguma forma ser cúmplices, e legalizar também implicaria uma série de consequências, portanto, a situação da Alemanha não é por acaso que aconteceu o que aconteceu, foram pouquíssimas as que se inscreveram nos centros de emprego porque isto depois tem uma série de consequências, nomeadamente o ter que fazer a declaração, o ter que passar o recibo, uma série de constrangimentos que depois a realidade é que as mulheres não estão dispostas, porque a grande maioria delas diz, eu estou aqui a prostituir-me e quando nós vamos à intervenção em meio prostitucional a grande maioria diz, “eu estou aqui a prostituir-me mas isto é só durante um tempo, a minha intenção é estar aqui durante um tempo e depois poder sair”, porquê? Porque é uma coisa que realmente...quer dizer, eu acho que não é uma coisa que as pessoas normalmente sonham para a vida delas, a prostituição, e portanto, eu penso que tudo isso, que é a questão dos direitos, etc. e tal, mas eu acho que há outros direitos que se sobrepõem, eu e o “Ninho” acha, sempre achou, durante anos, que há outros direitos que se sobrepõem, como os direitos da dignidade humana, do valor da pessoa humana, que se sobrepõem a todos estes direitos que estamos a falar que depois me parece que se dispersam. O que eu acho é que, devia de haver outras medidas para, efetivamente, evitar ou combater, digamos assim, a situação da prostituição que não a regulamentação porque a regulamentação, já está mais do que demonstrado que o que faz é aumentar, e já houve experiências de regulamentação, como o regulamentarismo em Portugal, na altura, não sei

se têm ideia, do enquadramento legal regulamentarista, antes da criminalização, e que, cujo resultado foi um desastre porque, elas passavam a ter...umas tinham que ter uns livretes, digamos assim, tinham que ser sujeitas a inspeções periódicas constantes e com isso o resultado foi aumentar o estigma, não podiam sair da sua zona de residência durante mais do que 3 dias, devido à obrigatoriedade de fazer as inspeções médicas, portanto, eram chamadas as toleradas e não podiam frequentar os mesmos sítios, quer dizer, há sempre, eu acho que acaba por aumentar o estigma, porque elas acabam por ser aumentadas como tal. O que eu acho é que, às vezes tem havido situações em que eu, nalguns debates já me têm dito que, a questão da ilusão de que a prostituição pode desaparecer, e não é isso que está aqui em questão. Também, por exemplo a escravatura ninguém pensou que fosse desaparecer de vez, mas não é isso que está aqui em questão. O que está aqui em questão é que, eu acho que a ilusão é outra, que é a ilusão de pensar, eu para mim é uma ilusão, sinceramente, isto é a minha opinião, porque eu respeito que as pessoas tenham as opiniões, mas pensar que a legalização vai, de alguma forma, combater ou que vai ajudar as mulheres a reduzir os problemas, porque há bocado estava a falar dos problemas de não poderem ter acesso a determinadas coisas, sim, mas o legalizar também perpetua situações como, nomeadamente, nós sabemos que a prostituição está muito associada, digamos, aos mais variados problemas de saúde, digamos assim, portanto, no fundo a pessoa acaba por estar exposta, porque independentemente de ser legalizada ou não, a ideia de que o facto de ser legalizado vá fazer com que o cliente, por exemplo, seja obrigado a usar o preservativo, eu acho que isto é uma falácia, porque no fundo, até para conseguirem corresponder, acho eu, à lógica do mercado, se o cliente exige e diz que quer sem preservativo, a realidade é que vai-se expor à situação e portanto, eu penso que, sinceramente, e aquilo que disse acho que há bocado é uma grande realidade, a questão do submundo, foi um bocado aquilo que aconteceu com a escravatura, a escravatura foi terminantemente proibida e, efetivamente, o que aconteceu foi, resolveu-se os 90%, à volta duns 90% do problema de escravatura foi resolvido e uns 10% passou para o submundo, mas acho que isso poderá ser sempre um dos custos, digamos assim, de se intervir neste tipo de situação, é haver sempre uma situação que acaba por ser levada para o submundo, mas, 90%, se calhar, acaba por ser, efetivamente...

Moderadora – (Novos Rostos...Novos Desafios (1)), concorda, liberalizar ou criminalizar?

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Não, concordo com muito do que foi dito, sem dúvida, trabalho há 10 anos na rua com mulheres que trabalham no sexo e, portanto, sei que não é um tema que vocês não gostam e encaminho imensa gente para o “Ninho”, e, realmente em 10 anos nunca ouvi uma pessoa dizer que gosta de fazer aquilo, é um facto, quer dizer, da minha experiência de rua, eu só conheço mulheres que estão na rua, mulheres e homens, atenção porque quando se fala em trabalho sexual e prostituição, há homens também e nunca se fala nisto, raramente, portanto, também há homens, jovens, mais velhos, população transgénica que não consegue trabalho de outra maneira, portanto, a maior parte das pessoas que nós conhecemos, fazem esta vida para subsistir...

O Ninho (1) – Sobrevivência, por uma questão de sobrevivência...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – ...sobretudo hoje em dia. O problema da criminalização, e nós temos falado com os utentes na rua sobre isto, é que tudo o que é punido, tudo o que tem a ver com punições, com criminalização, fomenta a clandestinidade, e isso não é bom, pelo contrário, porque cria maior vulnerabilidade para as pessoas que fazem isso da vida.

Moderadora – Então diria, entre ter que escolher...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Entre ter que escolher, e nós temos falado sobre isto com os utentes e quando se fala em debates, choca-me, que não se fale com as pessoas de quem nós estamos a falar. Com os clientes é complicado, já sabemos, é sempre complicado chegar aos clientes, é óbvio. Eu costumo falar disto com as pessoas que vão para a nossa instituição, houve um anúncio que eu vi, porque a única maneira de chegar aos clientes é com os “mass media”, que era um “cartoon”, porque nem sequer podiam aparecer pessoas, e nem sequer falavam, era com balões e com bonequinhos, para falar sobre o uso do preservativo com os clientes, e durou um mês, se tanto, portanto, não se pode pegar nisto porque levanta muito assunto, portanto, nós temos falado com as mulheres e o que elas dizem é, “nós realmente não gostamos de fazer isto, queríamos arranjar trabalho não há, mas já que temos de fazer isto, por favor, que não se lembrem de trazer mais problemas”, tanto com os clientes como com elas, porque o que acontece é que o resto das condicionantes sociais que levam as mulheres a fazer isto, continuam, e isso é que tem de ser alterado, tem de se arranjar soluções, tem de se arranjar alternativas às pessoas para poderem, efetivamente, escolher, mas enquanto isso não há, o que acontece é

que elas vão ter de ir para sítios cada vez mais escondidos e estar mais vulneráveis a, lá está, exploração por parte de proxenetas ou a abusos por parte dos clientes, além do abuso que, enfim, que nós já conhecemos, porque devido a fazerem esta vida, todas dizem que é muito difícil, portanto, eu, por mim, era ótimo que não houvesse, eu quando comecei isto há 10 anos pensava que havia escolha, portanto, há de haver pessoas que preferem fazer isto a fazer outras coisas, ou até gostam, sei lá. Hoje em dia, ao fim de 10 anos, eu não conheço uma pessoa que me tenha dito, que gosta de fazer isto, na rua, nós só trabalhamos em rua, e realmente demora muito tempo a conseguirmos uma relação de confiança com as pessoas para nos contarem a sua história de vida, abusos são frequentes, falta de preparação profissional, ou os estudos também, portanto, também não vêm, não têm experiência profissional nem têm a preparação académica, ou outra, para poder fazer outro trabalho. Muitas vezes têm filhos, quando nós perguntamos, “já pediu ajuda ao Estado?”, “ai não, porque se eu digo a uma assistente social que estou a fazer esta vida, ela tira-me o miúdo”, quer dizer, portanto, elas estão muito, muito vulneráveis...

O Ninho (1) – ...e condicionadas, ou seja no fundo, só aqui, se calhar um resumo a fazer, não é uma questão de escolha, é uma questão às vezes de não escolha, portanto, não é tanto o escolher, é a não escolha, às vezes, não verem muita alternativa, aí é que deve haver intervenção, mas, efetivamente, começa muito também, pelas desigualdades, que era aquilo que estava a dizer, porque há, efetivamente, desigualdades, em termos do mercado de trabalho, muito mais difícil, por exemplo, para uma mulher, é uma das causas e é uma das consequências depois a seguir.

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Mas a nossa questão, e nós temos esta ideia com base, na experiência que nós temos de rua com o que ouvimos das mulheres, é que já que as coisas estão neste estado, legalizar, no “nim”, e sobretudo não havendo alternativas...

O Ninho (2) – O que é que se entende por esse “nim”?

Moderadora – É a zona cinzenta que existe, neste momento, relativamente à prostituição.

O Ninho (2) – Mas qual zona cinzenta? O regime em Portugal é o regime abolicionista, não há nenhum vazio legal, não há nenhuma zona cinzenta, por isso é que eu

não percebo, parece que é só criminalizar ou legalizar. Portanto eu não entendo, é que parece que há aqui duas questões, e há pouco estava a ouvir o Sr. Inspetor da Polícia Judiciária, que “as mulheres ao fim de 30 anos não têm...”, hoje em dia, temos muito jovens que se quiserem trabalho é a recibos verdes, os grandes industriais do sexo, como eles se intitulam no Norte, se quisessem, podiam por as mulheres a trabalhar a recibos verdes, mesmo as mulheres que prostituem, mesmo as mulheres que alternam, infelizmente não seria muito diferente de tantos jovens que nós temos que têm de trabalhar a recibos verdes, portanto, teriam os direitos que teriam tantos jovens, hoje em dia, como todos nós sabemos. Em relação à saúde têm os mesmos direitos que qualquer um de nós, e antes pelo contrário, elas até são isentas das taxas moderadoras porque não têm nenhum rendimento. Portanto, também é uma falácia dizer que, a legalização vinha alterar alguma coisa em relação à saúde, não vinha alterar nada, antes pelo contrário, e a (O Ninho (1)) também já disse isso, na altura em que houve regulamentarismo em Portugal, a Sífilis aumentou exponencialmente, porque só as mulheres é que eram sujeitas a rastreios, os clientes não, e portanto, no Bairro Alto, que na altura era um grande foco de prostituição em casas fechadas, as casas com as tabuinhas, onde as mulheres estavam atrás daquelas janelas com tabuinhas, a sífilis aumentou exponencialmente, portanto, é outra falácia e o próprio responsável pela comissão, em relação ao estudo do HIV, disse mesmo que, “queiram legalizar a prostituição por todos os motivos, agora pela saúde, não vamos por aí”, porque toda a gente sabe que o vírus do HIV tem um período de incubação, a mulher faz uma análise agora, pensa que está seronegativa, mas já está seropositiva, apesar de na análise aparecer negativo, portanto, vai transmitir na mesma, portanto, não se resolvia nada, é uma das questões que...

O Ninho (1) – E há uma questão importante, só dizer isso e referir, porque é assim, a documentação eu penso que foi pequena nesta própria resolução, parece num dos pontos eu refere, efetivamente, que anda a haver algum estudo da Comissão Europeia, com relação a isto que a Dra. se refere, efetivamente, há o aspeto, que diz que em termos da saúde e em termos das doenças, a legalização ou não, não vai fazer, efetivamente, diferença nenhuma, portanto, é um estudo também que tem demonstrado isso, portanto, e era aquilo que estava a dizer há bocado, não tem demonstrado grandes diferenças ou grande alteração em termos de aumento ou redução de problemas de saúde e isto é semelhante até, com relação, por exemplo, aos crimes e ao mau trato físico e etc. e tal, por

exemplo, na Nova Zelândia, também têm a legalização, e uma das coisas que foi demonstrada, efetivamente, pelos vários estudos, que realmente falam de uma série de coisas, que identificam como vantagem, mas depois, no fim disto, que, efetivamente, em termos de comportamentos agressivos por parte do cliente, não houve diferença nenhuma, portanto, não aumentou, não reduziu, portanto, manteve-se exatamente igual, portanto, há aqui uma série de coisas que eu acho que não, a ilusão também que eu acho que aqui que pode existir, é, realmente, a ilusão do pensar que a legalização vai trazer mais à luz, digamos assim, a realidade da prostituição e ao trazer mais à luz podia-se incidir mais, sobre os problemas associados à prostituição, mas não é isso que têm demonstrado as diversas situações de legalização, até muito pelo contrário, a Alemanha é um exemplo claro disso, a Holanda é outro exemplo claro disso, aliás estas 100 montras foram fechadas, foram um exemplo claro disso, quer dizer, já tinham legalização à não sei quanto tempo e, no entanto, não se trazia à luz a situação do tráfico...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Posso interromper?

Moderadora – Podem falar sempre que quiserem.

O Ninho (2) – Mas eu estava aqui a perceber isso do “nim”, por isso é que, peço desculpa, interrompi, porque queria perceber o que era isso do “nim”, porque, pelos vistos, trabalha no terreno, nós, o “Ninho”, trabalha no terreno há uma série de anos também, conhecemos, se calhar, muitas mulheres que conhece, mas conhecemos muitas outras que estão em bares de luxo, que vão a hotéis de luxo, que no fundo estão vestidas e arranjadas e tem toda uma postura que para o cliente, ele fica com a ilusão de que aquela mulher é da sua classe social, mas não é, é apenas uma fachada, no fundo, as mulheres provêm das mesmas classes sociais, só que, têm realmente, de ter uma postura e adequar-se à procura, adequar-se ao cliente que lhes vai pagar muito mais, mas no fundo também essas mulheres dizem, que se tivessem tido oportunidades de escolha faziam outra coisa e se for preciso ganham 500, 600€ numa noite ou em meia hora ou numa hora, e nós tivemos casos desses na instituição em que depois diziam que esse dinheiro não rende, quer dizer, se for preciso a receberem o subsídio de inclusão...

O Ninho (1) – ...mas depois tem de gastar equivalentemente porque tem de ter um nível, digamos, de apresentação, é um ciclo vicioso.

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Por isso é que eu não opino, em relação, à prostituição de interior, porque não conhecemos.

O Ninho (2) – Aquilo que me parece é que, conhecendo a mesma realidade, tal e qual, depois há interpretações diferentes no diagnóstico e naquilo que se podia fazer para...e o tal “nim”, para mim não há “nim” nenhum. É as causas e as consequências da prostituição é que têm de resolver, o sistema abolicionista, em que a mulher não é criminalizada, ainda não estamos em Portugal numa fase em que se possa criminalizar o cliente, é o que eu acho pessoalmente, o “Ninho” não tem uma posição tomada em relação a isso, eu acho pessoalmente, porque na Suécia foram muitos anos, foram gerações a fazer um trabalho de mudança de mentalidades para que quando se fez um referendo sobre isto, a população dizer que “sim senhora”, quem recorre à prostituição é uma pessoa com problemas a nível de relacionamento, a nível de vivência da sua sexualidade, portanto devemos fazer um trabalho pedagógico no sentido do cliente ser ajudado a não ter que recorrer à prostituição e conseguir manter um relacionamento saudável com uma mulher que não tenha de ser pago, portanto, em Portugal, ainda não estamos nisso, nessa fase, o “Ninho” tem tentado fazer ao longo dos anos.

Moderadora – E que fase é que estamos?

O Ninho (1) – Há uma coisa muito importante, já agora, com relação à Suécia, é que este trabalho todo que foi feito na mudança de mentalidades, também, porque eu tenho mais ou menos ideia, de como é que se processou a situação da Suécia, porque falei em primeiro lugar com as pessoas, que de alguma forma, fizeram parte digamos assim da campanha para promover isso, isto houve aqui um movimento muito grande em termos do próprio governo Sueco, havia muitas representantes mulheres, sobretudo mulheres, mas depois até alguns homens, mas que estavam precisamente a favor, digamos, no fundo destas medidas, de alguma forma combater a prostituição, etc. e tal e, portanto, depois acabaram por se posicionar a favor...

Moderadora – ...combater através da educação, então?

O Ninho (1) – ...sim, e da mudança de mentalidades e etc. e tal, mas que depois por fim, eu acho que também tem muito a ver com, que eu acho que aqui, e eu há bocado e eu volto a frisar e eu volto a referir, eu acho que aqui em Portugal um dos grandes problemas,

parte do poder político, parte até da própria lei, as questões da própria lei, que dificultam imenso...só para dar um exemplo, por exemplo, as mulheres vítimas de tráfico, é muito comum as mulheres vítimas de tráfico não quererem colaborar com a polícia. Um dos primeiros fatores e uma das primeiras razões é porque nos países de origem delas, nomeadamente, nos países de Leste, a própria polícia faz parte das organizações criminosas, portanto a própria polícia é corrupta e elas têm um medo tremendo disto. Depois, para além dos outros medos, tem a ver com as respetivas retaliações que podem vir a sofrer, por fazerem parte e por colaborarem, e o (Polícia Judiciária), pode também comprovar isto comigo, é muito difícil elas colaborarem, ou seja, portanto, eu acho que depois também esta questão também do tempo de reflexão, o tempo de reflexão, quer dizer, um tempo que é extremamente curto, para mulheres e para pessoas que passaram por uma situação extremamente traumática, depois, a situação depois do estatuto da vítima, que eu acho sinceramente que as organizações não governamentais deviam de fazer parte da atribuição do estatuto da vítima. O resultado qual é que é? Por exemplo, em termos da lei o que é que acontece? É que para elas conseguirem ter ajuda, no sentido de poderem ter uma autorização de residência, porque a autorização de residência, para uma pessoa vítima de tráfico é uma coisa extremamente importante...

Moderadora – ... está prevista no 109º...

O Ninho (1) – ...é uma coisa extremamente importante para qualquer pessoa, mas para uma vítima de tráfico é mais ainda, porque tira-a de uma situação de maior vulnerabilidade, portanto, enquanto elas não têm autorização de residência, elas continuam mais expostas e em maior risco de poderem voltar a ser agarradas pelas redes criminosas, e portanto, é perigosíssimo e nós temos conseguido que elas fiquem no fundo, porque ficam, digamos, com a retaguarda da instituição, e depois temos tido um trabalho tremendo, que às vezes demora anos, posso dizer que agora a última acho que 2 anos a conseguir uma autorização de residência para uma pessoa.

O Ninho (2) – E quando diz que está previsto no 109º, não ter de testemunhar?

Moderadora – Está, mas há uma resolução ao 367º de 2007, que prevê, que a autorização da residência possa ser concedida sem a mesma querer participar. Mas que eu saiba, pergunta-me assim: “quantas foram emitidas”? Não sei, mas está previsto, e é possível e pode ser apelado, pelo que sei.

O Ninho (2) – Pois, sim, com relatores. Tanto que as nossas mulheres vítimas de tráfico foram pelo artigo 123º, de questões humanitárias, porque eu achava que era melhor o 123º, senão...

O Ninho (1) – Porque a única hipótese é elas colaborarem, mas depois elas não querem, por exemplo, nigerianas que nós temos, são casos até que são muito prevalentes, há muitas nigerianas, ainda para mais têm outra, além das retaliações sobre elas, sobre a família, que é a questão do vodu, e aquilo tem um poder tremendo sobre estas mulheres.

Moderadora – (Projecto Criar)...

O Ninho (2) – Há bocado, desculpe lá, só uma coisa, perguntou em que estado estávamos? Só queria dizer uma coisa, o “Ninho” na altura, já tivemos o regime abolicionista em Portugal, no tempo do Estado Novo, tivemos o regime regulamentarista também, e depois, até 1983, há outra vez o regime proibicionista, a prostituição era proibida, as mulheres eram presas, pronto, chamavam-se medidas de segurança, que iam 3 meses a 3 anos, as mulheres não tinham condições para estar em liberdade, voltavam à prisão. O que é que acontece? O “Ninho” colaborou, na altura, com um relatório a pedido da Presidência do Conselho de Ministros e a partir de 1983, regime abolicionista, o que está no Código Penal é o lenocínio, portanto, para mim, estamos num...

O Ninho (1) – Existe a criminalização, mas da exploração sexual...

O Ninho (2) – ...do lenocínio, do proxenetismo.

Moderadora – Portanto, não vê qualquer ponto a favor da criminalização do cliente, por exemplo?

O Ninho (2) – Como lhe digo, pessoalmente, acho que nós ainda não estamos, em Portugal, preparados. Gostava muito que tivéssemos como na Suécia, em que se tivesse feito...

Moderadora – Então concorda com a criminalização do cliente?

O Ninho (2) – A criminalização, mas mesmo esse termo não gosto, para mim era com um objetivo pedagógico, era no sentido de ajudar, de...

Moderadora – Certo, mas a haver, teria que constar como crime?

O Ninho (1) – No fundo, no fundo, acho que o que a (O Ninho (2)) está a querer dizer é assim, haver sim alguma intervenção na procura da prostituição, sim, mas que era preciso haver circunstâncias e era preciso que o contexto português, também tivesse devidamente, penso eu, devidamente preparado para isso e tivesse predisposto também para isso. Uma coisa que eu por acaso, que há pouco tempo, numa reunião que estive no próprio “lobby europeu”, que eu refiz, quer dizer, eu acho que às vezes pode ser como contraproducente, tomar determinadas medidas em alturas, e nós sabemos isso, há coisas que nós fazemos em determinado momento, que se não for o tempo propício pode ter o efeito contrário, e portanto, eu com relação a isso, em Portugal, sinto um bocadinho que...

Moderadora – ...que o estado em que estamos deve-se manter.

O Ninho (1) – É porque o exemplo parte, veja, o exemplo parte sobretudo, e por acaso numa até achei curioso, realmente nesta resolução há aqui uma série de coisas que referem isso, por exemplo a questão, que a própria lei e a alteração da lei, não sei se vocês estão a ver qual é que eu estou a falar, mas há um ponto aqui que diz, que a própria alteração da lei, vai ter também repercussões em termos das próprias mentalidades e dos próprios estereótipos, só que o problema, lá está, eu acho que parte tudo sempre também do poder político, eu acho que sobretudo parte muito do poder político.

Moderadora – (Projecto Criar), concorda?

Projecto Criar – Antes de mais, obrigado pelo vosso convite, estou muito contente porque pela primeira vez poder partilhar aquilo que tenho pensado sobre isto, embora não tenha pensado tanto como vocês, vocês estão no terreno com mulheres, veem esta realidade melhor do que eu, só que de facto, este tema, despertou-se-me no momento em que comecei a dar formação sobre tráfico de seres humanos, e comecei a pensar nessa altura sobre isto, e se bem que há uns anos atrás eu até era bastante liberal e achava que se devia legalizar a prostituição, rapidamente passei para o lado oposto, da barricada, pelos argumentos que vocês já aqui referiram, e posso-vos até tentar explicar como é que o meu pensamento se foi formando, porque ao estudar sobre tráfico, primeiro as questões da igualdade de género estão subjacentes a estas temáticas, quer se queira quer não, tanto na área da violência doméstica, que é onde eu estou mais à vontade, como o tráfico de seres humanos, como a exploração sexual, quer seja através do lenocínio ou outras formas, e portanto eu acho que, estamos sempre perante discriminação de mulheres em relação a

homens, e de crianças também, portanto, o problema de raiz é este, e portanto temos de atacar o problema através de...

Moderadora – Assim entramos no bloco segundo.

Projecto Criar – Eu ainda não tinha visto isto da prostituição e das questões de género...

Moderadora – Só para seguirmos mais ou menos uma linha...

Projecto Criar – Exatamente, portanto, sem dúvida que falar sobre violência de género, desde tenra idade, ter programas de educação sobre cidadania ativa, sobre igualdade de género, sobre violência doméstica, sobre todos estes temas que nos fazem pensar sobre estas questões, é essencial para a mudança de mentalidades e tem mesmo que se começar a fazer. Nós na Associação “Projecto Criar” tentamos promover esse tipo de atividades, através de sessões de sensibilização durante os anos letivos, já vamos no segundo ano letivo na “Carolina Michaelis”, que é um agrupamento escolar do Porto...

Moderadora – Com que idades?

Projecto Criar – Foram desde o 1.º ciclo, 1.º ano, dantes era a 1.ª classe até ao 12.º ano, portanto é transversal, não só aos alunos e alunas, mas também à própria comunidade escolar, professores, professoras, à própria direção, às associações de pais e mães, portanto, toda a comunidade escolar, com vista a alterar a mentalidade. Portanto, quando vamos a falar sobre tráfico, chegamos à conclusão que 80%, senão mais, do tráfico, abrange crianças e mulheres que são exploradas sexualmente, e portanto, a larga maioria do tráfico tem a ver com esta questão. Muitas mulheres que são traficadas, aceitaram prostituir-se, só não sabiam era que, para além de se prostituírem, iam ter também de vender a sua liberdade, e portanto, muitas delas, aceitam prostituir-se, porque não têm alternativa, ou porque têm problemas de várias ordens, há pouco escrevi aqui alguns (nível de escolaridade baixo, antecedentes familiares de maus tratos), coisas que também já tinha lido sobre, e que levam as mulheres a terem de se prostituir, pois a questão do extrato social, da pobreza, enfim, tudo leva a que muitas vezes elas não tenham outra alternativa, portanto, estas mulheres aceitam prostituir-se, de repente veem-se numa situação de extrema vulnerabilidade, quer seja porque estão a ser, porque estão a fomentar a sua prostituição com fins lucrativos para o lenocínio, quer seja porque estão a explorar

sexualmente, porque lhes tiraram os documentos e elas não têm qualquer liberdade de atuação. Em Portugal, desde 2007, salvo erro, foi quando se alterou aqui o Código Penal, o cliente é punido, se usar os serviços da mulher que for traficada, mas ele tem que saber que ela está a ser traficada, portanto, isto é redutor porque, provar que este homem sabe que ela está a ser traficada, é altamente difícil e eu não acredito que nenhum homem em Portugal tenha sido condenado por isto, nem que venha a ser, portanto...

O Ninho (1) – ...é por aí, é o fazer a prova que normalmente, no caso de fazer prova que é complicadíssimo...

Polícia Judiciária – ...do tráfico pode-se fazer, do lenocínio consegue-se fazer prova, mas fazer prova que o cliente sabe que a mulher é vítima de tráfico?

Projecto Criar – Basta ele se remeter ao silêncio.

Polícia Judiciária – Como é que nós conseguimos provar que ele sabia? Só se, porventura, no processo houver uma escuta, por exemplo, e ele for interveniente na escuta e disser que sabe, “olha, essa que tu trouxeste”, e mesmo aí pode pensar que, pronto, ele só ajudou. Formalmente, eles podem ser penalizados, mas, efetivamente, será difícil.

Projecto Criar – Eu não vi com maus olhos a introdução deste n.º 6 no 160º, embora acho que seja redutor e gostaria que fosse menos redutor, porque eu sou a favor da criminalização do uso da prostituição, tal como na Suécia, de fato, se calhar não estamos ainda, num patamar em que seja possível proceder a esta alteração, mas, a meu ver, a prostituição é algo altamente discriminatório em relação às mulheres, também a pornografia o é, portanto, basta ver filmes pornográficos para perceber que, a mulher ali é um mero objeto, porque se olharmos a forma como o sexo é feito na pornografia, chegamos facilmente à conclusão, que a mulher não está a ter prazer nenhum, e, portanto, parece-me que até aí elas são altamente discriminadas, e vai um bocadinho também de encontro a todo este, nem sei dizer o termo, mas, acho que faz tudo parte do mesmo puzzle, são pecinhas do mesmo puzzle, no fundo estamos a falar do mesmo, e, portanto, o uso da prostituição, quando vocês há pouco, estava aqui a ler, da corrente anti-procura, nunca tinha ouvido falar nisto, porque lá está, isto são pensamentos que eu tenho comigo própria, nunca tive a falar sobre isto com ninguém, é a primeira vez e agradeço a oportunidade, porque isto também nos faz bem, e ouvir outras opiniões também, e

agradeço desde já. A corrente anti-procura, acho que se calhar se encaixa de fato naquilo que eu tenho vindo a pensar, porque, se não se procurar, não tem que haver. E depois, a questão há pouco que, falou muito bem, que eu até já tinha posto aqui para falar sobre, inscrever-se na segurança social, ter descontos, ter reforma, hoje em dia as mulheres se quiserem, facilmente vão às finanças e abrem uma atividade de prestação de serviços, que é o que elas fazem, elas prestam serviços, pagam os descontos para a segurança social...

UMAR Universidade Feminista – Sim, mas vão ter de pagar impostos sem receber nada, porque não podem declarar, porque para passares recibo, tens de ter um cliente. O cliente não existe...

Projecto Criar – ...pois, tens de ter um cliente que te dá o NIF e que tens de meter no recibo.

Moderadora – Mas depois aparece na folha do IRS.

O Ninho (2) – O cliente existe...

UMAR Universidade Feminista – Não, não, o cliente não existe. Ele não existe porque...

Moderadora – ...porque ele não dá o NIF...

UMAR Universidade Feminista – ...exato...

Moderadora – ...porque se não, vai aparecer nas contas dele, que usufruiu de uma prestação de serviços para aquela.

O Ninho (2) – Nós estávamos a falar hoje, não com o cliente criminalizado, hoje é possível isso...

Moderadora – ...possível é, mas o cliente não vai querer dar o NIF...

O Ninho (2) – ...às mulheres pode-se fazer tudo, pô-las a fazer um trabalho como outro qualquer, como trabalhadora sexual. O cliente, vamos lá defendê-lo que ele não vai dar o NIF.

Moderadora – Estamos no ponto 2, da questão de género.

Projecto Criar – Mas ela vai receber na mesma o dinheiro...

UMAR Universidade Feminista – ...mas vai ter de pagar impostos, sempre...

Projecto Criar – ...mas vai ter de pagar impostos, sim.

O Ninho (2) – São mulheres tão frágeis, tão vulneráveis, nem conseguem juntar dinheiro para pagar uma renda de casa, quanto mais para pagar os impostos.

O Ninho (1) – O que pode acontecer, que se calhar o que está a querer dizer, e que pode acontecer, a pessoa pode declarar atividade e é, realmente, a tal falácia que eu digo, que acontece e que tem acontecido, por exemplo, também na Alemanha, que a falácia é essa, é que a legalização leva, no fundo, alimenta e aumenta a clandestinidade e a corrupção, porquê, porque depois as pessoas têm de declarar coisas do género, e depois o que sugerem, inclusivamente até em debates que eu tenho ouvido, nomeadamente, mulheres prostituídas a falarem em debates, de, quando se fala na questão, por exemplo, nesta questão tão prática, que são as tais questões práticas, o que é que faria, que recibos é que passariam, o que se sugere aí, normalmente, são atividades do tipo, turismo, ou coisas assim do género, sempre alguma atividade alternativa, que no fundo implicava sempre uma atividade ilícita, portanto, implicava sempre uma situação, que nunca era uma situação regulamentar, para quê? Regulamentar para quê? Para depois, na prática não, porquê? Porque os clientes depois não...e isso é uma realidade que, no próprio meio prostitucional, referem, quer dizer, que o passar os recibos, de facto, iria espantar mais ainda os clientes e a mim, também realmente o que me preocupa muito nesta situação, acima de tudo é que, que eu acho que há de facto valores que se sobrepõem, há valores e há direitos, vá lá, que se sobrepõem, como a questão da dignidade humana, que eu acho que se sobrepõe a tudo o resto, e que se devia de encontrar, sim, outro tipo de alternativas, que não passassem por continuar a normalizar a prostituição, esta atitude normalizadora, como se a prostituição fosse uma coisa normal, mas que toda a gente também é unânime em que, pode ser uma profissão, mas seria sempre uma profissão para alguém que não fossem os nossos familiares. Portanto, se não serve para os nossos familiares, porque é que há-de servir para os outros, se não serve para nós, familiares e para as pessoas que nos são próximas, porque é que tem de servir para os outros? Eu acho que isto aqui mostra logo a questão da desigualdade, e a questão que eu acho que essa é que é, realmente...

UMAR Universidade Feminista – (O Ninho (1)) desculpe, e desculpe em particular à (Novos Rostos...Novos Desafios (1)), porque ainda não conseguiu terminar.

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Eu estou a tentar falar há algum tempo, e estou a começar a ficar realmente ofendida, dei-vos tempo...

Projecto Criar – ...porquê? Eu também ainda não acabei...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – ... eu tentei não falar, para terem tempo de antena porque acho que é importante, agradeço a oportunidade e tenho pena que a esmagadora maioria das pessoas que estão aqui defendam, esta postura, e não tenhamos o outro lado, porque compreendo perfeitamente a vossa postura, mas temos várias instituições que até têm um grupo de trabalho em Lisboa para esta questão da prostituição e não estão aqui, portanto, a maior voz que se vai ouvir neste debate é a favor da criminalização.

O Ninho (2) – Da criminalização de quem?

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Dos clientes, não foi o que disseram?

O Ninho (1) – Nós não dissemos...

O Ninho (2) – ...o “Ninho” não tem posição em relação à criminalização dos clientes...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – ...ok, pensei que tinham...

O Ninho (2) – ...nós fomos a favor do abolicionismo.

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Eu estava a tentar falar e fui interrompida, portanto, eu não costumo fazer isso às outras pessoas, portanto, também não gosto que me façam a mim. O que eu estava a tentar colocar aqui na mesa, é que, a legalização realmente é complicada, e eu concordo com a maior parte do que foi dito aqui, que é preciso arranjar alternativas, essa questão da escolha, eu, pronto, mas isto é uma postura até filosófica, que há aqui escolha, mas é uma escolha muito limitada, portanto, quer dizer, é quase uma não escolha. Mas, temos de arranjar sim, alternativas, acompanhamento social integrado, psicológico para estas mulheres, fazer educação nas escolas, acho excelente ideia, só que tudo isto demora muito tempo, e nós estamos com pessoas que neste momento estão a

prostituir-se, que não têm alternativa, primeiro que as criem vai demorar, e quando nós falamos em legalização, nem estava a falar dos recibos e na segurança social, porque quem quer, e nós conhecemos pessoas que descontam como se fossem empregadas de limpeza, mas pronto, vão ter a sua reforma, também, pronto, também precisam, é tudo uma questão de se organizarem. Mas uma questão que tem sido muito colocada pelas mulheres, é a vulnerabilidade que sentem na rua com os clientes, agressões, violações, roubos, os proxenetas que parecem “praga”, de à uns anos para cá, e, uma questão que colocaram, era, haver um espaço, que acho que até foi apresentado em Lisboa, mas depois não avançou, que seria, o equivalente na toxicodependência, às salas de consumo assistido, ou seja, é uma medida...

O Ninho (1) – ...o “in mouraria”...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – ...foi o “in mouraria” do GAT, pronto, que é uma dos...

O Ninho (1) – ...que não resultou.

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – A proposta, e nós temos perguntado isto às pessoas que estão na rua, era uma medida de redução de riscos, portanto, nós não somos a favor do trabalho sexual, da prostituição, quer dizer, eu não sou, mas...

UMAR Universidade Feminista – ...oh (Novos Rostos...Novos Desafios (1)) desculpe, explique lá o que é o “in mouraria”, porque eu não sei? Qual é a iniciativa? Em que é que consiste?

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – O GAT é o grupo de ativistas para o VIH, e eles têm um projeto, que se chama “in mouraria”, que é um gabinete, na Mouraria, é um bairro aqui de Lisboa, onde fazem acompanhamento a pessoas com toxicodependência, fazem troca de seringas, portanto, é uma intervenção de redução de riscos, mas contempla outras coisas, apoio social, apoio psicológico, e trabalham também com trabalhadoras do sexo.

Moderadora – Por acaso foram convidados, mas não responderam.

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Tenho imensa pena, que não tenham vindo. Eles não fazem o trabalho de rua como nós, ou como o “Ninho”, creio que têm equipa de rua...

O Ninho (2) – ...sim, mas nós não distribuimos preservativos...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – ...mas é intervenção de rua a equipa de rua não contempla só preservativos, é ir á rua ter com as pessoas, eles não têm isso. Estes não têm rua, estão sempre num gabinete e os utentes é que vão ter com o serviço, pronto, eu pensava...

UMAR Universidade Feminista – Mas a ideia então era, as pessoas que se prostituem poderem ir a esse espaço, é isso?

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Um espaço de pensão, com quartos, onde não tivessem de pagar o quarto, como acontece. O que é que acontece? É que como o quarto é pago, e os clientes não querem pagar, as mulheres acabam por se prostituir na rua, no mato ou em carros, portanto, estão ainda mais vulneráveis, ou então, também, tendo este espaço, não estavam à partida, tão sujeitas ao lenocínio, porque os proxenetas também se aproveitam do facto de estarem tão vulneráveis, as utentes têm-nos dito que, gostavam da ideia, mas o que é que o Estado tinha a ganhar com isso? Esta é a resposta que as mulheres nos dão, é, o que é que o Estado ganha, em proporcionar-lhes este espaço, “porque para nós era muito melhor, tínhamos outras condições, mas o Estado tem de ganhar alguma coisa com isto, porque se não, não vai ajudar-nos”. Claro que era importante ter respostas a nível de formação profissional, psicoterapia, educação nas escolas para todos, acho isso importantíssimo, só que neste momento, se se criminalizar, então foi equívoco meu, que eu fiquei com a ideia, que se estava aqui a pôr a tónica...

Moderadora – ...não, a resposta, pelo que presumi, foi que, não estamos em altura ainda de avançar, logo, manter este estado...

O Ninho (2) – ...é que para mim, não está num estado “nim”, foi por aí que começou o tal “nim”, que para mim não há estado “nim” nenhum.

O Ninho (1) – Não, e eu peço desculpa, a intenção não foi interromper, por acaso até foi a colega, foi a colega...

Moderadora – ...eu também não me apercebi, (Novos Rostos...Novos Desafios (1)), já acabou a sua intervenção...

O Ninho (1) – ...é porque isto era um debate...

Moderadora – ...é que eu pedi que pudéssemos ir conversando, peço desculpa, também não me apercebi, que não tinha, a conversa foi divergindo, e portanto, fomos todos conversando...

O Ninho (1) – ...pois, porque foi a própria professora que disse que isto era um debate, para nós tomarmos a liberdade...

Moderadora – ...isso é verdade, para conversarmos, peço desculpa, mas também não me apercebi...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Só uma outra coisa que eu disse assim há pouco, que são os homens e os “trans”, porque se fala sempre na mulher vítima, e aqui, portanto, é um grupo, que não existe, porque não é falado, portanto é pena, pronto, acho que é importante, também, falarmos.

O Ninho (1) – Mas já agora, se me permite então dizer alguma coisa, com relação a isto, que eu acho que é importante, não deixar algumas coisas que a (Novos Rostos...Novos Desafios (1)) referiu, que se calhar começando por esta última, com relação ao que disse relativamente aos “trans”, com relação a esta questão, nós costumamos muitas vezes dizer, nós falamos de mulheres porquê, e se calhar também é um bocado, não é por acaso também que este estudo, e esta resolução aqui, está sobre a mesa, porque efetivamente, esta resolução fala, é precisamente a questão da desigualdade de géneros, ou seja, demonstra, que, efetivamente, isto é uma situação que afeta, significativamente e maioritariamente as mulheres, portanto, os transexuais, os homens que nós também acabamos por lidar, de alguma forma, são uma minoria de menos de 10%, portanto, e depois também vou-lhe dizer uma coisa, os transexuais, para mim, são mulheres, ou seja, o género deles é feminino, portanto, sinceramente, nem os transexuais nesse aspeto, porque eu até trabalhei com transexuais no Hospital Júlio de Matos, e portanto, até acho que isso para eles é uma ofensa considera-los homens, porque eles sentem-se mulheres...

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – ...a questão é que eu acho que...

O Ninho (1) – ...já agora, deixe-me só terminar, peço desculpa, só porque, com relação, a outra questão que falou do exemplo do “in mouraria”, eu sinceramente, a minha opinião, com relação ao “in mouraria”, e que referiu e muito bem, que houve uma tentativa em tempos de utilizar a mesma medida, exatamente, relativamente ao consumo de substâncias, portanto, eles teriam uma sala de chuto, no piso de baixo, e uma zona de prostituição, portanto, na zona de cima do edifício, portanto, na altura, a tentativa da sala de chuto, não correu bem, e foi um autêntico desastre, e teve de ser completamente vedada, porquê? Porque é que não correu bem? Precisamente por aquela questão que eu estava a falar há bocado, que estas tentativas às vezes, de regulamentar ou de legalizar, portanto, acabam por dar, e não sei se vocês terão tido acesso, houve, inclusivamente, uma reportagem que saiu, da qual o “Ninho” também apareceu, que foi num dos nossos jornais, e que referiu, nomeadamente, o exemplo, de uma mulher prostituída, que essa própria mulher dizia, mas...esta é a sua versão, não é? É a sua versão quer dizer, é a sua, no fundo, noção desta realidade, e nós temos outra noção da realidade, como nomeadamente mulheres, que, nomeadamente o “Ninho” também conhecia, que diziam outro lado, como nomeadamente, isto a nós também não nos interessa, porque depois os “clientes” não vêm, porquê? Porque toda a gente sabe que aquilo é uma casa de prostituição “legal”, o espaço, como se fosse um espaço até “legal”, e portanto, acabava por não ter, eles não vêm, portanto, mas eu acho que pior do que isso não é esse aspeto, é o não resultar porquê? Não resultar da mesma forma que não resultou, com relação às dependências e com relação às drogas. Porque é que não resultou com relação às drogas? Porque, efetivamente, isto é uma situação, que é realmente uma utopia, pensar que as pessoas porque vão consumir no espaço, tanto é que há evidências que eu há bocado referi, nomeadamente os estudos da Nova Zelândia, demonstram isso, essa situação da criminalização, ou seja, que os crimes vá lá, a agressão e a violência com relação às mulheres é maior assim e não de outra forma, não é real, tanto é que na Nova Zelândia, foi aquilo que eu referi há bocado, na Nova Zelândia não houve redução, apesar da legalização e apesar de todas as medidas, não houve redução de comportamentos agressivos e de violência contra as mulheres, porque o problema da violência contra as mulheres e o problema da agressão contra as mulheres, não se relaciona, e isso é uma das outras coisa que vem aqui na resolução, se vocês tiveram acesso á resolução e leram, não sei dizer agora onde é que está porque são tantas, que há

estudos que demonstram que, efetivamente, o problema da violência contra as pessoas prostituídas, se quiser assim, porque eles até dizem desta forma na resolução, “as pessoas prostituídas”, ele é inerente à prostituição, ele não é inerente à situação de legalização ou não, é inerente à problemática e à realidade da prostituição em si, é que a prostituição é um problema que trás este tipo de consequências, porque, normalmente, a pessoa já está à partida numa situação de vulnerabilidade por se estar a prostituir, portanto, e é vista, e por isso é que também tem muito a ver com esta questão da violência de género e das desigualdades, porque, inclusivamente, a pessoa ou o cliente tem uma sensação de poder sobre aquela pessoa, como está a comprar e a questão do dinheiro, a questão do poder pagar, dá-lhe o direito de poder exercer determinado tipo de comportamentos e atitudes, e portanto, o “in mouraria” não resultou em termos das dependências, da mesma maneira que não resultou em termos da prostituição, porque, no fundo, era uma utopia, uma falácia, pensar que se poderia reduzir danos ou que se poderia criar ali uma zona protegida, que depois as pessoas, não foi por acaso que acabou por fechar.

UMAR Universidade Feminista – Desculpem, posso só dizer duas coisas, é só mais lançar duas perguntas, desculpem, porque eu estou-vos a ouvir, eu não sou especialista na matéria, note-se, como eu já expliquei eu trabalho em crimes sexuais e justiça, não é prostituição, mas queria-vos perguntar ou gostava de vos ouvir relativamente àqueles vídeos que eu tenho visto, sobretudo vindos agora da Austrália, das mulheres que se opõem à criminalização dos clientes, e que dizem e que garantem, aliás, também já vi vídeos desses em Portugal, penso que foi Correio da Manhã que fez uma série de trabalhos com pessoas que se prostituem, e que as pessoas dizem que se prostituem, e que não se sentem vítimas, e que, não vamos aqui discutir a questão da pessoa se reconhecer como vítima ou não, porque isso seria algo mais complexo, mas que consideram que a criminalização dos clientes será prejudicial para si que fazem aquele trabalho ou aquela atividade, se quiserem chamar assim, de livre vontade, e portanto, que não se reveem na demonização do cliente ou se quiserem na política da anti-procura, isto era uma questão sobre a qual eu gostava de vos ouvir, e outra é, bom, eu estou a ouvir-vos e acho que é unânime aqui, pelo menos entre esta mesa, que a prostituição não é uma coisa boa, e que o mundo ideal seria que ela não existisse, e portanto, há pessoas que podem achar que a longo prazo, poderá haver condições para terminar, mesmo que não seja a 100%. A minha pergunta é, até lá, como é que se protegem as pessoas que se prostituem, e mais, eu também vos gostaria de perguntar

se acham que podemos olhar para as pessoas que se prostituem como um grupo homogéneo, porque eu não sei, eu não sou especialista, mas a mim, das pessoas que eu vou ouvindo, e mesmo em relação à questão dos clientes, por exemplo, há um investigador que não me lembra agora o nome dele, embora ele só investigue clientes de acompanhantes, pelo menos, se bem me lembro, foi essa a categoria ou o nome que ele deu, e ele não demonizava, portanto, os resultados dele não indicavam uma demonização do cliente, ou seja, se calhar também não há só uma categoria de “o cliente”, aquela pessoa com problemas patológicos e que não tem capital de sedução erótica, e portanto tem que aceder a serviços sexuais pagos ou não, não sei, e portanto eram estas duas perguntas que eu convidava, desculpem...

Moderadora – ...nada, ajuda-nos aqui ao debate, mas o (Novos Rostos...Novos Desafios (2)) queria dizer aqui qualquer coisa, e eu aproveito o facto, também para lhe perguntar aqui algo sobre este bloco 2, que tipo de proposta poderia apresentar em termos da intervenção da educação, digamos assim, nesta 2.3, uma técnica de intervenção inovadora, para que os homens também pudessem participar em termos de aquilo que é o combate à violência contra as mulheres, e lembrando a Convenção de Istambul, e o que neste momento também se encontra em debate em termos da Diretiva 2012/29/ue das vítimas de crimes, por exemplo, como é que encara toda esta perspetiva?

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – Eu há pouco ia falar, porque a colega, a (O Ninho (1)), estava a falar sobre os “trans” e sobre as diferentes pessoas que se prostituem, eu acho que, a tónica tem de ser posta nisto, não só nas mulheres, não só nos homens ou nos “trans”, é nas pessoas, eu acho que todas as intervenções que se devem fazer com as pessoas que se prostituem, têm que ser pensadas com elas, que é isso que não acontece hoje em dia, que é nós tomamos posições, fazemos estudos e chegamos a conclusões e muitas das vezes essas conclusões não têm em consideração, aquilo que as mulheres e as pessoas que se prostituem dizem. Em relação ao que a minha colega (Novos Rostos...Novos Desafios (1)) teve a dizer há pouco, sobre aquela casa do “in mouraria”, nós temos de facto perguntado isto a várias mulheres na rua, e o que elas nos têm dito é que, “ok, nós já percebemos que vocês estão interessados em ajudar-nos, mas estão interessados em que nós não estejamos numa posição de tanta vulnerabilidade, mas o que é que vocês ganham com isso?”. Porque elas já têm esta consciência, que é, nós vamos ganhar, mas vocês também vão ganhar, eu acho que a tónica tem de ser retirada de nós,

tem de ser retirada das pessoas que podem ganhar com isto, tem que ser passado para elas, e acho que a grande estratégia que se pode desenvolver aqui, não consigo neste momento dizer uma concreta, mas acho que é colocar a tónica nestas pessoas que se prostituem, tentar pensar como elas pensam, eu adorava que elas me deixassem estar na rua com elas uma noite, e viver aquilo que elas vivem 24 horas, perceber como é de facto estar lá. O que nós podemos pensar, bom é mau, a pessoa está numa situação de vulnerabilidade, isto magoa, isto faz com que ela se sinta diminuída, faz com que ela se sinta estereotipada. Bom, nós podemos interpretar isso daquilo que ela nos diz, mas como é que será nós estarmos lá e vivermos mesmo aquilo que elas vivem, ouvirmos aquilo que elas ouvem, tentarmos perceber como é que é de facto estar no terreno, estar o dia em pé ou descidas...

O Ninho (2) – ...está bem, mas eu também não tenho que me drogar para poder trabalhar com toxicodependentes.

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – Eu não estou a dizer isso...

O Ninho (2) – ...e quando diz que as mulheres nunca pensamos nas mulheres, ou tomamos medidas e fazemos coisas sem elas, eu estou no “Ninho” há 30 anos, há 47 que existe o “Ninho”, todos os serviços que o “Ninho” criou foi com base naquilo que elas nos pediram para criar, por isso não percebo como é que as mulheres não são ouvidas...

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – ...nós temos em conta as mulheres, claro, quando nós intervimos com elas, nós temos que ter em consideração quem é que está à nossa frente, eu estou a dizer é que, as nossas tomadas de postura e aquilo que nós procuramos fazer para melhorar as condições do trabalho destas mulheres ou daquilo que elas fazem para poderem sobreviver, devem, primeiramente, ter em consideração aquilo que elas consideram que é melhor, eu não estou a dizer que nós não temos isto em consideração, eu estou a dizer é que nós muitas vezes nós interpretamos aquilo que elas nos dizem de uma forma, que se calhar elas não estão a dizer aquilo dessa forma.

O Ninho (1) – Mas permite-me então. Com relação a isso, eu muito sinceramente, e tem a ver com, se calhar, com o conhecimento de outra perspetiva, que é talvez a perspetiva mais psicológica, porque realmente, de facto, é uma coisa que já tinha dito, eu acho que posso neste aspeto, o facto de ter acompanhado as mulheres a um nível mais, eventualmente, mais profundo, um nível, digamos, mais do ser humano, que é quando as

acompanho em termos psicológicos, muito sinceramente, o “Ninho”, durante anos, sempre teve uma postura, e isto é público, é conhecido, até porque os meios de comunicação tentam contactar-nos, várias vezes, pedem-nos, às vezes investigadores, ainda há pouco tempo tivemos uma jornalista investigadora do ISCTE, que teve lá, que nos pediu que queria falar com as utentes. Muito sinceramente, eu acho, lá está, o que a (O Ninho (2)) disse, e parece-me, é verdade, ou seja, nós não precisamos de passar pela situação para saber, para conhecer a realidade, um dos objetivos, faz parte da missão do “Ninho”, é, efetivamente, conhecer a realidade através das mulheres e de alguma forma também poder ser, com isso também acho que nós em certo modo, somos nós que estamos aqui a ser porta-vozes, nós, efetivamente, falamos com as mulheres, nós, efetivamente, como há bocado a colega, a (Novos Rostos...Novos Desafios (1)) estava a dizer, nós falamos com elas, tal e qual como se calhar vocês falam, quer dizer, nós falamos com elas, perguntamos o que é que elas pensam, o que é que elas sentem, o que é que elas acham, porque elas não acham, tanto é que estava a dizer há bocado, percebe, temos feedback de pessoas, com relação ao “in mouraria”, que o que disseram foi precisamente isto, foi que, quer dizer, isto, para mim não resultava minimamente porque depois eles não iam lá, espantava os clientes, pronto, isto é só o que nós temos. Portanto, isto só para ver, que nós falamos com elas, mas depois, por outro lado, o “Ninho” normalmente é sempre procurado a ter uma posição e porque acho que é preciso ter muito cuidado com isto, e até, nomeadamente é uma coisa que eu acho que é muito, também muito falada, e mesmo por exemplo, em termos, por exemplo, o próprio “lobby europeu” de mulheres, que tem algumas testemunhas, as testemunhas que têm, são, normalmente, as chamadas, que elas chamam vítimas...como é que eu hei-de dizer, sobreviventes, digamos assim...as sobreviventes que eles chamam, e que têm de facto falado, mas sinceramente, do ponto de vista psicológico, eu acho que estas pessoas, eu nunca na minha vida faria isto, portanto eu nunca traria nem chamaria uma mulher destas a estar presente numa situação destas, não chamaria, pelo menos não por mim, uma coisa é se essa pessoa, é o que eu digo muitas vezes até aos meios de comunicação, uma coisa é quando a pessoa quer para ela própria e falar e etc. e tal, outra coisa é, eu ou o “Ninho”, digamos assim, servir como veículo de levar a pessoa, percebem, até porque para já, para começar, isto antes de falar, para mim o mais importante no meio disto tudo, é que estamos a falar de pessoas que sofreram situações de violência tremenda, e que muitas vezes o sentar-se, percebe, e eu acho que se calhar, ter um bocado isto, isto é uma das coisas que por acaso até refere também aqui numa das

resoluções, porque elas têm, mesmo depois de deixarem de se prostituir, elas continuam a sentir o estigma, e isto é a realidade que eu tenho sentido, elas continuam a sentir o estigma, e sofrem, e têm muita dificuldade, por exemplo, em entrar num café, o etc. e tal, isto não é uma coisa que faz um “clic” assim de um momento para o outro, e portanto, a não ser que fossem pessoas já, lá está, as tais sobreviventes que já fizeram todo um percurso já de muitos anos e que já têm vida, agora pessoas que ainda estão em reabilitação, aquilo que nós chamamos normalmente, pessoas que ainda estão em processo, digamos, de intervenção com elas, muito sinceramente, eu não o faria, não o faria pela própria situação de violência que isso significa, porque elas próprias nos dizem, lá vou eu agora, se calhar, ter outra vez um psiquiatra ou um médico, ter que voltar a falar da minha situação, que é uma coisa extremamente dolorosa, eu para vos dar um exemplo, eu tive de deixar de ser psicóloga das utentes que eu acompanha no “Ninho”, e isto foi uma coisa difícil, porque foi difícil, para já a questão, porque para já são pessoas que passam por situações em que no fundo estas situações de corte para elas são muito complicadas, teve de ser muito bem trabalhado esta transição, mas depois também, por outro lado, que é a tal questão, agora outra pessoa, vou ter que outra vez falar, vou ter que começar outra vez do princípio, porque, quer dizer, isto é um bocado revitimização, percebe, revitimização da própria mulher, e tanto é que entidades como o “lobby”, em articulação com a Comissão Europeia, têm muito cuidado com isso, por uma questão de evitar vitimizar as pessoas, portanto, eu sinceramente, jamais, concordaria, com o trazer.

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Concordo, acho que pode ser violento realmente, mas já que não podemos arranjar aqui, outra, não sei, questionarmo-nos ou fazer grupos só com, nas diferentes instituições, onde as pessoas pudessem dizer, com uma pessoa daquela instituição que elas já conhecem, e terem um grupo de mulheres onde se dizia o que é que elas acham sobre este assunto, não falarem sobre a sua vida, isso é para outro contexto, isso é psicoterapêutico, mas falarem sobre qual é a sua opinião sobre o estado, em que temos isto e o que é que elas acham que seria importante...

Moderadora – E acha que isso é uma lacuna, uma necessidade de momento?

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Eu acho que sim. Mas realmente trazê-las para um espaço destes, eu também acho que pode ser violento, mas se calhar, noutro

contexto mais seguro, até com questionários, não sei, acho que é pena não termos essa informação.

Projecto Criar – Eu quanto a isso, não sei porquê, mas esta conversa, está-me a remeter para um assunto relacionado com a violência doméstica, que eu fazia agora aqui paralelismo, que tem a ver com aquilo que a Associação “Projecto Criar” e a “APMJ” também preconizam, nós achamos que as mulheres vítimas de violência doméstica chegam a um ponto em que já não têm autonomia da vontade, e portanto já estão com uma autoestima tão em baixo, já estão tão massacradas, tão descriminadas, são tão destruturadas a todos os níveis, que chega a um ponto em que perguntar-lhe se quer avançar com a queixa ou não, já é escusado, temos nós de avançar com a mesma, e temos nós que montar a rede de forma a apoiá-la efetivamente e o melhor possível e protegê-la. Portanto, quando falamos em perder tempo a perguntar o que é que elas acham que devia ser feito, eu falo em perda de tempo, porque se de facto elas estão numa situação de perda total da autonomia da vontade, e de autoestima, e tão destruturadas, nós própria estamos aqui sentadas não sabemos o que é que deve de ser feito, quanto mais elas, quer dizer, parece-me, completamente, utópico.

O Ninho (2) – Agora, não quer dizer que não se oiça as mulheres...

Projecto Criar – ...claro, evidente...

O Ninho (2) – ...eu comecei a trabalhar no “Ninho” há muitos anos, e as noites no lar, depois nós estamos ali com as mulheres no quotidiano, o “Ninho” tem um serviço 365 dias por ano, que fazemos as festas de Natal, de Ano Novo com elas, os aniversários, muitas delas nunca tiveram um bolo de anos na vida e têm pela primeira vez ali no “Ninho”, podem parecer coisas insignificantes, nós temos umas oficinas de treino e aprendizagem ao trabalho, com um horário situado num outro local diferente do lar, que é para elas terem noção dos tempos e dos espaços, para fazerem os trajetos, de autocarro, para irem por as crianças primeiro à escola ou à creche, portanto para ser a própria instituição um método de reinserção social, e tudo isto foi sendo criado ao longo dos anos devido aos pedidos que elas nos faziam, primeiro foi o trabalho em meio prostitucional, depois elas diziam, “mas nós, para termos que sair daqui, porque estar na pensão, pagamos ao dia, fica X por mês”, portanto, depois o lar, e depois o facto de estar no “Ninho” o dia todo sem fazer nada, e realmente a inclusão deve-se fazer através do trabalho, e da

autonomia e da mulher poder ser independente e depois criámos as oficinas, em que se segue a lei geral do trabalho, elas cumprem um horário, pagam a sua refeição, pagam o seu quarto, para não sentirem que é caridade, que é uma esmola, não, é direitos de cidadania, é direitos e deveres, eu hoje posso reclamar a sopa porque até paguei a minha refeição, recebem o subsídio de inclusão no final de cada mês na oficina de treino e aprendizagem ao trabalho, com o objetivo, e pequenas coisas, a terminologia, o cuidarmos a terminologia, elas são chamadas de estagiárias porque também recebemos estágios académicos, e portanto, elas estão ali, é um tempo de aprendizagem, e elas sentirem, por exemplo, temos um protocolo com a Câmara, que elas estão inseridas aí com outros trabalhadores da Câmara, a trabalhar nos jardins da cidade de Lisboa, a farda da Câmara, só o facto de usarem a farda, é integrador, o orgulho que elas têm em dizer que são “técnicas de manutenção de jardins”, assim um nome tão pomposo para jardineira.

Moderadora – E têm tido destas senhoras transgénero também?

O Ninho (2) – Não, nós o “Ninho”, nós não tínhamos capacidade para trabalhar com...

O Ninho (1) – ...apoiamos transgéneros sim, apoiamos...

O Ninho (2) – ...mas não na parte da reinserção...

O Ninho (1) – ...mas a nível, porque é assim, se calhar é importante para perceber, há três, se calhar, não sei se isto fazia muito parte, mas para ajudar a perceber, nós temos três respostas físicas, espaços físicos concretos, como a (O Ninho (2)) referiu, a primeira delas é o centro de atendimento, que é onde normalmente as utentes fazem o pedido de ajuda, para onde elas são encaminhadas, venham por onde vierem, podem vir encaminhadas por instituições, como há bocado eu referia, podem vir, enfim, pelas mais variadas, pelos próprios pés, a própria intervenção em meio prostitucional faz-lhes marcações, quer dizer, temos o centro de atendimento, depois temos, o que nós chamamos de oficinas, onde também fica a sede, portanto, onde elas fazem estágio de treino de aprendizagem ao trabalho, e depois temos o lar, portanto, o que é que acontece? O centro de atendimento, o lar, não há possibilidade em termos do lar, por exemplo, para estas duas realidades, portanto, temos nós feito sempre o acompanhamento de mulheres, normalmente são sempre mulheres, até porque pela própria realidade, pela própria realidade da

prostituição, misturar os dois sexos, pode ser uma situação complicada, mas em termos de centro de atendimento nós apoiamos, efetivamente, no que é possível em termos de apoio e acompanhamento psicossocial a nível do centro de atendimento, portanto, se for preciso em termos da saúde, em termos do que quer que seja, nós também temos, efetivamente, pessoas, transgêneros, que damos apoio, agora, se calhar fica é limitado depois, mas por exemplo, posso dizer que ainda há pouco tempo eu consegui, fiz, houve alguém que, foi nos encaminhado uma pessoa transgênero, e portanto, nós não tínhamos, como a nível de lar não temos resposta porque o nosso lar é só para mulheres, até porque tem um espaço limitado, e portanto, acabei por articular com outra instituição que é a, penso que é a “Cristiana Maior”, porque também era uma pessoa que ainda para mais envolvia uma situação de sem abrigo, e portanto a “Cristiana Maior”, foi encaminhada efetivamente para a “Cristiana Maior” para poder dar uma resposta, porque a “Cristiana Maior” tem aquelas respostas dos “housing first” e dos apartamentos, que achei que podia ser mais adequado, a própria resposta em si, para aquela pessoa naquele contexto, mas nós apoiamos efetivamente, só que, lá está, há muitas instituições que apoiam e portanto, com o acompanhamento que fazem, se calhar não têm resposta de lá e têm que procurar por exemplo, tal e qual como nós fizemos aqui, têm que procurar nos recursos da comunidade e trabalhar em rede, portanto, mas nós, efetivamente, apoiamos transgêneros.

UMAR Universidade Feminista – Desculpe, posso só? Desculpe, eu queria dizer duas coisas, uma é que a Universidade Feminista, da qual eu faço parte, penso que, há um ano e meio ou há dois anos, não me recordo bem, organizou um debate sobre prostituição e estavam prostitutas no público, entre o público, e falaram, e pelo menos uma em particular, eu penso que eram três pessoas, não me recordo bem quem é que tinha convidado essas três pessoas, mas tendo em conta que a mesa tinha muita gente a favor da legalização, é provável que tenha sido alguma destas pessoas, e eu ia dizer que uma pessoa em particular teve um discurso bastante assertivo e bastante, e que se afasta muito das imagens que nós temos, das quais eu partilho, devo dizer, da imagem de uma pessoa altamente fragilizada, e isso aconteceu com outra pessoa que falou, uma pessoa que se prostituía e quando falou por exemplo tinha a voz muito a tremer, portanto havia diferenças entre estas três pessoas, mas o que eu queria dizer também é, exprimir as minhas fortes, fortíssimas dúvidas relativamente à neutralização da linguagem, isto é, (Novos Rostos...Novos Desafios (2)) certo? Quando o (Novos Rostos...Novos Desafios (2)) diz que não devemos falar em

mulheres que se prostituem mas sim em pessoas, eu devo dizer que tenho muitas dúvidas, mas mesmo muitas, muitas dúvidas na neutralização, ou melhor, na neutralidade da linguagem, quanto a determinado tipo de situações, porquê? Porque elas podem conduzir e frequentemente conduzem, já vou dar exemplos, à neutralização do género na realidade, e eu vou falar disto, não, quer dizer, não tinha pensado nesta parte da prostituição, vou fazer o paralelo, por exemplo, com o que acontece, com aquilo que eu me apercebi, que eu confesso que foi com uma enorme surpresa que vi o que estava a acontecer, porque não estava ciente, que, a neutralidade de género que tem vindo a ser cultivada por exemplo na lei, na lei dos crimes sexuais e na lei também da própria violência doméstica, conduziu a uma neutralização do género e a um discurso da reciprocidade da violência, e se verificarem, isto é uma coisa que eu tenho observado, posso-vos dizer que por exemplo que o “Expresso”, há cerca de 2 anos fez uma peça sobre a violência doméstica, em que dizia, que inclusivamente citava um senhor, um investigador Estado do Udinese que alegava que os homens eram mais vítimas de violência doméstica do que as mulheres, mais, em determinados discursos inclusivamente institucionais, diz-se que morreram 40 pessoas, das quais 30 mulheres e 10 homens, sendo que, não se explica que, desses 10 homens, 7 se suicidaram a seguir a terem assassinado a mulher, portanto, na minha perspetiva, eu tenho muitas dúvidas, melhor dizendo, eu quero exprimir aqui as minhas dúvidas, se depois, a neutralidade de género não vai esconder um problema que é claramente de género, o que não significa atenção, o que não significa que, uma pessoa transgénero que se prostitua não tenha, não reúna em si, um fator adicional ou vários adicionais de exclusão, face a outra pessoa que não é transgénero que se prostitua e que isso deva ser salientado evidentemente, eu tenho é dúvidas se a neutralidade consegue exprimir essa, esses fatores de exclusão, sem esconder depois, a questão de que claramente, para mim pelo menos é bastante evidente, que no caso da prostituição há aqui uma questão de género muito, muito evidente, e portanto tenho estas dúvidas, não as teria se não me tivesse deparado com estes discursos da reciprocidade face à violência doméstica, por exemplo, e eu que estudo as questões da violação, já as encontro inclusivamente na violação, ou seja, a questão de que, não só os homens são vítimas de violação, mas também que os homens também são vítimas de violação por mulheres, não quer dizer que não sejam, atenção, existem mas é de tal forma desproporcional que não se pode ver da mesma maneira...

O Ninho (1) – ...perde representatividade, certo?

UMAR Universidade Feminista – Não se pode ver da mesma maneira, e portanto exprimo aqui as minhas fortes reservas.

Moderadora – Eu sugeria, sugeria...

O Ninho (1) – Eu se calhar, já agora, só para pôr uma questão, que é assim, que me está aqui um bocadinho, tal e qual como aqui à colega, há uma coisa que me causou aqui, confesso, porque eu gosto das coisas de uma forma muito genuína e é mesmo assim, o que me incomoda e há uma coisa que me incomoda, que é, nós todos que estamos aqui sentados, para falar e discutir todos, penso eu, e aqui se calhar, muito de acordo com as questões de igualdade. Agora, a minha dúvida, percebe, é se realmente, a leitura da igualdade, percebe, as leituras diferentes que se fazem do que é que significa igualdade, porque, sinceramente, eu acho também que se debate estas questões para pensarmos, para pensarmos todos, mas sinceramente, eu acho que, quer dizer, se estamos aqui também a defender a igualdade e isso eu percebi, por exemplo, que a (Novos Rostos...Novos Desafios (1)) também defende a igualdade e está de acordo com relação à igualdade de géneros, neste caso, e a igualdade também de um modo geral, como é que nós podemos pensar, sabemos isto, a igualdade, como é que podemos pensar numa solução séria, de trabalho com uma prostituição, para alguém, quando essa própria situação, logo à partida, implica uma situação de desigualdade, perante o resto da sociedade, porque é sempre uma realidade estigmatizante, é sempre uma realidade de violência, é sempre uma realidade de atentado à dignidade humana, é sempre uma realidade de diminuição do valor da pessoa humana, percebe, como é que podemos falar de igualdade, sem questionar, quer dizer, que isto está em causa. Se isto está em causa, se nós defendemos um trabalho como este, eu acho sinceramente, nós não podemos defender a igualdade, sinceramente, isto, percebe, isto é uma coisa que me, acho que se todos defendemos a igualdade, então temos de perceber que realmente, se defendemos a igualdade, não podemos defender um trabalho, como prostituição.

Projecto Criar – E se a legalização for simplesmente inscrever nas finanças, na segurança social, eventualmente ter algumas fiscalizações, eu não sei até que ponto é que a mulher não pode ainda ficar mais desprotegida, porque nas redes de tráfico, facilmente a conseguem legalizar...

Moderadora – É precisamente aquilo que vem, em reflexão da resolução que foi mencionada.

O Ninho (1) – Na Alemanha a inscrição no centro de emprego, deu no que deu. Houve um caso, inclusivamente, em que teve de pôr o Governo, um processo no Governo por causa da situação, quer dizer, de se ficar exposta aquela obrigatoriedade de se prostituir, quer dizer, portanto dá para ver que em termos práticos, e depois nestes detalhes que parecem tontos, é aquilo que eu dizia, por exemplo, há pouco tempo perante um debate perante uma investigadora da Universidade do Porto, pronto, que ela defendia, se calhar conhece...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Alexandra Oliveira.

O Ninho (1) – ...falei com ela, conhecia e estive nesse debate com ela, quer dizer, mas como é que é possível, quer dizer, estarmos a falar em legalizar a prostituição e ao mesmo tempo, porque no fundo era o que ela me dizia, “eu não sou a favor da legalização, eu sou a favor da regulamentação”. E eu dizia, sim, mas como é que é possível...

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – Ela dizia o contrário, desculpe, ela dizia que era a favor da legalização sem regulamentação.

O Ninho (1) – Sim, da legalização sem regulamentação, exato, peço desculpa, é isso, “sou a favor da legalização”...

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – ...eu estou a dizer-lhe isto porque conheço muito bem a Alexandra Oliveira.

O Ninho (1) – Sim, sim, sim, tem razão, tem razão, eu é que estava...“a favor da legalização e não da regulamentação”. Mas eu dizia-lhe: mas como é que é possível legalizar alguma coisa sem regulamentar alguma coisa, portanto...

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – ...os psicólogos não foram regulamentados durante décadas e não foi por isso que deixaram de ser psicólogos.

O Ninho (1) – Não, não, mas isso não é real, isso não é real, nós somos regulamentados como profissão...

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – ...estou a comparar, eu só estou...

O Ninho (1) – ...tanto é que aparecíamos, repare, regulamentar implica passa por exemplo, portanto em termos da lei, colocar na lei que nós, portanto se nós os psicólogos descontávamos, quer dizer que estava regulamentado que nós tínhamos uma atividade, que é a atividade de psicólogo.

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – Nós tínhamos uma atividade sem um princípio, sem, num conjunto de princípios deontológicos que nos regulassem naquilo que nós estamos a fazer, por isso é que havia psicólogos a fazer coisas que não eram tão psicologia quanto isso.

O Ninho (1) – Sim, mas não, não, mas estamos a falar em termos de deontologia, estamos aqui a separar coisas, estamos a falar de regulamentação das Ordens, mas não é preciso haver uma Ordem, para estar regulamentado, o facto de não haver uma Ordem não quer dizer que a profissão do psicólogo não estivesse regulamentada, e a Dra. Alexandra deu inclusivamente o exemplo que era na altura, era da apresentadora, que era jornalista, que os jornalistas, a profissão de jornalista também não estava regulamentada, e isso não é verdade, está regulamentada, o facto de não ter uma Ordem ou o facto de não ter não quer dizer que não esteja, ou seja, criar uma lei implica sempre algum tipo de regulamentação de alguma coisa, em termos legais, implica sempre...

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – ...eu só estava a dar um exemplo, portanto aquilo que disse.

Moderadora – Sugeria, se calhar fazermos uma pausa, concordam, 5 minutos, uma pausazinha, temos uma máquina de café lá fora, aqui uns sumos, não sei se estão ali uns bolinhos e voltávamos 5, 10 minutos para aqui, para continuarmos a nossa conversa, pode ser?

III.2 Segunda parte Focus Group

Moderadora – Esta nossa experiência com os Focus Groups é que começamos com uma ou duas perguntas iniciais, mas depois não conseguimos parar, o que é uma experiência ótima, uma vez que as questões vão sendo levantadas.

O Ninho (1) – Guardou a pasta?

Moderadora – Sim, obrigada, é mais material para nós podermos...

O Ninho (1) – ...se calhar posso explicar resumidamente, tem um filme, que foi baseado nos testemunhos de algumas das mulheres que me acompanham, com a colaboração da Escola de Mulheres da Isabel Medina e Fernanda Lapa. Foi baseada em testemunhos, mas obviamente com a questão da confidencialidade devidamente filtrada, no fundo são retalhos de várias histórias, que, no fundo, eu acho que ilustram a realidade. Inclusivamente na apresentação de um seminário nosso foi comentado pela Catarina Furtado, que foi apresentar, e que, por palavras dela, eu acho que por acaso ela aí ilustrou bem a realidade do filme, e que lhe chamou "um murro no estômago", portanto, aviso que pode ser um filme que impacta, dado que o objetivo é impactar, mesmo.

Moderadora – (interrompe e agradece o material, salientando que lhes vai dar a devida visibilidade na Universidade de Coimbra e no CES).

O Ninho (2) – Para além disso tem aí um cartãozinho que é o "alternativas", que é o cartão que neste momento o “Ninho” dispõe e que distribui às mulheres em contexto de trabalho no meio prostitucional.

O Ninho (1) – E temos um “flyer” também da instituição.

Moderadora – Muito obrigada, vou fazer chegar os elementos, faço questão...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – ...já agora, nós podemos ter acesso (aos elementos) através do vosso site, por exemplo?

O Ninho (2) – Não, tínhamos tido todo o gosto em ter trazido uma pastinha...não sabíamos...

O Ninho (1) – Pois, nós ainda não temos isso disponível através do site...

Moderadora – Se calhar podem combinar entre vós...

O Ninho (1) – ...e podemos fazer chegar os materiais e o cartão...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – ...fiquei agora curiosa com a questão do cartão, não sei o que é, mas fiquei curiosa...

Moderadora – Ora bem, temos pouco menos de uma hora para levar este nosso debate em diante, por isso, conversando aqui com a (Doutoranda) e com o (Mestrando), visto que fomos tocando todas as questões que tínhamos aqui pensado, mas, se calhar, ia sugerir que nos debruçássemos aqui um pouco à volta da questão n.º 3, não sei, (Doutoranda), se, entretanto, quer colocar em específico alguma das suas questões da sua tese, dos seus “papers”.

Doutoranda – Sim, obrigada, eu gostava de ouvir as impressões que têm sobre os compradores de sexo, ou seja, o conceito do comprador de sexo; se, na vossa visão, a vasta maioria é do sexo masculino ou feminino, ou se não há uma vasta maioria. Um dos mitos que foi abordado também numa conferência em que estive presente na área das Masculinidades, foi que há um mito muito comum que diz que qualquer homem é um comprador de sexo...que um “homem médio” poderá comprar sexo. Foi uma das coisas que foi considerada um mito e queria saber se conhecem algum estudo que fundamente esta ideia, se acham que é mesmo um mito...ou não. O que queria de facto era, se fosse possível, que centrassem um bocadinho as ideias sobre os conceitos em relação aos compradores, e a determinados...enfim, eventualmente abordar a questão de certas atitudes, experiências de vida de alguns compradores de sexo...

O Ninho (1) – ...estereótipos?

Doutoranda – ...sim, estereótipos.

O Ninho (2) – Não vai ser muito fácil porque, pelo menos pelo conhecimento que eu tenho, não há estudos sobre o cliente. Talvez em França, acho que houve uma campanha e um estudo sobre o cliente. Aquilo que nós sabemos sobre o cliente é através da mulher, porque o cliente é o eterno anónimo, se nós virmos bem, às vezes, mesmo na comunicação social, as mulheres têm uma venda nos olhos, às vezes nem isso, enquanto que, com as matrículas dos carros, tenta-se que não se vejam, porque não se sabe de quem aquele carro,

portanto não vá o jornalista ter algum problema com isso depois. Portanto, o que nós sabemos do cliente é o que as mulheres nos transmitem. Que são provenientes de todas as classes sociais. Nos bares de luxo/hotéis de luxo, não há oscilação na procura do cliente, procura a mulher em qualquer altura do mês. Tem dinheiro para tal, enquanto que na rua e nos sítios onde...pode haver oscilações. Por exemplo, no final do mês, quando um trabalhador da construção civil, quando um assalariado ganha o seu salário, procura a mulher no final do mês, ou à sexta-feira à noite, e pode haver aí oscilações na procura, enquanto nos bares de luxo não há oscilações, porque há dinheiro o mês todo, porque quem é de luxo aí é o cliente, não é a mulher que lá está. Portanto, o que nós conhecemos do cliente é, realmente, através do que as mulheres nos transmitem. Portanto, houve uma altura em que eram essencialmente homens casados acima dos 40 anos, agora há alguns fenómenos novos nesta linha...jovens, com álcool, com demasiado álcool, e depois às 6 da manhã, 7 da manhã, no Cais do Sodré e noutros meios, já com bastante álcool, e que, se a mulher faz sexo oral por 10 euros, aí vão os miúdos. Claro que quando eu comecei a trabalhar no Ninho, os valores que me eram transmitidos era a virgindade era um valor a promover e a salvaguardar, o homem é o tio, ou o pai ou irmão mais velho que até o leva à prostituta para ele começar a ter experiência a nível da sexualidade, na medida em que, com a mulher com quem vai casar, ela tinha de estar virgem, e nós o que nos questionamos também é o que é que essa primeira situação de um miúdo ter um primeiro relacionamento com uma mulher que se prostitui, que impacto é que isso não poderá ter tido nesse próprio jovem, que foi levado por alguém para ganhar experiência. Portanto, em relação ao cliente, no Ninho, já tivemos clientes que nos vieram pedir apoio para raparigas, por quem se estavam a apaixonar. Normalmente, estava agora a falar com o (Mestrando), que aquilo da “Pretty Woman” é filme, mesmo. Porque, mesmo que um cliente comece a gostar de uma mulher, com muito raramente, mesmo, ele depois faz vida com ela. Então, se for um cliente de uma classe social com poder económico, nem pensar, o que pode acontecer é pô-la por conta. Tem o seu dinheiro, os seus filhos, a sua família, e depois tem a rapariga que ele tirou da vida, e que tem por conta, e que até paga o apartamento. E portanto, o que nós conhecemos do cliente não é muito mais do que isto.

O Ninho (1) – Eu acho que isto traduz um bocado o que a (O Ninho (2)) está a dizer. De facto, realmente, vê-se alguns estereótipos no cliente. Até o próprio estereótipo da visão da mulher. Eu acho que há uma parte da resolução que fala sobre isto. A questão

da forma como a própria normalização da prostituição incentiva de alguma maneira, esse estereótipo, essa visão da mulher como alguém que pode ser instrumentalizado, pode ser usado, pode ser quantificado, utilizado como objeto, portanto, há realmente, quer dizer, o que a (O Ninho (2)) diz é verdade. O que é curioso, é engraçado, a colocação disto. Isto pode ter várias vertentes não é, ou seja, no fundo, é como eu costumo dizer, o pacote, pode ter diferenças, percebe? Pode ter muitas diferenças em termos de perspetiva. É como uma embalagem qualquer, não é, nós olhamos e pode parecer diferente, mas o que está lá dentro, no fundo, na realidade, é a mesma coisa, não é? Efetivamente, temos clientes que trazem as mulheres ao Ninho, para as ajudar, para pedir ajuda ao Ninho, para as apoiar, e para as integrar, e para elas serem acompanhadas por nós, mas que depois, temos alguns exemplos, de alguns casos, nomeadamente, casos de situações de tráfico, em que inclusivamente, depois de terem estabelecido uma relação com elas, de que eles próprios continuavam a instrumentalizá-las. Portanto, aquilo que a (O Ninho (2)) estava a dizer é verdade. Ou seja, não servem para casar, servem para ter por conta, ou servem para...não é? Portanto, há sempre, de certa maneira, não é? Efetivamente, sim, há uns que querem apoiar, mas a perspetiva daquela mulher, da mulher que se prostitui, é sempre uma perspetiva muito estereotipada, não é, da mulher objeto.

UMAR Universidade Feminista – Desculpe, posso dizer...no seguimento, lembrei-me agora a ouvi-la, a propósito da questão dos compradores, e eu diria que, se calhar, de uma forma mais generalizada, certas mulheres (porque as mulheres não são um grupo homogéneo, as mulheres não são vistas entre as sérias e as não sérias, as que merecem ser maltratadas e as que não merecem, etc., portanto há aqui esta divisão muito clara ao longo dos séculos) e eu diria que, no seguimento daquilo que está a dizer, ou seja, que os compradores, vamos falar assim...nesta amálgama, não é, veem as mulheres como um bem transacionável, não é? Que, de facto, elas estão a transacionar um determinado bem. E eu diria que, de facto, concordo plenamente nesta perspetiva que vou desenvolver: as mulheres, ao longo de muitos séculos foram sempre bens transacionáveis. E isto, na minha perspetiva, não se pode ver separadamente como “agora, a prostituição...” ou “desde, a prostituição...é assim”. Porque, se pensarmos, a virgindade era um bem transacionável. Em Inglaterra vendiam-se mulheres casadas (os maridos podiam vender as mulheres). Portanto, e daí que a questão de género seja tão fundamental, porque, de facto, a violência pode ser muito mais alargada do que a caricatura do “homem bate na mulher”, mas, a

verdade é que, legalmente, os homens podiam bater nas mulheres, em termos legais, durante muito tempo, portanto, isto não pode ser desligado da realidade atual. O que eu quero dizer com isto é que, se calhar, há reconfigurações, numa continuidade da figura das mulheres terem sempre qualquer coisa transacionável, e eu vou desenvolver, e já termino, porque vou falar de uma investigadora que infelizmente não me lembro o nome, que ouvi em 2011, ela é brasileira e estava a trabalhar em Espanha a investigar uma zona onde havia muita prostituição de origem brasileira, de uma zona em concreto do Brasil. E ela entrevistou clientes, e então caracterizou os clientes que ela tinha entrevistado como bastante jovens e com atitudes muito violentas. E, quando eu penso em violência, no sexo, penso em coisas sem consentimento. Para mim, isto é violência. E, quando eu lhe perguntei, se ela tinha perguntado porque é que eles acediam, sendo jovens, portanto, não correspondendo eles ao estereótipo das pessoas que tinham capital de sedução erótico de conquista, não é? Porque é que eles recorriam a serviços sexuais pagos, a resposta dela, que para vocês se calhar já não é novidade, mas para mim, foi uma coisa que me chocou imenso. A resposta que ela ouviu foi “porque é muito mais barato do que ter uma namorada. Eu não tenho que a levar ao cinema, eu não tenho que pagar o jantar...”. E esta ideia de que é sempre preciso pagar por sexo, seja de que forma for, faz com a visão seja de que todas as mulheres vendem sexo. Seja na rua, seja...sejam elas prostitutas ou não. Ou seja, no fundo, somos todas prostitutas, mas umas estão na rua, e é essa a sua atividade principal, outras estarão em casas, outras fá-lo-ão de inúmeras formas, e depois há...mesmo as outras que não se prostituem, vendem sempre...é preciso sempre comprar. A ideia de que há um grupo que precisa de adquirir algo que o outro tem. É como se as mulheres fossem fiéis depositárias da sua sexualidade, que está disponível para quem pode comprar, seja num cenário de conjugalidade, num cenário de pré-conjugalidade, ou num cenário de mercado.

Projecto Criar – Isso é a sociedade patriarcal, que é a sociedade em que nós vivemos. E, portanto, eu acho que, enquanto a prostituição for vista como uma coisa normal, vamos viver numa sociedade patriarcal, vamos ser impedidas de mudar mentalidades, porque, se tudo é normal não é possível alterar nada. Por isso é que de facto não consigo ser a favor da legalização da prostituição. Não encontro aqui um veículo que me conduza à legalização de uma forma digna.

UMAR Universidade Feminista – Eu não acho que a prostituição seja vista de uma

forma normal. Eu acho é que a prostituição...e claro que estou a exprimir uma ideia altamente simplista...mas parece-me a mim que a prostituição é vista genericamente (não por nenhum de nós, obviamente, que está aqui nesta sala e não por muita gente) mas haverá um grupo muito grande que vê a prostituição como um dano colateral. Algo que é impossível mudar...a ideia do “sempre existiu”.

Projecto Criar – É a profissão mais antiga do mundo!

O Ninho (1) – Mas eu percebo o que a Dra. Leonor diz, mas acho que o esteja a tentar dizer talvez vá para além disso...que é que a normalização da prostituição, mais do que normalização, é banalização da prostituição...ou seja, de que “pronto...existe!”. “Normal”, no sentido de que “faz parte”.

UMAR Universidade Feminista – Há a glamorização da prostituição...

O Ninho (1) – E há a demonização também...mas sempre de uma forma que existe, que é uma realidade que vai sempre existir...do não parar para a pensar sobre esta realidade. Eu por acaso disse nesse debate com a Dra. Alexandra (Alexandra Oliveira), uma coisa que eu perguntava no fim era o que preconizariam em relação ao futuro. Grosso modo, em termos gerais, o que se faria em relação à prostituição? Nomeadamente, em relação à exploração infantil e à violência doméstica que se dizia que era normal matar as mulheres e na altura e não se fazia nada, mas não foi por isso que nós deixamos de fazer coisas. Foi uma coisa que eu disse depois no fim...se nós em relação à escravatura tomámos efetivamente medidas que tentavam de alguma forma conter a situação, é possível que em relação a combater a prostituição se possa fazer alguma coisa. Agora, continuo a insistir por esta questão da igualdade. É que eu vejo que, realmente, nestas reuniões onde estamos presentes, que as pessoas são muito unânimes neste aspeto da igualdade, dos direitos da igualdade. Eu vou a “N” sítios, quer seja à Câmara Municipal, aqui ou acolá, e está sempre tudo a defender muito a questão da igualdade. Portanto, eu volto a colocar esta questão, quer dizer, igualdade, também significa a pessoa ter igualdade de direitos em termos da própria dignidade. Por exemplo, o trabalho, todos nós sabemos que é um meio de satisfação importante da vida da pessoa. Portanto, sabendo que a prostituição, por muito que haja mulheres que dizem...e eu digo, muito sinceramente, esta é a minha opinião, até disse isto nesse debate: realmente, eu acho que há um risco muito grande, com relação às mulheres, ao acesso às mulheres, quando se fala uma ou duas vezes

com elas na rua. Há pouco tempo tive um jornalista até ligou para o Ninho, a pedir que se fosse a debate novamente e que se levasse alguém. Ele dizia, por exemplo, que tinha conseguido contactar com uma mulher, através de um site de internet, e que ela lhe dizia que “sim senhora...” (reparem, pensar que se vai a um site de internet, em que a pessoa está lá...) e o exemplo que eu disse foi que ela dizia que supostamente que “sim senhora, que se gostava de se prostituir e que estava muito bem...” só que eu disse-lhe, veja, isso é uma lógica de mercado, é como ir a uma loja de um centro comercial, e ter lá um produto à venda, e a pessoa dizer-lhe “olhe, eu não gosto de...” quer dizer...e outra coisa que eu estava aqui a referir há pouco também com o (Polícia Judiciária) foi relativamente à questão que estava aqui a (Projecto Criar) a referir, relativamente ao aspeto da autoestima, não é...há uma coisa que eu acho que é curiosa, eu própria muitas vezes apercebia-me, de ver-me dentro daquela...porque, às vezes, na cabeça da mulher que se prostituiu, e que deixa de se prostituir, depois de sair, realmente é muito difícil identificar-se como vítima, como identificar o agressor como “o agressor”, identificá-lo como efetivamente “o explorador”, como identificá-lo como proxeneta. Elas não dizem “o meu proxeneta” ou “a minha proxeneta”. Inclusivamente têm colegas que funcionam como proxenetas. Há um exemplo que vos posso dar, na reta de Coima, não é, que partilhavam a estrada, em que a estrada é supostamente a zona ou o lugar dessa pessoa, mas ela deixava-me estar, deixava-me frequentar, até era quase no fundo se me estivesse a ajudar, mas depois ela dava uma parte, portanto havia uma exploração dessa pessoa. No fundo, o que verbalizam, ou é “a amiga”, ou é “o amigo”, ou é...e há uma ideia de proteção, mas isto está explicado cientificamente, e também vem aqui...que eu estive a ler, e já tinha lido em tempos, mas depois tive de reler. Efetivamente relativamente aos problemas ao nível da saúde mental, isto configura uma situação de stress pós-traumático, e de agressão e de identificação com a pessoa, e de Síndrome de Estocolmo.

Moderadora – E aproveitando agora o facto de ter falado no (Polícia Judiciária), procurando também ouvi-lo mais uma vez, aproximando-nos da hora, queria que todos deixassem um cunho, uma reflexão, um ponto de partida ou de chegada daquilo que aqui estivemos a refletir, e partindo daquilo que acaba de dizer, o (Polícia Judiciária) encontra na sua atividade profissional casos destes em que as mulheres encaram os agressores como os amigos, como o colega, como, enquanto testemunhas, não querendo dar o seu contributo em termos daquilo que passaram do relato da verdade dos factos, que depois virá ajudar em

termos do lenocínio e do tráfico de pessoas, é essa a realidade que encontra?

Polícia Judiciária – Muito no caso do lenocínio, muitas vezes elas são a filha do namorado, do marido, do companheiro, portanto, é alguém que elas têm como protetor. Nas questões do tráfico, como pode haver uma questão vinda de outro país, de agressão física, poderá, da parte da vítima, não se sentir tão ligada a ele, mas quando é uma situação de lenocínio, há uma proximidade muito grande. Temos muitos casos em que elas depois dizem que não, que está tudo bem, não há crime nenhum, é o namorado, é o companheiro, ele não explora, e ela está com ele porque quer.

Moderadora – E, nesse caso, o que há a fazer?

Polícia Judiciária – Nalguns casos, nada.

O Ninho (2) – É para quem ela canaliza a sua afetividade.

Polícia Judiciária – Efetivamente, nalguns casos, efetivamente não se passou nada.

Moderadora – O que quer dizer que o processo crime acaba por ser arquivado?

Polícia Judiciária – A não ser que posteriormente, como eu também mencionei, a vítima, já fora da influência dele, abra os olhos, perceba, e verbalize o que se passou.

Moderadora – E a Polícia Judiciária depois faz trabalho em rede?

Polícia Judiciária – Aconteceu já uma vez. Que eu tenha conhecimento e que eu tenha presente agora, recentemente, uma situação em Portugal em que tivemos uma investigação em que não se conseguiu fazer nada porque foi só o local e as vítimas disseram que não havia nada, e acabaram por ir embora. Depois na Bélgica, a polícia belga disse-nos que ela estava lá e que tinha verbalizado e dado conta que tinha sido explorada, pronto, que tinha sido vítima de tráfico. O processo reabriu-se aqui.

Moderadora – Como é que acha que possa existir uma técnica de intervenção inovadora para que os homens se tornem parte da solução no combate à violência contra as mulheres. Não indo só unicamente pela parte criminal, e pela parte da investigação criminal, o que é que acha que poderia ser feito em termos de inovação, para que houvesse aquela igualdade de que aqui falámos, aquela diferenciação a nível da sensibilização, para abandonarmos o patriarcado de que estavam a falar há pouco, o que é que acha que pode

ser feito?

Polícia Judiciária – Tudo isto tem de ser campanhas de educação, isto não se muda de um momento para o outro. A mentalidade não se muda por decreto. Embora alguém possa pensar que sim, mas não se muda. Pelo menos é a minha opinião, não se muda por decreto. Isto muda com o tempo, com a educação, mais nada. Não se pode esperar uma solução imediata só porque alguém escreve que é isto assim.

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – Em relação aos compradores de que falávamos há pouco, queria só deixar que o “Porto G” é um projeto no Porto que em tempos teve uma linha para clientes em que o objetivo era precisamente perceber exatamente quem são esses clientes e falar com eles sobre essas questões em torno que comprem enquanto sexo, o uso de preservativo, manobras de redução de riscos...pode ser interessante, eu não sei quais são os dados que terão sobre isso, mas pode ser interessante, para perceber quem são esses compradores.

Doutoranda – Já agora, só para complementar, esta ideia da corrente anti-procura é algo bastante novo. Queria perguntar-lhe se, em geral, se acham que há necessidade de avaliações para verificar a eficácia de programas, por exemplo, de reeducação de compradores? Ou seja, temos dados em Portugal? Conhecem dados sobre os compradores? Estamos a falar de mulheres e homens vítimas de tráfico e prostituição, mas queria que se focassem na parte do comprador, maioritariamente, segundo os estudos que verifiquei, são homens.

O Ninho (1) – Se existe alguma coisa virada para intervir diretamente em termos de campanhas com relação ao comprador?

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – Nós temo-nos questionado muito sobre isso, porque é difícil chegar aos homens, e é algo que temos visto acontecer cada vez mais...

Projecto Criar – Desculpe, agora deu-me assim um rasgo de luz, mas eu depois tento explicar, desculpe interromper...

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – Nós vemos cada vez mais na rua queixas das mulheres que os homens não usam preservativo. E nós temo-nos questionado muito como podemos chegar até estes homens, porque efetivamente é muito difícil nós chegarmos aos

clientes, e era só para dizer que acho que faz todo o sentido que se desenvolvam campanhas de educação para os compradores de sexo. Porque muito daquilo que as mulheres sofrem é efetivamente advindo das atitudes que os homens tomam sobre elas. Eu acho que sim, que há uma grande necessidade.

Projecto Criar – Posso fazer outra vez o paralelismo entre isto a violência doméstica? Porque acho que, de facto, faz sentido. Nós, na violência doméstica, até no início, a APMJ (Associação Portuguesa de Mulheres Juristas), era contra a suspensão provisória do processo-crime. Nenhuma mulher quer que o seu marido, que também ama, apesar de ser batida, vá preso. Não quer que ele sofra um julgamento, e que seja alvo de medidas de coação graves. E, portanto, há sempre este dilema entre querer avançar com a queixa, querer desistir, é um filme. E, a suspensão provisória do processo, apesar de sermos inicialmente contra porque achávamos que era uma forma encapotada de arquivar processos, acabou por ser uma boa aliada nestes casos de violência doméstica porque quando ela começa a entrar no dilema do quero desistir, nós explicamos: “olhe, mas existe a possibilidade de você aceitar uma suspensão provisória do processo porque o crime de violência doméstica o permite, e, estando preenchido os requisitos, que normalmente estão sempre, e ele aceitando, o arguido e o Ministério Público, nós podemos aqui suspender o processo durante uma fase de 18 meses no máximo, onde lhe é aplicada uma injunção de ter de frequentar um programa para agressores. Ele, durante esses 18 meses, tem o processo suspenso, a marinar, não é, e se não acontecer nada de grave durante esses 18 meses, o processo é arquivado e ele não tem qualquer condenação. Mas pelo menos você fica com algum tempo para perceber se ele vai ou se não vai voltar a reiterar a conduta criminosa”. E isto tem sido bom, porque elas aceitam e eles são colocados nos tais programas para agressores, e há uns casos de sucesso. Temos vindo a notar...

Moderadora – Qual é a percentagem, sabe?

Projecto Criar – Não tenho percentagens, mas no site da Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais têm lá toda a informação porque estão a terminar, ou já terminaram, já devem ter terminado um estudo sobre isso. Porque tiveram aqui há pouco tempo aqui na Ordem dos Advogados o Diretor da Direção a dizer que estavam a terminar, portanto já deve estar concluído, e deve lá estar no site. E portanto, se nós estamos numa sociedade patriarcal, onde a mentalidade não muda, porque isto é normal, eu

acho que a criminalização do utente, do que usa a prostituição, podia ser uma via...ninguém gosta também em termos de violência doméstica que os homens, que têm família, e que continuam a ter a família juntamente com aquelas mulheres, porque os filhos vão estar sempre lá no meio, não é, e eles vão continuar juntos, quer queiram quer não; na prostituição podia usar-se este sistema de suspensão provisória do processo com a aplicação de injunções em programas específicos para a prostituição, para, no fundo...é para isto...para um programa e política...como diz aqui, uma fórmula para tentar conseguir que eles vejam a compra, o uso da prostituição como uma coisa que não faz sentido...má.

O Ninho (1) – Isso é um bocado como na Suécia, tenho um bocado de ideia que a criminalização é por fases. Portanto, a primeira vez em que a pessoa é identificada, entra no tal programa de recuperação, e só depois é que se for reincidir uma segunda vez, é que tem uma medida penal maior.

Projecto Criar – Nós tivemos isso cá em relação ao tráfico de pequena gravidade durante um pequeno período de tempo, e que foi interessante, mas depois não sei porquê a lei alterou.

O Ninho (1) – E temos um caso parecido em relação às drogas, não é?

O Ninho (2) – Na Suécia é...depois vai para casa... depois vai para o emprego, portanto, acabam por fazer uma série de coisas para pressionar uma série de coisas para pressionar a pessoa a alterar o comportamento.

Moderadora – O que aqui tivemos da parte da manhã, por acaso, e agora falando nisso, tivemos um focus group diferente sobre reclusão, e falou-se precisamente no caso da toxicodependência, e acho que durante um período, quem era encontrado em pequenos delitos relacionados com estupefacientes, era levado a frequentar locais onde doentes terminais que estavam a ser tratados por causa de toxicodependência, ou seja, tinha um efeito educador. O que foi mencionado foi que, de facto, havia uma tentativa de os reconduzir para algo, mas que de facto era algo como varrer alguma coisa, pequenos trabalhos que não tinham diretamente a ver com o papel educador, digamos, desse mesmo papel. Neste caso, e fazendo também o paralelismo, onde se poderiam então inserir estes, não digo agressores, mas estes compradores de sexo?

Projecto Criar – Porque estes homens, só através de uma injunção obrigatória, de âmbito judicial, é que podem frequentar programas. Porque ninguém pode obrigar estes homens a frequentar programas!

Moderadora – Mas que tipo de programas é que poderiam ser reeducadores?

Projecto Criar – Tinha que ser feito um programa que incluísse estas temáticas de que temos estado aqui a falar, desde a igualdade de género à violência de género. Tinha de ser um programa estrutural...

O Ninho (1) – ...da violência da própria prostituição em si...

Projecto Criar – ...com visualização de vídeos, com debates...

O Ninho (1) – Com relação a isso, há uma coisa só que eu gostava de referir, ainda na sequência da conversa com o (Polícia Judiciária) há pouco, e na sequência da questão do Síndrome de Estocolmo, etc. e tal, que estava a dizer, esta dificuldade também, destas mulheres, muitas vezes...eu acho que isso também se pode nomeadamente explicar, até o padrão das mulheres, pode ser uma coisa que faça parte de explicar a vulnerabilidade, os fatores de vulnerabilidade e no fundo...o que é que se está...com quem é que se está...porque há muito...eu acho que há muito a ideia de, inclusivamente do próprio cliente, de ver a mulher como ela também quer que a veja, e não conhecer esta realidade que está por trás, de não ter mesmo ideia da realidade que está por trás, da realidade de toda a vulnerabilidade que está por trás. E muitas vezes não quer saber, lá está...eu acho que é uma questão até de se sentir bem!

Projecto Criar – É para se sentir bem...

O Ninho (1) – Exatamente...não interessa tanto! Mas o que é facto, era o que estava a explicar ao (Polícia Judiciária), é curioso, que a maior parte das nossas mulheres, por exemplo, elas acabam muitas vezes também nesta situação, esta situação do Síndrome de Estocolmo com relação ao agressor não acaba por ser senão por ser muitas vezes uma repetição de um padrão, digamos, aquilo que no fundo se fala das teorias transnacionais do apego, do modelo do apego, no fundo, porque, como vêm de situações de maus tratos, habituadas a serem maltratadas, enfim a todo o tipo de maus tratos, aquilo para elas é-lhes familiar. E por isso a dificuldade que elas têm em distinguir que aquilo não é uma situação

normal, porque para elas é normal! Não é? Se a pessoa passou por uma situação de exploração infantil, se foi maltratada psicologicamente, fisicamente, portanto, aquilo é mais do mesmo, e portanto, não se consegue. Às vezes é um bocado difícil até mesmo trabalhar com estas mulheres esta noção...

O Ninho (2) – E no início até dizem-nos, o dinheiro até nos limpa as lágrimas...quer dizer, no fundo, houve tanta violência...que pelo menos ali...

O Ninho (1) – É por isso que eu digo também que esta questão também do preservativo, eu acho que é inerente à prática da prostituição, é inerente. Os problemas de saúde são inerentes à prática da prostituição, os riscos...não são inerentes a se é legal ou não. Até porque é assim, devido às pressões de mercado. Levam muitas vezes as mulheres a aceitarem as práticas sexuais a troco de maior remuneração. Ou seja, o facto de poderem ser melhor remuneradas ou não, e às vezes até mesmo em situações de violência, porque são pressionadas até mesmo através da violência. E, portanto, acabam por, muitas vezes...não é...e já sem falar que o preservativo não é 100% eficaz, porque há sempre um risco, lá está...isto para dizer o quê? Realmente, de facto, a Suécia utilizou essas medidas, porque eu acho que o problema é que a Suécia não...tenho ideia que começa logo o processo-crime.

Projecto Criar – Porque para haver a suspensão provisória do processo tem de haver processo-crime, senão não se pode impor nenhum programa aquela pessoa, não se pode impor um programa a alguém que não tenha um processo-crime a correr. Tem de ser o Ministério Público e o Juiz a impor, sob pena de ser levado a julgamento e de poder ser condenado. E isso gera um tal ónus sobre aquela pessoa, que até não se importa de ser alvo desse programa, porque é preferível a ser condenado por um crime desta natureza.

Moderadora – (Novos Rostos...Novos Desafios (1))?

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Duas questões, uma é a propósito da saúde, nós fazemos redução de riscos com o preservativo, mas quanto ao ouvir falar da legalização ou não, nem eu me lembro de alguém...se calhar alguém já disse, mas pelo menos eu não associo isso a melhores condições de saúde, porque já existe rastreio disponível, e não é por isso que vão usar mais preservativo ou mesmo. Aliás, a questão da caderneta para mim entra aqui...cada um manda na sua saúde e ninguém tem nada a ver

com isso.

O Ninho (1) – Isso era o que eu estava a dizer, eu acho que a questão uso do preservativo, e as questões da saúde são inerentes à problemática da prostituição.

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – ...não...não me parece que seja...isso é usado...

O Ninho (1) – Desculpe estar a interromper, mas é só não sair fora do contexto, aquilo que os estudos sobre HIV e sobre a Hepatite, o que têm demonstrado, curiosamente, é que desde que começaram a haver estas medidas das equipas de rua, e as medidas de prevenção para o HIV, etc. e tal, enquanto que era esperado que depois tivesse havido...houve uma pequena redução efetivamente numa determinada altura, mas voltaram outra vez a emergir. Ou seja, apesar de haver estas medidas, não é, que a própria DGS leva a cabo, com relação ao HIV, com a prevenção das DST's, o que é curioso é que recentemente verificou-se novamente um aumento novamente destas...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – ...que tem a ver com questões económicas complicadas...

O Ninho (2) – Mas ia a dizer que essa questão da saúde é usada...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Ah, eu creio que, quando é usada, é para convencer a população em geral, que não está minimamente sensibilizada para questões de direitos humanos, como lhe digo, e então, quando se fala em “income” de impostos, ou de melhoria da saúde pública, então aí se calhar já se conseguem alguns adeptos para esta causa. Não sou, nem com a questão dos impostos nem com esta questão, não me parece que seja por aí, portanto, isto às vezes aparece, mas não...nem sequer me faz sentido. Sobretudo esta questão da caderneta, que eu acho que isto aqui é mesmo perigoso, é invasivo e é desrespeitoso...era só o que faltava.

O Ninho (2) – E é só para a mulher, não é...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – E é só para a mulher, portanto, mais uma vez. O (Novos Rostos...Novos Desafios (2)) estava a dizer há pouco que nós nos questionamos sobre os clientes em relação ao preservativo, porque nós temos essa tónica na redução de riscos, porque nós temos essa tónica na redução de risco, e daí o uso dos preservativos,

mas não só. De todas as discussões que foram aqui faladas, era importante haver campanhas com os clientes, eu acho que tem mesmo de começar na escola. Houve a tal campanha que eu falei há pouco na televisão. Não durou porque deve ter ferido suscetibilidades, mas era importante. Isto eu acho interessantíssimo o que disse, mas, lá está, para conseguirmos essas medidas de educação dos adultos...

Projecto Criar – ...tinha de haver criminalização...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Tinha de haver. E o problema para nós da criminalização é que...acho que é consensual que ninguém acha a prostituição é uma coisa boa...mas o problema da criminalização, e muitas utentes nossas têm dito isto, é que, como não há o resto das medidas, os homens vão ter de procurá-las em sítios mais escondidos, e elas vão se sujeitar a maior...

Projecto Criar – Mas elas já não estão em sítios escondidos?

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Não, neste momento não. Em Lisboa, não.

Moderadora – ...em Lisboa e pelo resto do país.

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Havia Monsanto, mas agora já não...estão na rua, e o que acontece é que vão ter de estar em sítios mais escondidos, sujeitas a ainda mais agressões. Portanto, eu acho que quando não falamos em não criminalizar...

Projecto Criar – Então não há solução!

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Não! Eu acho que era importante...

O Ninho (2) – Então, mais escondidos, mais agressões...

O Ninho (1) – Então a legalização iria precisamente ainda fazer mais isso...

O Ninho (2) – ...e comparando com a violência doméstica, entre quatro paredes a violência...

O Ninho (1) – Já agora aproveito para dizer em relação à legalização uma das coisas que por exemplo nós costumamos, porque é esta a nossa opinião, muitas vezes um dos argumentos da legalização é precisamente o argumento que, elas estão num sítio protegido, não estão na rua, não estão...só que, uma das coisas que nós também dizemos,

que é, a realidade, por parte das mulheres, nos sítios fechados, nomeadamente, que é muito parecido por acaso aqui realmente há bocado dizia, a violência doméstica, tem alguns contornos, de facto, muito semelhantes, nomeadamente, o Síndrome de Estocolmo, etc. e tal, toda uma série de coisas. E um deles também é, que é curioso, nós sabemos que a violência doméstica, cujo índice, digamos assim, de comportamentos agressivos mais elevados que temos, pelo menos em Portugal, é a violência doméstica. E sabemos que acontece entre quatro paredes, portanto, se acontece entre quatro paredes, mesmo legalizando, e estas mulheres indo para quatro paredes, muito sinceramente, eu não acredito. E até porque temos também estudos, efetivamente, o caso da Nova Zelândia também é um deles, que mostra que a legalização, elas próprias, depois de vários estudos e inquéritos feitos e questionários passados, não reduziu, não aumentou, portanto, manteve-se exatamente o mesmo. O que eu quero dizer com relação a isto é, isto é a minha opinião e a opinião do “Ninho”, eu acho que, quer a questão dos problemas de saúde, quer a questão da violência e da agressividade, e dos comportamentos agressivos, são inerentes à problemática da prostituição, e são inerentes à problemática da prostituição porquê? Se calhar se formos voltar um bocadinho atrás a esta questão, das semelhanças com a violência doméstica, porque estamos a falar de pessoas de um modo geral que são pessoas vulneráveis, são pessoas com fatores de vulnerabilidade tremendos. Nós temos, por exemplo, desde físicos, pessoas com problemas de doenças físicas que depois nunca foram cuidadas e foram negligenciadas, como epilepsias, problemas a nível do sangue, a nível...enfim, “n” situações que não foram devidamente cuidadas, e que depois são ao mesmo tempo nós sabemos que estas doenças absolutamente desorganizadoras, e impedem que a pessoa se consiga integrar na sociedade, e consiga trabalhar, e consiga quando no fundo está constantemente a ter crises e etc. e tal, problemas psicológicos dos mais variados tipos. Depois está a tal pergunta, do ovo ou da galinha...se os problemas psicológicos vêm depois ou vêm antes? Eu acho que vêm problemas psicológicos antes, e que depois vêm problemas psicológicos reforçados a seguir, e que aumentam com uma depressão, com problemas de autoestima, que só são reforçados, mas portanto estamos a falar de pessoas que, no fundo, são alvos muito fáceis, e eu digo isto porque eu conheço estas mulheres já, posso dizer, de há 10 anos para cá. E posso dizer que aquilo que eu sinto muito com relação a elas é que são tão mal amadas, porque é mesmo, porque foram mal amadas do ponto de vista familiar, e que isto é uma coisa eu acho que se deve realmente evidenciar. E portanto quando vêm dizer que têm...e eu por exemplo e a Dra.

Alexandra...estive depois cá fora a falar com ela e eu disse, sou-lhe sincera, dizer que têm autoestima, quer dizer que não é a realidade...não é a realidade que se conhece...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Não é a realidade se calhar que a Dra. conhece...

O Ninho (1) – Mas a realidade que nós conhecemos é a mesma que vocês conhecem, que foi o que eu disse à Dra. Alexandra. As mulheres que nós conhecemos vêm exatamente do mesmo sítio, elas vêm da rua, ou vêm dos bares, mas vêm exatamente do mesmo sítio. Portanto, a realidade que nós conhecemos é a mesma. Das duas uma, ou nós estamos a fazer leituras completamente diferentes, ou não estamos a chegar ao cerne do íntimo daquelas mulheres, porque o que é verdade é que eu, como psicóloga durante 10 anos destas mulheres, não consegui senão conhecer sofrimento, percebem, e maus tratos dos mais variados tipos...eu não consigo dizer outra coisa. Portanto, foram 10 anos, foram várias mulheres que passaram pelas minhas mãos como psicóloga clínica e, portanto, estamos a falar de pessoas efetivamente...agora...outras realidades...outras realidades podem existir, mas essas realidades se calhar são realidades às quais nós não chamamos, por tentar lidar com a prostituição, e como disse há bocado, e muito bem, acho que foi a (Projecto Criar)...não, aliás foi a (UMAR Universidade Feminista), e disse muito bem...fala-se muito de prostituição, toda a gente fala de prostituição...e fala-se e evita-se falar, mas, quando se fala, eu gosto de distinguir conversas de café de conversas científicas e baseadas em dados empíricos e científicos e, portanto...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – ...e leu a evidência científica da Dra. Alexandra, que estuda este fenómeno há anos?

O Ninho (1) – Eu li a evidência muito bem, e no debate que eu tive com ela, eu conhecia a evidência científica, eu conhecia o estudo dela. O que eu lhe disse foi, aquilo que eu digo aqui, e se for preciso repito e reitero, que a tal questão de, quando se investiga, e se faz uma investigação em meio prostitucional, e quando se fala com as mulheres pontualmente, uma, duas, três vezes, até pode-se dizer que foi em cinco anos, mas com base em inquéritos, com base em papeis, vão-me perdoar, e isto foi o que eu disse à Dra. Alexandra, e repito e reitero, é assim, não se compara uma relação criada neste registo, com uma relação criada ao longo do tempo e aliás, e é outra coisa...que é, eu acho que é preciso perceber bem os contextos, percebem? Ou seja, as mulheres em meio prostitucional

muitas vezes elas têm um comportamento, e eu acho que há uma coisa que ilustra muito bem isto, e que eu costumo também utilizar como exemplo, que é o caso de uma mulher traficada, recente, e que eu costumo dizer que aprendo imenso com elas, que me deixou esta imagem, que é uma metáfora o mais clara possível, que foi, quando ela me disse uma vez: que é o efeito da clivagem da mulher que se prostitui e da mulher que eu sou. Que ela diz-me: “eu, quando vou para a rua, visto a minha mini-saia, ponho as minhas botas, ponho a minha peruca, e vou para a rua, e consigo falar com os homens sem vergonha nenhuma. No dia a seguir, eu vou ao supermercado, com a minha roupa normal, eu efetivamente tenho vergonha e tenho dificuldade”. Isto para mim é uma evidência dessa tal clivagem, e da tal representação social, porque elas têm uma imagem que elas protegem quando estão na rua, que é um bocado semelhante à história da loja, estão a perceber? Que é assim, é muito mais difícil as mulheres se calhar na rua dizerem que não estão...quer dizer que não...pronto...que não se querem prostituir, podem dizer “não gosto de me prostituir”, podem dizer, mas obviamente também estão ali também a vender alguma coisa e, portanto, normalmente, há uma imagem, há uma representação, e que inclusivamente é ilustrada por um nome de guerra. Elas têm efetivamente um nome de guerra e não é por acaso, e que isto ilustra esta clivagem. Quer dizer, “eu sou a fulana tal, ali naquele sítio, à noite”, e “eu sou outra fulana tal”. É a essa outra “fulana tal” a que nós só temos acesso, muito sinceramente, à verdadeira pessoa, só passado bastante tempo. E, portanto, eu digo, eu acho que o risco às vezes que se pode correr dos inquéritos em meio prostitucional é um bocadinho este. É não se estar ali, se calhar a lidar muito bem com a...porque...e isto é verdade, e acho que pode ser confirmado com a questão dos dois exemplos que foram falar. Porque, o que é que faz a diferença com relação a isto? Porque não tem nada a ver uma mulher que se prostituiu já há muito tempo, e que saiu da prostituição, e que fez todo um processo de, digamos, de reabilitação, de reconstrução digamos assim, da sua própria... a nível psicossocial, a nível psicológico e a nível social, e portanto esta pessoa com certeza terá uma forma muito mais resistente de poder estar, do que uma pessoa que está na rua em meio prostitucional. E até há uma diferença grande, por exemplo elas, quando estão em meio prostitucional, na rua, a prostituir-se, também estão, digamos, eu posso dizer, em termos destes fatores de vulnerabilidade, estão numa posição, num estádio, vá, digamos assim, mas depois, quando entram na instituição, porque a situação evolui...

interrompi-a por vários motivos, mas um dos quais foi porque falou deste caso...

Moderadora – Já agora que vai fazer a questão, aproveito para pedir uma reflexão final, porque estamos a aproximar-nos da hora, obrigada...

UMAR Universidade Feminista – Está bem. Eu se calhar não fui clara, as pessoas que falaram, e essa rapariga em particular, que, de facto, tinha um discurso bastante assertivo, eram pessoas que ainda se prostituíam. E eram bastante diferentes entre si, pelo que pude perceber.

O Ninho (1) – Sim, nós conhecemos, no meu caso, não sei se é a Alexandra, tem outro apelido...

O Ninho (2) – Lourenço...

O Ninho (1) – Sim, ela fala e ela...

UMAR Universidade Feminista – Confesso que sou péssima com nomes, e não me lembro já, todas as pessoas se apresentaram, mas confesso que não me lembro...só mesmo então para terminar...

Moderadora – E já agora aproveitando também para lhe perguntar, o que é que acha então daquela questão que estávamos aqui, para fechar, se qualquer homem pode comprar sexo, ou se há alguma distinção entre aqueles que compram e os que não compram? O que é que acha? Voltamos à questão do comprador...

UMAR Universidade Feminista – Olhe, eu tenho algumas resistências em pensar nas...ou melhor, eu também penso assim mas tento resistir à tentação das caricaturas e das imagens homogéneas, porque eu não faço ideia de quem é que compra sexo. Mas o que eu sei é que, se calhar até aos anos 70 pelo menos, a iniciação sexual de grande parte dos portugueses fazia-se através da prostituição, como já foi referido aqui. Por isso, isso indicia-nos já que, isto indica-me já que, pelo menos em determinados contextos, o acesso à prostituição pode ser normalizado, como uma forma de trajetória de iniciação sexual, sem que haja nisso qualquer problema. Obviamente, que não é essa a realidade hoje, mas eu também não acredito numa realidade homogénea, portanto, eu não faço ideia quem é que compra sexo, imagino que haja muito mais gente do que aquela que eu posso imaginar que o faça. Daquilo que me apercebo, aliás, até conversámos disto no intervalo, neste

momento, é muito mais fácil aceder a sexo não pago. Há páginas, onde se pode aceder, a pessoas que inclusivamente possam estar comprometidas, mas que possam querer as mesmas coisas que nós, portanto, é muito mais fácil...

O Ninho (2) – Desculpe interromper, isto é completamente um “à parte”, mas uma filha minha chamou-me a atenção, há um anúncio agora que corre agora muito na televisão, de uma mulher que faz assim “shhhhiu”, que é um convite claro à traição...e eu fiquei completamente abismada, quer dizer, que valores é que estamos a passar? É um convite claro à traição...

UMAR Universidade Feminista – Mas há uma empresa internacional em Portugal que promove esse serviço, com toda a confidencialidade...

O Ninho (1) – Por acaso, outra coisa, uma intervenção que se devia fazer, realmente, por exemplo, os jornais, todos nós sabemos que os jornais têm “n”, “n” anúncios que são prostituição. Devia haver uma medida qualquer que, pelo menos, ou uma campanha, ou alguma coisa, que fizesse com que os jornais, na internet, nomeadamente estas campanhas...quer dizer, alguma coisa que também que, em termos da própria oferta, também, porque a procura existe na medida em que também há oferta, devia haver algum tipo de intervenção, e todos temos isto consentido, não é?

Moderadora – (Novos Rostos...Novos Desafios (1)), uma reflexão sobre os homens que compram sexo, diferenciados dos que não compram? Uma questão sobre os classificados nos jornais, deveria ser crime ou não? O que é que acha? Ou é uma forma de lenocínio?

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Não tenho opinião formada em relação aos jornais, muito sinceramente, portanto não me vou pronunciar...não tenho...não sei...neste momento não sei...nem isso nem os sites da internet, por isso vou falar daquilo que nós conhecemos, que é a rua. É este o momento para fazer as reflexões?

Moderadora – Sim, sim.

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Ok, acho era importante pensarmos, quando falei das tais casas, era numa ótica semelhante, como eu disse, às casas de consumo de substâncias, de consumo assistido.

Moderadora – Salas de chuto.

Novos Rostos...Novos Desafios (1) - Que é: ninguém acha que consumir heroína faz bem. Mas, já que existe, não é? Temos comunidades terapêuticas, temos psicoterapia, temos metadona, temos apoio à reinserção, ok, e também podemos ter salas de consumo assistido, temos troca de seringas...portanto, é mais uma medida, a par de outras tantas que esperemos que haja, também no caso da prostituição. Que haja outras medidas, e que haja esta também. Porque, criminalizar, nesta altura, para nós, era vulnerabilizar mais ainda as prostitutas, porque isto vai acontecer.

Moderadora – Nem que fosse o cliente?

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Sim, sim, eu estou a falar nas mulheres...isso nem pensar! Mas o cliente é um grande risco...é colocar as mulheres em mais risco. Acho que era muito importante ouvir quem está no terreno, não descurando quem cá está hoje, mas acrescentar...há várias instituições nesta cidade que trabalham no terreno além da nossa, que têm curiosamente opinião muito semelhante àquela que defendemos hoje, e que foi minoria.

O Ninho (1) - Foram convidados e não estavam presentes também...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – ...tenho imensa pena que não tenham..as Oblatas, a APF, o GAT, os Médicos do Mundo.

Moderadora – Três ou quatro foram.

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Tenho imensa pena que não tenham estado...

O Ninho (2) – Pensei que eram grande maioria que ia estar aqui hoje, que eram a favor da legalização...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – É uma pena que não estejam. Porque também acho pena que não esteja o “Ninho”, sobretudo que é a grande instituição em Lisboa, para já, com imenso trabalho nesta área, e com esta postura. Portanto acho que é importante todos terem este tempo de antena. Ouvir as mulheres, realmente, trazê-las para um debate destes pode ser muito violento, não é? E se calhar só se ouve aquelas que têm uma postura, e não se ouvem as outras...e portanto arranjar uma maneira, não sei qual...

Moderadora – ...isso é uma questão ética muito complicada...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – ...eventualmente grupos dinamizados por instituições que já estão no terreno e que já as conhecem, com uma pessoa do “Ninho” num grupo, noutra grupo outra pessoa...enfim, onde as pessoas que estão a viver isto pudessem dizer o que acham deste assunto, porque tem a ver com elas, e dizer que têm a autoestima baixa e que por isso se calhar não vão ter voz...isso já é...como é que eu hei digo isto de uma forma...é...estas mulheres já são vítimas de tanta coisa, de tanto estereótipo, de tanto silêncio, de tantas mordanças, que nós também colocarmos uma porque achamos que têm má autoestima, é desempoderador. Portanto eu acho que é importante as pessoas poderem dizer, e nós temos isso em conta, que são pessoas que realmente têm histórias de vida com muitos episódios de abuso, que têm a autoestima muito baixa, mas poderem falar ainda assim, e dar a sua opinião, porque elas dão à nossa equipa. E atenção, a nossa equipa está no terreno, como também foi referido várias vezes também o trabalho do “Ninho”, a “Novos Rostos...Novos Desafios” está no terreno desde 2003. Nós fazemos equipa de rua todas as noites e estamos com as mulheres, se quiserem, uma hora com cada uma, na rua, e temos um gabinete de psicoterapia na associação, e a maior parte da nossa equipa somos psicólogos clínicos ou do comportamento desviante, portanto, a nossa intervenção é de psicologia...é sobretudo isso. Portanto, falamos com mulheres bastante tempo...também temos técnicos de serviço social, e sociólogos, e enfermeiros, mas há uma grande tônica, porque a instituição foi fundada com esta vertente mais da psicologia. E, portanto, nós ouvimos realmente as mulheres, demora muito tempo, é verdade, quando querem vão para o gabinete e têm psicoterapia, não é, com os moldes todos que nós conhecemos, senão têm um encontro na rua, e elas têm-nos disto estas coisas: Que criminalizar os clientes ia colocá-las em risco, que era importante que tivessem outras condições, que realmente sofreram muitos abusos, que a sociedade lhes aponta o dedo, que lhes chamam nomes, que lhes fazem “trinta por uma linha” quando elas estão na rua, que elas preferiam estar noutros sítios mas depois sentem-se vulneráveis porque quem está nos sítios é quem explora, portanto, não é um projeto, de todo, da nossa associação, portanto isso das casas é uma ideia para alguém fazer. Mas do que nós conhecemos do terreno as mulheres dizem isto, que precisavam de um sítio assim, e terem psicoterapia, e terem apoio social, e terem apoio de empregabilidade, para quando quiserem ou quando puderem ou quando tiverem condições para isso saírem. Portanto, esta é a postura da “Novos Rostos”.

O Ninho (1) – Mas, já agora, se me permite, eu não sei se o que eu percebi foi que referiu, a dada altura, que as mulheres, por terem autoestima baixa, teria sugerido que nós teríamos falado que as mulheres por terem autoestima baixa, não iriam ser ouvidas, foi isso? Eu percebi bem?

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – O que eu percebi foi que os testemunhos ou os “inputs” que poderiam dar para discussões destas, seriam muito enviesados...foi isso que eu entendi, por serem já pessoas fragilizadas por natureza, por não terem grande...

O Ninho (1) – ...é evidente, ouça, na medida em que nós estamos a explicar, repare, e é isso que eu lhe estava a dizer, e é aí que eu digo que às vezes há um bocado ilusão, e o registo da negação, quer dizer, se trabalha com mulheres na rua, se me diz que vê que elas estão vulneráveis, com a autoestima baixa, etc. e tal, e que, quer dizer, nomeadamente isto que eu acabei de dizer, e que elas não se conseguem...estamos todos de acordo, não é?...que elas não conseguem muitas vezes identificar-se como vítimas, que elas não conseguem sequer dizer que é o proxeneta tal, que é o namorado, ou o amigo, ou é o etc. e tal...portanto, no fundo, o que eu quero dizer com isto não é por elas terem autoestima baixa que não têm capacidade para se explicar. Atenção, não quero que fique aqui uma ideia deturpada ou errada daquilo que eu estava a querer dizer. Eu acho que quer eu, quer a (Projecto Criar) estávamos a querer dizer...porque o trabalho de empoderamento...e é a tal questão das fases, e peço desculpa só voltar um bocado, há pouco, eu isto às vezes tenho alguma dificuldade em transmitir isto, se calhar porquê, porque o “Ninho” trabalha, e trabalha e numa equipa multidisciplinar, não trabalha numa equipa só da perspetiva psicológica, trabalha numa perspetiva, portanto, completamente multidisciplinar, com várias áreas, e, portanto, o que é que acontece...e trabalha com várias fases, e vários momentos, porque nós começamos em meio prostitucional, e acabamos na reinserção, acabamos na inclusão das mulheres. Portanto, as respostas que nós temos permitem-nos fazer a reabilitação destas mulheres, e acabar numa situação de inclusão. E, portanto, falar com uma mulher, numa situação de intervenção em meio prostitucional, quando ela ainda se prostitui, e falar com uma mulher, quando ela já está num processo e numa situação de inclusão é completamente diferente, e portanto isso, a questão do empoderamento, eu acho que...desculpe...é uma falácia, pensar ou até dizer...e é deturpar aqui palavras, porque não é a questão de elas não serem capazes de, ou de não se saberem explicar. Não é essa a questão. Tem a ver com toda...e se veio da formação de

psicologia, eu acho que sinceramente, faz-me confusão que não consiga perceber isto, porque é assim, a pessoa, obviamente, numa determinada fase em que ainda não consegue identificar o agressor como agressor, é como um bocado com a violência doméstica, “ele faz isto mas ele gosta de mim”, não é? Portanto, não consegue fazer isto, portanto vai ter um discurso completamente diferente do discurso se calhar que vai ter numa fase posterior, em que já conseguiu elaborar tudo isso e trabalhar...há todo um processo, do ponto de vista psicológico, muito sinceramente, que é preciso ser trabalhado, sim senhora, mas ser trabalhado com seriedade e com eficácia, e com vista, e é isso que permite que a pessoa consiga depois efetivamente sair, e sair sem reincidências, e realmente incluir-se. Portanto, as fases aqui são, e volto a salientar, as fases, os momentos em que se apanha a pessoa são fundamentais para se poder, como é que eu hei-de dizer, traduzir ou interpretar até o próprio discurso. E não é por acaso que se calhar, até ao nível da Comissão Europeia, ao nível da...as pessoas que têm e que utilizam, são as pessoas chamadas sobreviventes, porquê, porque foram pessoas que já passaram por todo um processo de prostituição no passado, e que já fizeram todo esse percurso, portanto...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Então mulheres que estão há 30 anos a fazer isto, não devem ter, ou não será útil saber qual é a opinião delas sobre o que estão a saber há 30 anos a fazer isto?

Projecto Criar – Claro que sim.

O Ninho (1) – É útil saber, é útil saber, tanto que nós, aquilo que elas nos informam é sempre útil, agora a questão é, o ter por exemplo, essa capacidade de dizer, a capacidade de dizer que é o proxeneta, que é o etc. e tal...

Projecto Criar – Não podem ser elas a implementar as políticas.

O Ninho (1) – Têm de ser empoderadas, sim, mas devem ser empoderadas...

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – ...estamos a dar opiniões...portanto, estas pessoas podem dar “inputs” que não estão a ser ouvidos...

O Ninho (1) – Mas desculpe, agora fui eu que não terminei, e que fui interrompida, peço desculpa, mas é assim...também não...que era o que eu estava a dizer. Mas quanto ao aspeto do empoderamento, o empoderamento, isso é um discurso às vezes que se fala com

relação à questão da autonomia, da mulher, e do empoderamento, isso também é um processo que leva tempo. O empoderamento não se faz assim, ao ir falar com ela, nem dois dias nem três. Começa-se na intervenção de “outreach”, ou melhor, como disse há bocado, intervenção de proximidade, em ajudá-la a...o empoderamento passa, no “outreach”, primeiro, na primeira fase, é ajudá-la a perceber a situação de violência em que ela está, que a leve a perceber essa situação, que permita que ela realmente queira efetivamente sair, porque se apercebe que aquilo realmente é uma situação de violência. Tem de tomar essa consciência. Portanto, há empoderamento aí, mas o empoderamento vai para além de todo um processo, depois, quando se faz reabilitação, que é o empoderamento em termos da própria autoestima dela, da própria capacidade dela, digamos assim, e todo o trabalho que se faz em termos de advocacia social com elas, para, no fundo, ajudá-las a...em termos de intervenção psicossocial...como veio da área da psicologia não sei se tem ideia do que é a intervenção psicossocial, é um bocadinho fazer acompanhamento com elas, ajudá-las, no fundo, a aceder aos recursos da comunidade, e, no fundo, coisas que elas muitas vezes, quando estão em meio prostitucional durante muitos anos, se calhar, nem sequer, nunca, e nós tínhamos “n” mulheres, que nunca tinham...por exemplo (O Ninho (2))...nunca tinham ido elas próprias tratar à Segurança Social, nunca tinham ido, enfim, os recursos que nós conhecemos da comunidade que às vezes...

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – Não iam porque muitas vezes se calhar nunca tinham acesso a isso...

O Ninho (1) – Onde é que não têm? Todos nós temos acesso a isso...

Moderadora – Eu lamento muito, não queria interromper ninguém, mas nós estamos mesmo no limite, e eu queria só colher as últimas opiniões, Dra. Joana, já terminou?

Novos Rostos...Novos Desafios (1) – Já.

Moderadora – (Novos Rostos...Novos Desafios (2)), quer acrescentar aqui mais alguma reflexão?

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – Sim, eu concordo aqui com a minha colega, que esta é a nossa filosofia, acho que sim, é urgente intervir com os clientes, é urgente pensar formas de chegar a eles e de passar mensagens que são importantes. Não concordo

com a criminalização, até porque acho que vai colocar as mulheres cada vez mais em risco. Não concordo com generalizações, eu já tive mulheres que disseram que não gostam do trabalho delas, e outras que dizem que gostam daquilo que fazem, e portanto acho que não se deve pensar apenas numa parte do todo mas sim num todo. Concordo com o que a (O Ninho (1)) disse, que apanhar as mulheres em fases diferentes pode trazer informações diferentes. Mas nós também, como a minha colega (Novos Rostos...Novos Desafios (1)) disse, nós estamos há dez anos, e tivemos “inputs” de fases muito diferentes de vida das pessoas, que vêm a sua profissão com olhos muito diferentes, e que mesmo assim continuam a estar, e que é para essas e para todas elas que eu acho que se deve legalizar, que se deve dar acesso a serviços que neste momento não têm...

O Ninho (2) – Quais?

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – Centro de saúde, rastreios...

O Ninho (1) – ...mas elas têm! Elas têm! Todo o cidadão...

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – ...têm mas não em todos! Porque elas têm vergonha de ir a um médico de família e dizerem que querem um rastreio...

O Ninho (2) – ...então mas vão continuar a ter vergonha quando estiverem legalizadas...é que isso é uma falácia e quando dizem que não têm acesso à saúde isso não corresponde minimamente...

O Ninho (1) – Todos nós temos direito...

Moderadora – Deixe só recolher esta última opinião depois já passo para si (O Ninho (2))...peço desculpa, a sua reflexão...

O Ninho (2) – ...desculpe, não me lembro, qual era a questão que me estava a colocar?

O Ninho (1) – Do cliente!

Moderadora – Do cliente, se há diferenciação entre o cliente, qualquer pessoa, qualquer homem, e aquele que procura sexo...peço desculpa, o resto da sua reflexão...

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – Ah, portanto, era isso que eu estava a dizer,

acho que legalizar a prostituição...eu não concordo com a total não regulamentação, acho que existem coisas que devem ser regulamentadas, mas devem ser muito, muito, muito bem pensadas, com a mulheres, a partir delas, dos homens e dos transexuais, toda a gente que se prostitui, na verdade. Acho que há uma reflexão que a Professora Letícia Barreto, que é brasileira, que tem trazido muito para cima, que é, o que é isto do trabalho sexual? O que é que é prestar serviços sexuais? Ela tem discutido muito isso, tem desconstruído muitas crenças, acho que era importante ler para...

Projecto Criar – Como é que se chama?

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – Letícia Barreto.

Projecto Criar – Letícia Barreto.

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – Ela abre o trabalho sexual a um conjunto de práticas, que eu, pelo menos não tinha pensado nelas e que efetivamente podem ter aqui correlações...interessantes para se discutirem, e pronto, é esta a minha reflexão.

Moderadora – Muito obrigada, (O Ninho (2)), as suas reflexões finais?

O Ninho (2) – Tinha uma certa curiosidade em ver esse tipo de práticas, que eu já ouvi dizer que trabalho sexual é quem está atrás da “sex shop”...e portanto, é meter coisas completamente diferentes, tudo no mesmo saco...mas estava a perguntar qualquer coisa em relação ao cliente, que eu há bocado tinha pensado em dizer...?

Novos Rostos...Novos Desafios (2) – Sim, se acha que qualquer homem pode comprar sexo? Ou é um potencial comprador de sexo? Ou há uma distinção? Se tem ideia, se sente, que há uma distinção entre o homem que compra sexo e o homem que não compra sexo?

O Ninho (2) – Pois, volto à tal questão novamente, que é da mudança de mentalidades, da educação para uma sexualidade sadia, vivida com partilha, com responsabilidade, portanto, o conceito da Organização Mundial de Saúde e que... (toca o telemóvel) ...peço desculpa, não desliguei antes...agora outra questão que eu gostava de ver, eu lembro-me que aqui há uns anos, quando começou o programa de televisão, do “Big Brother”, não sei se estão lembrados, o primeiro, falava-se tanto nisso, e eu um dia vi, até porque ia muito às escolas falar com os estudantes e tinha curiosidade, porque eles

depois colocavam-me algumas questões.

O Ninho (1) – Se calhar era importante só para salientar que é um trabalho que fazemos já há muito tempo...e esse trabalho de sensibilização de jovens nas escolas...

Moderadora – ... semelhança da (Projecto Criar), então...

O Ninho (2) – ...sim, sim...isto já há muitos anos, recebemos os grupos de alunos na nossa instituição, para fazerem trabalhos académicos, quer do secundário, ao ensino superior, vão lá, estão connosco, e depois organizamos coisas nas escolas e vamos às escolas fazer esse trabalho. E lembro-me na altura, quando foi esse programa, de haver um rapaz, não me lembro bem do nome, mas andava na tropa, era um jovem, com 21 ou 22 anos, este foi o primeiro, já tem uns anos, mas as coisas não têm alterado muito...em que ele dizia...e depois enamorou-se lá de uma rapariga, e depois até casaram, e depois, ele dizia: “a boca da mãe dos meus filhos vai dar beijos neles, não serve para fazer sexo oral...aí eram as mulheres da rua”. Era um rapaz com 21 anos, não é nenhuma caricatura, isto foi uma coisa real, foi na televisão, mas para explicar como, no fundo, como está a sexualidade dos portugueses. Se aquele rapaz com 21 anos achava que ia procurar umas prostitutas para fazer certas...pronto, porque para ele a sexualidade era vivida de uma forma diferente com a mulher. E mesmo tudo o resto que ele dizia em relação à mulher era de um machismo, e depois estavam lá uns outros do mesmo género, que eu lembro-me de ter pensado, na altura, as mulheres diziam-nos que os clientes eram homens casados acima dos quarenta anos, eu lembro-me de ter estado a olhar para aqueles jovens do “Big Brother” e não ter posto nenhuma dúvida que aquilo eram clientes, ou possíveis clientes. Como eu digo, também, em relação ao cliente, no “Ninho”, o que sabemos é aquilo que as mulheres nos transmitem. São de todas as classes sociais, diferencia o local onde as procuram, portanto, consoante o local onde as procuram, a classe social do homem é diferenciada consoante o local onde procura a mulher que está a prostituir-se, e pronto, acho que...

O Ninho (1) – Mas acho que há um padrão de instrumentalização, que pode estar, lá está, disfarçado, de uma forma mais, aquele que aparece a ajudar a pessoa, que parece que até a imagem que dá não é nada...que até uma pessoa que no fundo, também, há um padrão de instrumentalização, que depois esta é a pessoa que continua com ela, e continua a namorar com ela, mas nunca a aceita como namorada, efetivamente, portanto, há um

padrão de instrumentalização, muito sinceramente. Eu acho que a prostituição, quer da perspectiva da mulher que se prostitui, quer da perspectiva do cliente, muito sinceramente, o problema é o mesmo, sobre perspectivas diferentes, mas tem a ver com todo um aspeto que tem a ver com a instrumentalização das relações, e acho que muito sinceramente, e agora estou a ver uma leitura muito mais psicológica, até porque pessoas, homens, clientes, que eu conheci, em que eles próprios, se calhar, isto posso só dar alguns exemplos, que eles próprios tinham eventualmente também no passado deles se calhar sido muito instrumentalizados na própria história deles. Portanto, isto é algo que eu posso apostar, que posso trazer, que posso dizer, que é a questão da instrumentalização da pessoa. Portanto, a mulher se calhar que depois que se prostitui porque algures no passado teve um padrão a nível da educação, portanto eu acho que as diferenças têm a ver com estereótipos, mas têm a ver com fatores se calhar da educação, e não tem a ver com estudos, tem a ver com...percebe...o contexto em que foram educados, na perspectiva da visão da mulher, da...e remetemos obviamente, sempre, para a questão da violência de género, e portanto, em que se calhar é a diferença do homem que não o faz e, portanto, em que o homem que não recorre à mulher que se prostitui, tem, digamos, se calhar, interiorizado, que a mulher não é um objeto, e que é uma violência recorrer à prostituição. Portanto eu acho que tem muito a ver com este aspeto.

Moderadora – (Projecto Criar), última reflexão então?

Projecto Criar – Concordo com esta visão do homem que consome, e acho que...faço sempre o paralelismo com a violência doméstica, tal como na violência doméstica existe o ciclo geracional, em que normalmente a menina que assistiu à mãe a ser vítima tem alguma tendência a ser vítima, e o menino que assiste ao pai a ser agressor tem tendência a ser agressor mais tarde, e dá-se o ciclo geracional da violência, que no consumo da pornografia e da prostituição pode também ter algo a ver, não sei, nunca li nenhum estudo sobre isso, nem sequer conheço, mas, se vivemos numa sociedade patriarcal, qualquer homem pode ser comprador, porque está intrínseco, a não ser que tenha uma educação em casa distinta de tudo o resto, e mesmo assim, a educação em casa não se faz sozinha, há sempre outros “inputs”, cá fora, nas escolas, nos “outdoors”, na comunicação social, que nos ajudam a ver depois isto como natural, como consumível, e portanto é difícil mudar o padrão só através de casa. Por isso, enquanto vivemos nesta sociedade, eu acho que qualquer homem pode consumir prostituição e pornografia. Agora,

o que eu acho é que nunca vamos conseguir ter sensibilização para a prostituição e para a pornografia, no sentido de ir contra isso, enquanto não houver uma responsabilização pelo uso. Porque acho que estamos a focar-nos no sítio errado, estamo-nos a focar-nos na vítima, na mulher, enquanto, na minha ótica, o que devíamos fazer era focar-nos no agressor, no que usa, no que procura, e responsabilizar. Porque, como é que vamos sensibilizar crianças para o uso se não lhes acontece nada, eles podem usar! É que nem sequer faz qualquer sentido falar sobre isto, se depois nada acontece, não é? E quanto àquilo que é usado como justificação para não se penalizar, mostrando que a vítima vai ficar ainda mais vulnerável, se se responsabilizar os agressores, eu tenho que dizer, que nós sabemos também, de antemão, hoje em dia, que o risco da violência doméstica por parte das mulheres que são vítimas desse tipo de violência doméstica, e neste caso por parte do marido aumenta significativamente a partir do momento em que ela apresenta queixa ou que o processo-crime inicia. Nós sabemos que muitas delas, é nesse momento em que acabam por ser mortas, ou que acabam por ser alvo de violência mais exacerbada, porque descobre que ela apresentou queixa, ou porque descobre que alguém ou algum vizinho apresentou queixa. Mas o que é que vamos fazer? Vamos deixar de apresentar queixas de violência doméstica porque a mulher vítima de violência doméstica tem significativamente mais perigo para a sua vida, pelo facto de termos apresentado queixa? Vamos deixar de criminalizar os agressores, mesmo quando ela diz que vai voltar na mesma para casa e que não quer que se continue o processo de violência doméstica, sabendo nós que é um processo-crime público, que vai continuar quer ela queira, quer não? Porque é que olhamos para este tipo de crimes desta forma, que é o mais simplista, e para a prostituição, não conseguimos ver as coisas dessa forma? O que é que tem de diferente? É porque é na rua? É porque é mais grave? A mim não me parece mais grave porque aquela mulher vive com aquele homem todos os dias dentro de casa, tem filhos em comum, não vai conseguir ver-se livre dele de um dia para o outro, enquanto que na prostituição são clientes que aparecem, esporadicamente, ou não, são clientes usuais, mas não vive com ele todos os dias. Por isso, parece-me que é bastante mais grave no caso da violência doméstica do que a prostituição, apesar de ser grave igualmente. Portanto, eu não vejo porque não criminalizar, aliás, a mim, não me faz qualquer sentido, que haja um crime, que é cometido, porque para mim isto é um crime, e depois nada aconteça. Ou seja, qual é a lógica disto, vivemos em que mundo? Não sei...não consigo perceber...

Moderadora – Resta-me agradecer a todas e a todos...não sei se mais alguém querará...

O Ninho (1) – Já agora, só dizer uma coisinha com relação a isto de ser mais grave, eu acho que, muito sinceramente, o que é grave, grave, realmente, é a situação de violência da prostituição. E que eu acho que é isso que não se valoriza muitas vezes, em termos de outras perspetivas da legalização. Da violência da própria...essa parte é que é realmente muito grave. Quando disse mais grave, menos grave, eu não gostei muito de comparar...mas é realmente muito grave, esta violência da sucessiva exposição de...

Projecto Criar – Eu não digo que seja menos grave, é só no sentido de apresentar queixa. Da consequência de apresentar queixa, é mais grave ou menos grave?

Moderadora – Neste caso não há, porque não há criminalização, não existe...

Projecto Criar – Mas se houvesse? Era mais grave a consequência dessa queixa? Da apresentação dessa queixa? A mim não me parece que seja...

Moderadora – Resta-me agradecer novamente a todas e a todos...